



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Giovanna Soares

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO CORPO-TERRITÓRIO:  
REFLEXÕES SOBRE O SEPARATISMO LÉSBICO**

Rio Grande – RS

2024

GIOVANNA SOARES

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO CORPO-TERRITÓRIO:  
REFLEXÕES SOBRE O SEPARATISMO LÉSBICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadores: Prof.º Dr. Iván Ricardo Castro Díaz e Prof.ª Dra. Andrea Maio Ortigara.

Rio Grande – RS

2024



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO




### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 152/2024

No dia 27 de maio de 2024, às 16h, realizou-se a 152ª defesa de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, cuja Banca, devidamente homologada pela Coordenação do Programa, foi constituída pelos docentes, Prof. Dr. Iván Ricardo Castro Díaz (Orientador/FURG), Profª Drª Andrea Maio Ortigara (Coorientadora/FURG), Profª Drª Patrícia Lessa dos Santos (UEM), Profª Drª Paula Vanessa de Faria Lindo (UFFS) e Profª Drª Suane Felipe Soares (UFRJ), para arguir a mestranda Giovanna Soares. Após a apresentação da dissertação intitulada "TERRITÓRIOS LÉSBICOS: REFLEXÕES SOBRE SEXUALIDADE E AUTONOMIA", e a arguição das avaliadoras seguida de defesa, a Banca reuniu-se e considerou a dissertação **aprovada**, emitindo o parecer a seguir: aprovada com mérito. Recomenda-se a elaboração de artigos para futuras publicações e que sejam consideradas sugestões específicas apontadas pela banca. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelos membros componentes da Banca de Arguição.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Iván Ricardo Castro Díaz (Orientador/FURG)

\_\_\_\_\_  
Profª Drª Andrea Maio Ortigara (Coorientadora/FURG)

  
\_\_\_\_\_  
Profª Drª Patrícia Lessa dos Santos (UEM)

Documento assinado digitalmente  
 PAULA VANESSA DE FARIA LINDO  
Data: 27/05/2024 18:25:08-0300  
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

\_\_\_\_\_  
Profª Drª Paula Vanessa de Faria Lindo (UFFS)

  
\_\_\_\_\_  
Profª Drª Suane Felipe Soares (UFRJ)

## Ficha Catalográfica

S676d Soares, Giovanna.

Desafios e possibilidades do corpo-território: reflexões sobre o separatismo lésbico / Giovanna Soares. – 2024.

113 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Grande/RS, 2024.

Orientador: Dr. Iván Ricardo Castro Díaz.

Orientadora: Dra. Andrea Maio Ortigara.

1. Corpo-território 2. Separatismo lésbico 3. Cultura lésbica  
4. Territorialização 5. Política I. Díaz, Iván Ricardo Castro II. Ortigara, Andrea Maio III. Título.

CDU 911.3

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo traçar o percurso de compreensão da política lésbica a caminho do separatismo lésbico (Anderson, 1988; Lee, 1988; Jo, 1990), compreendendo sua história e os movimentos possíveis que existem no Brasil. A partir do encontro com grupos de lésbicas que têm esse ideal como cotidiano em seu *continuum* (Rich, 2019), utilizo o conceito e método de corpo-território a fim de analisar o local das lésbicas na dinâmica territorial enquanto classe, fazendo uma análise histórica da mulher e os papéis sexuais correspondentes (Wittig, 2021). A cultura lésbica é reproduzida com símbolos e frases que fazem sentido com a identificação e o pertencimento da lésbica no mundo. No audiovisual e nas demais artes, como o *graffiti*, têm aparecido recorrentemente uma ocupação possível para lésbicas nas cidades, produzindo territórios disputados por outras narrativas. Essas disputas acabam por silenciar o movimento lésbico, que fica entre se separar fisicamente da cultura hegemônica e/ou se adequar, por momentos como estratégia de sobrevivência e criar espaços exclusivos no meio urbano. Por fim, é proposto um olhar atento aos territórios lésbicos e as diversas formas que eles podem tomar, para além de ser uma maneira de proporcionar bem-estar às mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** corpo-território; separatismo lésbico; cultura lésbica; territorialização; política.

## ABSTRACT

This research aims to trace the path of understanding lesbian politics on the path to lesbian separatism (Anderson, 1988; Lee, 1988; Jo, 1990), understanding its history and the possible movements that exist in Brazil. From the encounter with groups of lesbians who have this ideal as a daily basis in their continuum (Rich, 2019), I use the concept and method of body-territory in order to analyze the place of lesbians in the territorial dynamics as a class, making a historical analysis of women and the corresponding sexual roles (Wittig, 2021). Lesbian culture is reproduced with symbols and phrases that make sense of lesbian identification and belonging in the world. Audiovisual art, such as graffiti, has recurrently appeared as a possible occupation for lesbians in cities, producing territories disputed by other narratives. These disputes end up silencing the lesbian movement, which is caught between physically separating itself from the hegemonic culture and/or adapting for moments as a survival strategy and creating exclusive spaces in the urban environment. Finally, a close look at lesbian territories and the different forms they can take is proposed, in addition to being a way of providing well-being to women.

**KEYWORDS:** body-territory; lesbian separatism; lesbian culture; territorialization; politics.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Resultado da cartografia social realizada com lésbicas de Curitiba .....	76
---	----

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Desenho da autora.....	12
Imagem 2 - Atropelo localizado na pista de skate no Cassino, Rio Grande/RS.....	39
Imagem 3 - Resposta lésbica ao atropelo localizado na pista de skate no Cassino, Rio Grande/RS.....	39
Imagem 4 - Sarau do Orgulho Lésbicas na Livraria Hippocampus, Cassino/ Rio Grande.....	50
Imagem 5 - Fala da aRtivist(a) Mariam Pessah no Sarau do Orgulho.....	50
Imagem 6 - Participantes do Sarau do Orgulho ocupando a Avenida Rio Grande, Cassino.....	51
Imagem 7 - Piquenique sapatão no Parque Dom Antônio Zattera - Colina do Sol, Pelotas.....	52
Imagem 8 - Colagem de lambe-lambe em Pelotas.....	53
Imagem 9 - Parede com stencil SafoSapa e lambe-lambes lésbicos.....	53
Imagem 10 - Desenho corpo-território Meli'i Xapuko.....	90
Imagem 11 – Desenho corpo-território Kuarahy.....	93
Imagem 12 – Segundo desenho corpo-território Kuarahy.....	94
Imagem 13 - Desenho corpo-território Fernanda.....	97
Imagem 14 – Ritual de finalização do método.....	99

**SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1 METODOLOGIA E OBJETIVOS	16
<b>2 HISTÓRIA DAS MULHERES E DO FEMINISMO LÉSBICO</b>	<b>26</b>
2.1 LÉSBICAS ENTRE TERRITÓRIOS	34
<b>3 TERRITÓRIOS LÉSBICOS</b>	<b>56</b>
3.1 SEPARATISMO LÉSBICO	69
<b>4 REGISTROS DE COMUNIDADES LÉSBICAS NO BRASIL</b>	<b>76</b>
4.1 ENCONTRO COM GRUPO LÉSBICO – CURITIBA/PR	76
4.2 ENCONTRO COM SAPATATY, PARATY/ RIO DE JANEIRO	82
<b>5 ÚLTIMAS REFLEXÕES</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>106</b>

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Clélia, à tia Isabel, à avó Íria e à tia-avó Hercília pelo carinho e amor, por terem sempre acreditado no meu potencial e pelo investimento na minha vida acadêmica.

Agradeço ao meu irmão, Gabriel, pelo acolhimento, entendimento, por tudo que me passou e que segue vivo em mim, uma rebelde, assim como ele viu nas cartas de tarô ocultista.

Agradeço intensamente à minha amiga Lisiane, pela revisão, assim como por ser uma companhia para vida e uma inspiração acadêmica e lésbica.

Agradeço pela revisão e pelo olhar carinhoso da querida amiga Mariana Ney Prado, que sempre esteve ao meu lado para me ouvir chorar as pitangas sobre estudos e vida.

Agradeço às amigas que acompanharam e apoiaram mais de perto a dura tarefa que é a escrita, Nina, Alana e Amanda.

Com muito carinho e admiração, agradeço às amigas lésbicas que construíram comigo esta pesquisa.

Agradeço à minha namorada Mariana, por ter me incentivado a escrever com atenção a parte final da pesquisa e pelo olhar carinhoso e palavras doces que me foram tão importantes.

Agradeço ao Fábio, colega do mestrado para vida, por ter feito com que a caminhada fosse menos solitária.

Agradeço aos meus orientadores Ivan e Andrea, que me auxiliaram a realizar uma pesquisa verdadeira, sensível e política. Gratidão por terem me acolhido de uma forma tão amorosa e genuína.

Agradeço o Programa de Pós-Graduação em Geografia e a FURG por ter proporcionado benefícios às saídas de campo e ida ao XV ENANPEGE.

Agradeço minha persistência mesmo em meio ao caos, por não ter desistido de mim e da militância.

## 1 INTRODUÇÃO

Sinto a necessidade de me colocar no texto para evidenciar as indagações que suscitaram meu interesse em pesquisar sobre o lesbianismo<sup>1</sup>. Para além do que as pessoas podem imaginar, ser lésbica não é apenas mulher que gosta de mulher: é o universo presente nessa sentença. É ser mulher em um mundo patriarcal e masculinista, sem seguir os padrões impostos a uma criança do sexo feminino, muitas de nós lidam com o preconceito desde muito novas, por isso a importância da minha apresentação. Para reiterar a afirmação anterior, trago uma análise importante de Margarita Pisano (2001) sobre a lesbiandade:

Ao abandonar a feminilidade como construção simbólica, como conceito de valores, como modos de se comportar e costumes, abandonamos também o modelo que temos servido tão fielmente e temos instalado em nossas memórias corporais, a tal ponto que acreditamos que essa é nossa identidade e que, ao mesmo tempo, temos confrontado como símbolo de rebeldia ante a masculinidade. Não podemos esquecer que essa construção da feminilidade tem sido a que nos coloca no espaço intocável, imóvel e privado da maternidade masculinista (Pisano, 2001, s/n).

Eu sempre fui uma criança livre, que só quer viver sua infância e aproveitar tudo a todo momento, minha mãe me deu espaço para eu me desenvolver. Eu queria correr, pedalar, brincar, apostar corrida, me machucar e aprender, me sentir livre. Posso dizer que aproveitei a liberdade que uma criança tem o direito de ter. Apesar de ter tido essa infância como um pássaro que não foi criado em gaiola, na adolescência as pressões foram muitas e vi uma gaiola ao passo de ser construída aos poucos à minha volta.

Meu mundinho de brincar com *videogames*, carrinhos e Max Steel passou a ser destruído, junto a ingenuidade. A feminilidade e consequentes pressões estéticas se intensificaram aos 12, idade em que começaram as preocupações com os pelos que brotaram da minha pele. Aos 12 fiz depilação, aos 16, um tratamento para exterminá-los com laser e, na mesma época (ou antes), fiz sessões de laser para retirar estrias dos meus seios. Aos 18 finalmente me questioneei, indaguei minha mãe e com ela todo o sistema ao qual tentaram me encaixar. Percebi que esse lugar nunca me coube e jamais me caberia,

---

<sup>1</sup> O sufixo “ismo”, nesse caso, referente ao movimento e à organização política e social, assim como feminismo e veganismo.

por mais esforço que eu fizesse, como uma calça antiga que não te serve mais e você insiste, mesmo não tendo o mesmo corpo.

Chega a ser estranho, mas nesse processo de lesbianizar, me despir da feminilidade, conceito a ser trabalhado nos próximos capítulos, e abraçar o meu eu mais natural, quem mais me ajudou foi um homem. Meu irmão, com o qual dividi a vida até meus 23 anos. Ele foi o primeiro a ouvir sobre meu relacionamento, me acolheu de uma maneira muito própria, além disso, essa escuta fez completa diferença para minha formação enquanto mulher e lésbica. Inclusive, por ter que bater de frente para criticá-lo em vários momentos. Gabriel fez a escolha de não estar mais presente em vida, mas estará sempre ligado a mim e à minha história. Por tudo isso sou extremamente grata.

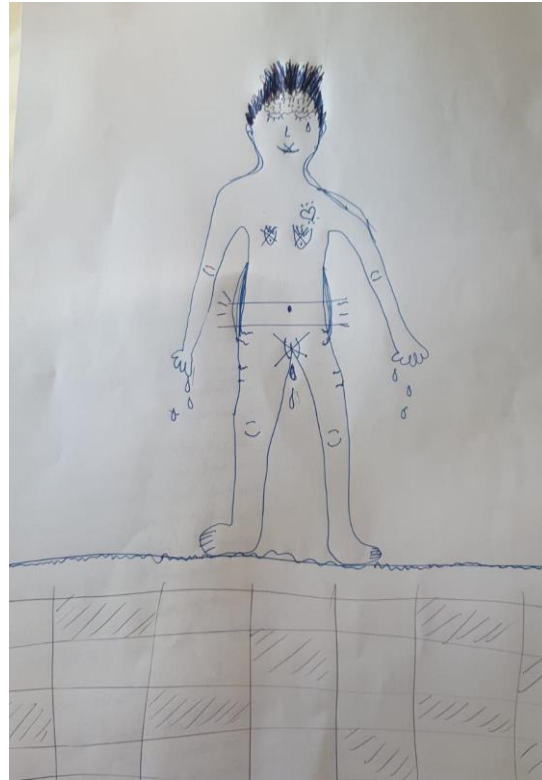
Ao longo do percurso da pesquisa, realizei o método de análise territorial corpo-território (Zaragocin; Caretta, 2021) e uma cartografia corporal<sup>2</sup>, melhor apresentada posteriormente. Participei junto com as companheiras presentes no encontro realizado entre os dias 10 e 13 de fevereiro de 2023, na cidade de Paraty. Acredito que não haja muita necessidade de abarcar minha trajetória como resultado da pesquisa, porém é importante me colocar nesse estudo, como uma apresentação/saudação às lésbicas e a todas as mulheres que já se sentiram desconfortáveis com o próprio corpo.<sup>3</sup>

Imagem 1 – Desenho da autora

---

2 De acordo com o coletivo *Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo* (2017): “Chamamos de cartografía corporal o desenho que fazemos de nós mesmos e que mais tarde se transforma em mapa. Com esta técnica vimos que os ataques que nosso território sofre e como os vivenciamos desde nosso corpo podem ficar evidentes. Além disso, tomamos consciência da importância de defender o lugar onde vivemos.” Tradução da autora, no original lê-se: “Le decimos cartografía corporal al dibujo que hacemos de nosotras mismas y que después se convierte en un mapa. Con esta técnica nosotras hemos visto que se pueden hacer evidentes las agresiones que sufre nuestro territorio y cómo lo vivimos desde nuestro cuerpo. Además nos hacemos conscientes del por qué es importante defender el lugar donde habitamos.”

3 Como referência acerca desse conceito e temática, recomendo o documentário *Dysphoric: A Four-Part Documentary Series*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=w8taOdnXD6o&ab\\_channel=LimeSodaFilms](https://www.youtube.com/watch?v=w8taOdnXD6o&ab_channel=LimeSodaFilms). Acesso em: 3 jun. 2023.



Fonte: Giovanna Soares (2023)

Para brevemente apresentar meu desenho, me coloco na pesquisa como uma lésbica urbana do interior, para buscar compreender e significar algumas marcas que ficaram em mim ao longo do meu caminho. Me mudei de Indaiatuba/SP para Rio Grande/RS, ao sair da casa de minha mãe, principalmente depois que reiniciei meu processo terapêutico em 2019, consegui acessar muitas questões que eram doloridas, mas não sabia como sanar.

Desenhei meu corpo pingando porque a água me ajuda muito nesse processo que é a vida, meus momentos de maior paz são dentro desse elemento. Aqui na cidade estamos rodeadas por ele, em abundância. As lágrimas são importantes para que essas feridas se fechem também, de certa forma essa água evade de mim. Os contornos nas laterais da coluna sinalizam uma dor física que acredito também ter origem emocional, já que guardo muito peso de perdas e de situações familiares passadas.

Os “X” representam a negação do meu corpo por parte do heteropatriarcado<sup>4</sup>, discurso que infelizmente acatei. Por isso cultivei ódio por minha biologia de fêmea, como seios e vulva. Hoje me encontro no desenvolvimento da cura, com o coração cheio de esperança e a cabeça ainda cheia de questões. Esse vazio à minha volta representa uma dificuldade em me enxergar, me destacando na família por ser “radical demais” e muito diferente, por isso a complexidade em me sentir pertencente.

O meu histórico acadêmico teve início na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em 2017, onde estou até o presente. Me formei em 2020 no curso de Gestão Ambiental e no mesmo ano ingressei no curso de Geografia, com vontade de estudar mais sobre o meio físico e humano que vivemos. Em 2021 me inscrevi no Programa de Pós-Graduação em Geografia, iniciando o curso em 2022. Durante esse percurso me perguntava se estava no lugar certo, se pesquisava o que gostaria, já que antes de entrar na pós, realizei alguns trabalhos relacionados ao meio-ambiente e aos movimentos sociais. Hoje vejo que sim, isso faz parte do que gosto de trabalhar, mas não posso deixar de lado o meu desejo de falar sobre a vivência lésbica.

Já que me situei no texto, acredito ser essencial situar a pesquisa na gama de possibilidades políticas. Esse estudo se trata de um profundo questionamento feminista acerca da vivência lésbica nas cidades, porém, a ideia de feminismo parece vaga, visto que atualmente existem diversas vertentes do mesmo. Me baseio no feminismo lésbico para teorizar e analisar as experiências aqui relatadas, trata-se de um feminismo radical (de raiz), que busca cortar a opressão em sua origem. Como elaborado por bell hooks (2020), feministas radicais baseiam suas análises no entendimento das políticas de dominação e do reconhecimento da interconexão de vários sistemas de dominação, focando principalmente no sexismo. Parto do princípio de que: “O feminismo é a luta para acabar com a opressão sexista” (bell hooks, 2020, p. 59).

O feminismo comunitário foi uma descoberta no decorrer da pesquisa, o qual fez completo sentido, pois minha proposta é justamente refletir sobre comunidades femininas. Ler Lorena Cabnal e Adriana Guzmán foi enriquecedor para o entendimento da teoria e prática feministas no encontro, colocando como base a vivência da América

---

4 De acordo com Valentine (1993) o heteropatriarcado é um processo de relações de poder sociosexual que reflete e reproduz a dominação masculina.

Latina. Uma perspectiva subalterna para a análise social presente nessa pesquisa é o que Guzmán (2019) escreve sobre o universal, que é uno e não é neutro, é uma estratégia de colonização.

A partir de métodos de análise territorial como a cartografia social e o corpo-território, também enquanto conceito, busco, em conjunto com as mulheres que participaram ativamente dessas análises, quando e como as lésbicas se sentem pertencentes a um território. Em uma sociedade patriarcal que tem como regime sexual a heterossexualidade, o lugar da lésbica se torna oculto, invisível, porém esse grupo não deixa de ter uma cultura muito bem estabelecida, que varia dependendo da localização geográfica, ainda que existam símbolos que são reproduzidos há muito tempo na história da luta lésbica por direitos. Essa pesquisa, portanto, traça um caminho possível para a identificação lésbica com um território próprio, seguro para mulheres e crianças.

## 1.1 METODOLOGIA E OBJETIVOS

O presente estudo foi construído em três etapas que se conversam, se cruzam e interagem ao longo do processo de pesquisa. No processo de pensar e escrever surgem novas referências que podem mudar o percurso, por conta disso entendo que nada é linear, mas sim uma espiral contínua de construção. Espero que isso esteja em mente ao ler o presente trabalho.

A primeira etapa é consolidar o arcabouço teórico utilizado como base deste estudo, que conta com uma pesquisa temática inicial e seleção de textos para enriquecer as análises do ponto de vista geográfico e feminista até a busca por conceitos específicos ao longo do processo de pesquisa. Uma das ferramentas utilizadas foi um quadro conceitual prático, no qual elenquei tópicos abordados na construção teórica da pesquisa, para organizar com maior facilidade as citações e autoras de interesse.

A segunda etapa se deu a partir das pesquisas em campo, que nesse caso ocorreram de 24 a 28 de agosto de 2022 na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, e a outra saída de campo foi realizada do dia 10 a 13 de fevereiro de 2023, na cidade de Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Na primeira saída fiz uma roda de conversa com um grupo de quatro lésbicas que tem o intuito de viver coletivamente no contexto urbano e construímos um mapa de cartografia social (Acselrad, 2014), de modo a demonstrar o cotidiano das lésbicas que participaram e seus lugares de afeto e repulsa; já na segunda vez em campo conversei com lésbicas indígenas, fevereiro de 2023 em Paraty, sobre viver em comunidade e realizamos a dinâmica do corpo-território. Ambas vivências estão expressas no capítulo “Registros de comunidades lésbicas no Brasil”.

Por fim, é necessário sintetizar, organizar e apresentar o trabalho e as análises sociais que resultaram tanto da etapa um quanto da etapa dois. Nesse sentido, alinho teoricamente questões de raça, classe e sexo (Davis, 2016), e compreendo que a partir dessa tríade como base, as representações dos papéis sexuais se diferem: ser uma mulher negra resulta em reforços de gênero que se diferenciam quando se é uma mulher branca. Analiso o cotidiano presente nessa pesquisa a partir da política lésbica, desenvolvida no feminismo lésbico, que, de acordo com Susan Cavin (1985): “é ao mesmo tempo um movimento político internacional, uma ideologia política, uma práxis (teoria em ação) e

uma sociedade internacional para a libertação das lésbicas e de todas as outras mulheres” (Cavin, 1985).<sup>5</sup>

O feminismo, movimento de luta da classe feminina,<sup>6</sup> foi conceituado a fim de romper as estruturas impostas pelo heteropatriarcado por meio de ações coletivas, por exemplo, o movimento sufragista. As mulheres são lidas enquanto classe sexual à medida que, a partir do sexo, são estabelecidas regras de socialização, compreendendo que:

O referido contrato de casamento nada mais é do que a expressão individualizada – no sentido de que estabelece uma relação cotidiana e específica entre dois indivíduos particulares – de uma relação geral de classe em que a totalidade de um está à disposição do outro. E se, de fato, a individualização desta relação intervém praticamente sempre (cerca de 90% dos homens e mulheres são, num momento ou outro da vida, casados), o casamento não é, no entanto, mais do que a expressão restritiva de uma relação social; ele não é em si mesmo a referida relação. Legaliza e confirma uma relação social que existe antes e fora dela, a apropriação material da classe das mulheres pela classe dos homens: a sexagem (Curiel; Falquet, 2015, p.46-47).<sup>7</sup>

Ao conhecer o sistema vigente e de que modo ele se organiza, entre ordem próxima e ordem distante, entre o material e o virtual, é possível subvertê-lo, a fim de criar espaços diferenciais para que as mulheres tenham maior liberdade criativa, segurança e qualidade de vida. Essas são reflexões que partem de conceitos do Henri Lefebvre, utilizo como fonte as análises de Ester Limonad (2003), sendo a ordem próxima e distante sobre as representações e as diversas esferas e momentos da reprodução social, e o espaço diferencial como construção fundamental para a transformação social.

Em relação aos alinhamentos teórico e metodológico da pesquisa, parto da visão de mundo e sociedade a partir do pensamento livre feminino, método que me encantou ao ler a dissertação de Monalisa Gomyde, intitulada “Rastros de imaginação lésbica: uma busca literária em *As Ondas*, de Virginia Woolf e *Ara*, de Ana Luísa Amaral” (2022). A autora constrói o método partir da obra *Um teto todo seu* (1929), de Virgínia Woolf ,

---

5 Tradução da autora, no original, lê-se: “Lesbian feminism is at once an international political movement, a political ideology, a praxis (theory in action), and an international society for the liberation of lesbians and all other women.”

6 No sentido de referenciar o corpo da mulher, não o uso da feminilidade.

7 Tradução da autora. No original, lê-se: “Dicho contrato matrimonial no es sino la expresión individualizada — en el sentido en que establece una relación cotidiana y específica entre dos individuos particulares — de una relación de clases general en que el conjunto de la una está a la disposición de la otra. Y si, de hecho, la individualización de esta relación interviene prácticamente siempre (alrededor del 90 % de los hombres y de las mujeres están, en un momento u otro de sus vidas, casados), el matrimonio no es, no obstante, sino la expresión restrictiva de una relación social; él no es en sí mismo dicha relación. Legaliza y confirma una relación social que existe antes y por fuera de él, la apropiación material de la clase de las mujeres por parte de la clase de los hombres: el sexaje” (Curiel; Falquet, 2015, p. 46-47).

dialogando sobre a mulher como sujeita que ao se afastar, enxerga o vazio simbólico do pensamento masculino. Com base nesse método é possível colocar a perspectiva das mulheres em primeiro plano para compreender a realidade feminina e suas consequências no cotidiano e no coletivo dessa classe. O direito das mulheres é considerado uma prioridade nesse estudo, ao entender a posição que essa classe se encontra na sociedade hoje. Levo em conta que, pela imposição do gênero<sup>8</sup>, mulheres passam por violências que o sexo oposto não vivencia.

Ao estudar sobre métodos de pesquisa, o materialismo histórico-dialético me chamou atenção na sua forma de construção de pensamento e análise se baseando no que é factual e temporal. A partir de seus princípios é possível compreender melhor a estrutura lógica da construção desse estudo, que são:

(1) a história da filosofia, que aparece como uma sucessão de doutrinas filosóficas contraditórias, dissimula um processo em que se enfrentam o princípio idealista e o princípio materialista; (2) o ser determina a consciência e não inversamente; (3) toda a matéria é essencialmente dialética, e o contrário da dialética é a metafísica, que entende a matéria como estática e anistórica; (4) a dialética é o estudo da contradição na essência mesma das coisas (Alves, 2010, p. 1).

Considero a crítica a esse mesmo método, levando em conta a perspectiva lésbica de Monique Wittig em seu ensaio “Homo sum” (2022), originalmente publicado em 1990. Nesse texto, Wittig propõe “dialelizar” a dialética enquanto conceito, retornando à concepção de Aristóteles e Platão. A autora tenciona o debate de até que ponto ela é útil para a análise do contexto da subordinação da classe feminina pela classe masculina, que é um dos focos dessa pesquisa. Ao recorrer ao “quadrado das oposições” elaborado por Aristóteles (Metafísica, L. I, 5, 6), é perceptível a divisão de pares opostos, que criaram diferenças metafísicas e morais no Ser. Nesse “quadrado” é colocada uma divisão entre: o bom e o mau, a luz e o escuro, o Uno e o múltiplo, o macho e a fêmea (ou não-Ser). Ou seja, a dialética é uma importante ferramenta para a análise da dinâmica entre classes e de seus aspectos em conflito para que, então, possa ocorrer a superação da classe dominante para a emancipação da classe dominada. Porém, ao utilizar esse método sem a crítica ao patriarcado impregnado é possível que resulte em uma conotação metafísica

---

8 Ou seja, pela socialização que obriga a mulher a cumprir com papéis sexuais.

de: Ser ou não-Ser, não problematizando, e sim aprofundando no paradigma do feminino associado ao escuro, ao malvado, à inquietação e ao Outro.

Ao trazer essa questão à luz, não esqueço da importância da perspectiva materialista<sup>9</sup> para a análise da realidade feminina, pois o que acontece na vida de cada mulher é único, mas, ao mesmo tempo, existem pontos que conectam umas às outras por meio da violência estrutural baseada no sexo, assim como elabora Monique Wittig (2021). Por que um fator meramente biológico acaba por determinar o destino de cada pessoa? Por que na sociedade o mais comum são homens que trabalham e que buscam sucesso e aventuras, enquanto as mulheres cuidam do lar e se reproduzem? Como aprofundado por Wittig (2022), o gênero, enquanto imposição de estereótipos de acordo com o sexo, é uma criação patriarcal que coloca as mulheres naturalmente na posição de submissão, questão essa que será debatida no próximo capítulo.

A pesquisa precisa ser realizada qualitativamente para compreender a necessidade da organização dos movimentos sociais a fim de manter o poder da população brasileira, pois são estudadas sobretudo pessoas, não sendo possível padronizar o tipo de análise em um questionário e quantificá-las; cada uma tem sua própria vivência, sua subjetividade e sua personalidade. Para essa análise, acredito que o contexto histórico traz uma dialética entre passado e presente de luta, que traçam paralelos importantes para pensar no passado, no futuro e principalmente no presente, ao colocar em foco a classe de mulheres.

A geografia feminista e decolonial me permite relacionar a vivência lésbica com o território e suas relações de poder, que dependem de diversos aspectos, como: quem é essa mulher, onde vive, como faz uso da terra e qual seu trabalho? Tenho consciência de que este estudo jamais bastará para a discussão, já que a ciência é construída e reconstruída em movimentos contínuos. A pesquisa qualitativa possibilita o contato direto com o objeto de estudo (no caso, o território feminino/lésbico), por meio de indivíduos que estão traçando ou refazem essa trajetória da autoidentificação. Ao pensar sobre

---

<sup>9</sup> A partir da leitura de Cipriano, Santiago e Cyrino (2018) entendo que, apesar da perspectiva do estudo ser radical, ou seja, analisar a partir da raiz as opressões, o feminismo materialista tem um ponto comum em relação à ideia revolucionária, ainda que com uma construção que se difere do feminismo radical e do feminismo lésbico. Grandes referências materialistas como Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu elaboram sobre as consequências do sistema patriarcal. Disponível em: <https://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/el-patriarcado-al-desnudo-tres-feministas-materialistas2.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

identidade lésbica e da importância de se identificar com a lesbianidade, tenho como base o Manifesto “A Mulher Que Se Identifica Com Mulheres” do grupo Radicalesbians (1970)<sup>10</sup> em que a identidade é colocada como:

Essa é uma identidade que precisamos desenvolver tendo a nós mesmas como referência, e não em relação aos homens. Essa consciência é a força revolucionária da qual tudo o mais seguirá, pois a nossa é uma revolução orgânica. Por isso, precisamos estar disponíveis e dar apoio umas às outras, oferecer nosso comprometimento e nosso amor, prover o suporte emocional necessário ao sustento do movimento (Radicalesbians, 1970, p. 10).

O estudo proposto sobre o território de mulheres tem como intuito aprofundar o entendimento da cultura e da história para chegar a um entendimento da lésbica e de suas necessidades, enquanto uma mulher que volta sua atenção à condição mulher (leva em conta seus papéis sexuais enquanto algo imposto socialmente), que conhece a si, ao meio e o seu potencial revolucionário, e como seu território é utilizado. Como ponto de partida, foi realizado o método corpo-território em formato de dinâmica com a comunidade SapataAty, de Paraty/RJ, a fim de buscar a identificação da lésbica com o território, do que envolve a relação corpo-território/território-corpo, e que exalta consequências estruturais e sistêmicas que acometem minorias, já que o método foi realizado com quatro indígenas. Esses mesmos corpos-territórios que são rebeldes e autônomos, atitude já explorada por Pisano:

A/O rebelde assume a capacidade humana de mudar tudo, de verdade, tudo. A autonomia passa pela liberdade de sentir e pensar, passa pelo nosso corpo na sua capacidade de dismantelar a dependência de qualquer uma das energias que contém: a sexualidade, os sentimentos, o pensamento. Não há possibilidade de autonomia se legitimamos alguém exercendo direitos sobre nossa sexualidade, nossos afetos ou nossa mente. Não há possibilidade de autonomia e liberdade se sentirmos que nossa submissão é justificada (Pisano, 1996, p. 23, tradução minha).<sup>11</sup>

O território faz parte do ser humano tanto quanto o ser humano faz parte do território, e essa dialética tão rica de subjetividades deve ser analisada para uma compreensão do real e do virtual, das partes e da totalidade. É visto que estar presente na materialidade do espaço e em todas suas contradições faz sentido ao modo que vivemos na realidade. Apesar de muitas vezes abstrações de uma ordem distante estarem sempre

---

10 Tradução por Editora Luas. Disponível em: <http://editoraluas.com.br/wp-content/uploads/2021/07/MANIFESTO-3.pdf>. Acesso em: 21 de setembro de 2023. Texto original disponível em: <https://idn.duke.edu/ark:/87924/r3gx1t>. Acesso em: 4 jun. 2023

interferindo na vida cotidiana, por conta disso surge a necessidade de levar o corpo como medida do espaço. Assim como Sofia Zaragocin e Martina Angela Caretta (2021) descrevem o método corpo-território: “Como método, o *cuero-territorio* prioriza o corpo como unidade de análise das dinâmicas espaciais, especialmente aquelas relacionadas à atividade extrativista e à violência de gênero” (Zaragocin; Caretta, 2021).

As atoras sociais que construíram essa pesquisa em conjunto transitaram e transitam pela América do Sul, como hoje é chamado um território originário, Abya Yala.<sup>12</sup> Nessa trajetória absorveram representações e aprendizados, que fazem parte de sua história e conseqüentemente do território lésbico em constante construção. É enriquecedor fazer a análise da representação do espaço individual e visualizar como essas representações podem fazer parte da realidade dessas mulheres.

Utilizo o corpo-território como conceito e método de análise territorial feminista decolonial (Zaragocin; Caretta, 2021) para análise tanto do território quanto do corpo lésbico (e parto dele). Esse método tem origem nos povos originários da América Latina e é utilizado para compreender a relação entre corpo e território (construído nessa ordem), mas também para ver de que modo o que ocorre no território reflete nos corpos das mulheres envolvidas (Gago, 2020). Nadine Cattán e Anne Clerval (2018) analisam que ao enfatizar o quão masculina é a noção de território, há a necessidade de desenvolver novos métodos, particularmente na interseccionalidade, para compreender a importância dos espaços lésbicos. *Cuerpo-territorio* é um exercício de mapeamento corporal feminista que pode ser feito de forma individual ou coletiva em um por meio de oficina (Zaragocin; Caretta, 2021). Assim, se torna reconhecido cientificamente o conhecimento coletivo baseado nas experiências vividas, de contaminação e opressão, a fim de denunciar as atividades extrativistas patrocinadas pelo Estado ou as violências sofridas no território. Ele é utilizado principalmente como uma cartografia feminista em um contexto de resistência à violência contra mulheres e às epistemologias eurocentradas. A construção do método se dá:

[...] ao contrário dos métodos tradicionais de mapeamento corporal participativo, em que os corpos são desenhados no território, o território é desenhado no corpo como um recipiente para entender e destacar o que está

---

12 Abya Yala em língua Kuna (povos do Panamá e Colômbia) significa: “terra em plena maturidade” ou “terra de sangue vital”. É o nome pré-colonização do que hoje chamamos de América Latina. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/projeto/povos-originarios/abya-yala/>. Acesso em: 13 out. 2023.

acontecendo dentro do corpo. A ideia central do método *cuerpo-territorio* é mapear territórios compostos de diferentes lugares no mapa do corpo. Em resposta às perguntas feitas pelo facilitador ou por um grupo de facilitadores, os participantes descrevem diferentes lugares no mapa corporal e os relacionam com suas emoções vividas. No final do exercício de mapeamento, cada participante ou grupo de participantes é convidado a compartilhar suas experiências e emoções incorporadas com todo o grupo, como forma de gerar conhecimento coletivo e práxis resultante (Zaragocin; Caretta, 2021, p. 7, tradução minha).<sup>13</sup>

Ao partir destes pressupostos metodológicos, proponho a busca teórica da raiz de cada conceito, com o intuito de aplicar sempre uma lente voltada para a realidade da lésbica contemporânea e de suas demandas. São utilizadas como referência autoras feministas lésbicas e geógrafas(os), como Gill Valentine e Liz Bondi, a fim de construir um caminho teórico-conceitual que faça sentido na leitura lésbica de mundo, que busca priorizar a leitura de semelhantes, já que somos invisibilizadas no meio acadêmico e ostracizadas por não compactuarmos com o discurso masculino, com narrativas historicamente apagadas.

A inserção de conceitos-chaves é basilar para analisar socialmente os dados, tanto da pesquisa de campo, quanto de sua relação com a teoria feminista. São delineadas relações sobre autossegregação, fundamentado no separatismo lésbico, é importante também saber como e por que essa é uma possibilidade para a classe feminina. Susan Cavin, em *Lesbian Origins* (1948), pontua o que se entende por separatismo lésbico:

[...] uma ideologia de vanguarda, estratégia para a libertação lésbica, bem como um modo de vida, uma subcultura para feministas lésbicas radicais e de vanguarda. A ideologia foi articulada publicamente pela primeira vez em 1971 nos EUA, mas agora é internacional. A estratégia de libertação articulada pelas separatistas lésbicas envolve: 1) a não cooperação feminina com o sistema patriarcal e com os homens, que vai desde a escolha da mulher de não se envolver social, emocional, sexual, política ou economicamente com homens, até a separação física das instituições e da jurisdição do patriarcado. 2) reconhecimento do poder das mulheres de dizer “não” aos homens; o poder das mulheres de escolherem controlar os seus próprios destinos fora do serviço obrigatório dos homens exigido pelo patriarcado. 3) compreensão de que as lésbicas e todas as outras mulheres que optam por se rebelar podem colapsar o patriarcado ao retirarem coletivamente o trabalho, o serviço, a energia e o apoio emocional femininos das instituições patriarcais e dos homens. Essa

---

13 No original, lê-se: “[...] contrary to traditional participatory body mapping methods, whereby bodies are drawn on territory, territory is drawn on the body as a vessel to understand and highlight what is going on inside the body. The core idea of the *cuerpo-territorio* method is to map out territory made up of different places onto the body map. In response to questions asked by the facilitator or a group of facilitators, participants depict different places on the body map and relate them to their lived emotions. At the end of the mapping exercise, each participant or groups of participants is asked to share their embodied experiences and emotions with the entire group as a means to generate collective knowledge and resulting praxis”.

teoria/estratégia baseia-se no pressuposto de que as lésbicas e todas as outras mulheres, tal como todos os grupos oprimidos, sofreram uma lavagem cerebral (principalmente através da misoginia internalizada e da homofobia internalizada) para colaborar e cooperar com o opressor na sua própria opressão. O separatismo lésbico tenta reverter esse processo ensinando o poder da sexualidade feminina e da separação feminina fora do controle masculino (Cavin, 1948, p. 21i-22i);<sup>14</sup>

O processo de territorialização é essencial para entender o movimento social e político que é proposto às mulheres e o que faz com que um grupo pertença a um território. Territorialização é um conceito explorado por Rogério Haesbaert (2007) quando diz que: “Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e/ou de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços” (Haesbaert, 2007, p.28). Desse modo, esse processo considera a identidade e sua expressão no território, seus signos e o que geram no espaço. Assim, nota-se que espaços lésbicos geram sentimentos múltiplos no público que não se beneficia dos mesmos, esse é um dos resultados da segregação.

A auto-organização em ambientes não formais aparece em qualquer tipo de grupo ou comunidade não institucionalizada e apresenta-se a tendência de não participar de institucionalizações. A territorialização urbana/não urbana determina quais as características possíveis de territorialidade, ou seja, de que maneiras o coletivo e o individual podem se concretizar, organizar e utilizar o espaço. Teoricamente, Haesbaert (2007) aprofunda a questão:

Realizando uma revisão teórica sobre as diversas formas com que a concepção de territorialidade foi proposta, podemos sintetizar através do seguinte elenco de posições:

1) Territorialidade num enfoque mais epistemológico:

---

14 Tradução da autora, no original lê-se: “[...] a vanguard ideology, strategy for lesbian liberation, as well as a way of life, a subculture for avant garde, radical lesbian feminists. The ideology was first publicly articulated in 1971 in the U.S., but is now international. The strategy for liberation articulated by lesbian separatists involves: 1) female non-cooperation with the patriarchal system and patriarchal men, ranging from a woman’s choice not to be involved with men socially, emotionally, sexually, politically or economically, to physical separation from the institutions and jurisdiction of patriarchy. 2) recognition of the power of women to say “no” to men; the power of women to choose to control their own destinies outside the compulsory servicing of men required by patriarchy. 3) realization that lesbians and all other women who choose to rebel can collapse patriarchy by collectively withdrawing female labor, service, energy and emotional support from patriarchal institutions and men. This theory/strategy is based on the assumption that lesbians and all other women, like all oppressed groups, have been brainwashed (chiefly through internalized misogyny and internalized homophobia) to collaborate and cooperate with the oppressor in their own oppression. Lesbian separatism attempts to reverse this process by teaching the power of female sexuality and female separation outside of male control.”

“abstração”, condição genérica (teórica) para a existência do território (dependendo, assim, do conceito de território proposto)

2) Territorialidade num sentido mais ontológico:

- a. Como materialidade (ex. controle físico do acesso através do espaço material, como indica Robert Sack)
- b. Como imaterialidade (ex. controle simbólico, através de uma identidade territorial ou “**comunidade territorial imaginada**”)
- c. Como "espaço vivido" (frente aos espaços - neste caso, territórios, formais-institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade (Haesbaert, 2007, p. 25, grifo da autora).

Em busca de trabalhos acadêmicos sobre territórios lésbicos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no próprio Google Scholar, verifiquei que o tema é pouco estudado e até mesmo escassamente acolhido por parte das lésbicas. Como dito por Gill Valentine (1993), geógrafa lésbica, procurar lésbicas nunca foi fácil e encontrar umas às outras é ainda mais difícil; as acadêmicas lésbicas desaparecem em instituições educacionais sob os títulos de professoras; estudantes lésbicas descobrem que suas realidades não são representadas e suas opiniões são marginalizadas; os Estudos Lésbicos são incluídos em Estudos Femininos, Estudos de Gênero ou Estudos Homossexuais/Gays (Gammon, 1993). Me surpreendi ao conhecer relatos sobre comunidades de mulheres em território nacional, pois não fazia ideia de que poderiam existir. A partir dessas descobertas, eis duas questões: é possível uma comunidade que prioriza mulheres? Por qual motivo elas escolhem se separar? Essas perguntas instigaram minha curiosidade. Por isso, comecei a ler mais sobre o assunto em livros e artigos lésbicos.

Vejo essa separação por parte das lésbicas em relação à sociedade heteropatriarcal como um movimento de busca por autonomia que prioriza a si mesmas e a própria classe, ao passo em que vão contra tudo que nos ensinaram ao longo de nossas vidas. Investiguei essa prática por meio do feminismo lésbico<sup>15</sup> e sua política, por isso

---

15 De acordo com Sheila Jeffreys (1994, p. 459): “O feminismo lésbico parte da compreensão de que os interesses das lésbicas e dos homens gays são, em muitos aspectos, muito diferentes porque as lésbicas são membros da classe política das mulheres. A libertação lésbica requer, de acordo com esta análise, a destruição do poder dos homens sobre as mulheres. Na teoria e nos estudos queer, as lésbicas parecem aparecer apenas onde podem ser facilmente assimiladas pela cultura e política gay masculina.” Tradução da autora, no original lê-se: “Lesbian feminism starts from the understanding that the interests of lesbians and gay men are in many respects very different because lesbians are members of the political class of women. Lesbian liberation requires, according to this analysis, the destruction of men's power over women. In queer theory and queer studies, lesbians seem to appear only where they can assimilate seamlessly into gay male culture and politics.”

acredito que seja importante discorrer brevemente sobre minhas referências, pois elas são o motivo desta pesquisa.

Ao lidar com as consequências das opressões vividas, é possível entender o modo de vida lésbico e o que prospectamos para uma existência plena, ou seja, seu bem-viver. É evidente que o desconforto diário de viver em uma sociedade que não está preparada para lidar com a existência lésbica (Rich, 2019) faz com que a qualidade de vida dessas mulheres seja prejudicada.

Esse território pode ser materializado por meio da política do separatismo lésbico, que será aprofundada nos capítulos posteriores. Esse conceito lésbico feminista traz a ideia de um espaço em que seja possível a existência lésbica em sua totalidade, um lugar em que todas se sentem confortáveis e compreendidas ao não se conformarem com as opressões<sup>16</sup> que lhes são impostas e expressar isso através do ser.

Para uma análise das características, dos aspectos e do uso do território lésbico e sua consolidação enquanto comunidade lésbica é indispensável fazer a distinção dos conceitos de espaço, lugar e território. Cada um tem uma especificidade que deve ser respeitada tanto na geografia quanto nas demais áreas. Para isso, é necessária uma base teórica geográfica e feminista que demonstre suas diferenças de análise do território e evidencie como as mulheres o utilizam.

---

<sup>16</sup> Expressão do gênero no cotidiano, para Lerner (2019, p.289), apresenta-se como uma definição cultural de comportamentos que são definidos socialmente como apropriados para o devido sexo em determinada época.

## 2 HISTÓRIA DAS MULHERES E DO FEMINISMO LÉSBICO

Ao me aprofundar nos pensamentos de Simone de Beauvoir (2016) e Monique Wittig (2022) sobre a criação do mito da mulher, afirmo que a história sobre a mulher (como “o outro”, imaginado e idealizado por homens) acontece após se estabelecer o patriarcado, que é, portanto, o ponto de origem da opressão feminina, início da imposição de gênero. Em *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens* (2019), Gerda Lerner cita a família, a religião e o Estado como a base do patriarcado, necessária para que ocorra de fato a dominação masculina, o que se confirma no Brasil atual. Porém, antes de a mulher ser vista como uma classe inferior, ela era vista como Deusa-Mãe, como Lerner (2019) explora em seu livro, mais precisamente por serem encontrados desenhos rupestres com essa representação no Neolítico. Por isso, é complexo pensar como a figura feminina foi de Deusa para Bruxa ao decorrer da história.

Houve uma mudança de narrativa. Pelas pesquisas de Lerner (2019), na Antiga Mesopotâmia (hoje região do Iraque), uma das regiões em que a autora encontrou provas onde aconteceu a transição do politeísmo para o monoteísmo, de deusas a um único deus-homem. A transição religiosa acarretou uma mudança social no modo de ver o mundo durante o segundo milênio a.C., como explorado pela autora. Lerner (2019) conclui que os símbolos foram transferidos, a fonte de vida, que antes era a vulva da deusa e posteriormente se tornou a semente do homem. Assim, no terceiro milênio a.C., a figura da Deusa-Mãe é substituída pela liderança do panteão e as deusas terminam por serem retratadas como esposas. Apesar disso, o culto a uma Grande Deusa não deixou de ocorrer, já que as imagens de algumas deusas estão ligadas às conquistas e ocupações territoriais. A importância de uma figura criadora tem relação com a capacidade e o poder de gerar, que inicialmente vinha da ideia de gestar, mas pela transição de visão dos poderes, a importância vem do implantar e controlar.

A diferença sexual passa a ter uma conotação de hierarquia, de dominação e de dominados. Ademais, a sexualidade da mulher se torna uma ameaça quando não é voltada aos desejos masculinos, assim como analisa Lerner (2019):

Sendo assim, pela ordem de Deus, a sexualidade livre e aberta da deusa da fertilidade deveria ser proibida para a mulher caída. A forma pela qual sua sexualidade deveria se expressar era a maternidade. Sua sexualidade foi

definida para servir a função maternal e limitada a duas condições: teria de se subordinar ao marido e dar à luz os filhos com dor (Lerner, 2019, p. 242-243).

A dominação sexual é expressa pela imposição de gênero que, para Lerner (2019, p. 289), apresenta-se como uma definição cultural de comportamentos que são definidos socialmente como apropriados para o devido sexo em determinada época, expresso cotidianamente como um conjunto de papéis culturais<sup>17</sup> que na realidade é uma fantasia, algo mítico. O controle dos corpos femininos pelos homens é histórico. De acordo com Lerner (2019): “O primeiro papel social da mulher definido pelo gênero foi ser trocada em transações de casamento” (Lerner, 2019, p. 263). Ou seja, vista como mercadoria. O objetivo para os homens era obter um “desempenho satisfatório ao oferecer a esses homens serviços sexuais e reprodutivos” (Lerner, 2019, p. 263). Dessa forma, exacerbam a exploração sexual que sempre acometeu a classe feminina. Ao decorrer dos anos, os homens precisaram criar novas estratégias para manter a classe feminina sob controle, uma das maneiras foi através da instituição heterossexual<sup>18</sup> que é compulsória enquanto parte da formação do ser humano do sexo feminino como mulher, conceituado por Adrienne Rich (2019). Atrelada à heterossexualidade está a maternidade<sup>19</sup> e a feminilidade, ferramentas de dominação que parecem se atualizar constantemente, elaborando novos mecanismos que façam com que as mulheres busquem seguir esse padrão de vida submissa.

---

17 Ou seja, o que constitui o estereótipo da mulher, seu gênero, como rituais de feminilidade, a expectativa do casamento e constituir família e parir.

18 Rich (2019) pontua que: “O que estou sugerindo é que a heterossexualidade, como a maternidade, precisa ser reconhecida e estudada como uma instituição política [...]” (Rich, 2019, p.42). E posteriormente complementa que: “As historiadoras precisam se perguntar, a cada momento, de que forma a heterossexualidade como instituição tem sido organizada e mantida pela escala salarial das mulheres, pela imposição do “lazer” às mulheres de classe média, a glamorização da chamada liberação sexual [...]” (Rich, 2019, p.86)

19 Há uma reflexão interessante sobre o assunto no livro “Duzentos anos de ideologia materna e o desenvolvimento do processo de “responsabilização” da mãe modificaram radicalmente as atitudes. E, mesmo quando trabalham, as mulheres do século XX permanecem infinitamente mais próximas dos filhos e preocupadas com eles do que as de outrora. Uma vez mais, porém, temos a prova de que a maternidade não é sempre a preocupação primeira e instintiva da mulher; de que não necessariamente o interesse da criança prevaleça sobre o da mãe; de que, quando são libertadas das imposições econômicas, mas têm ambições pessoais, as mulheres nem sempre escolhem — longe disso — abandoná-las, ainda que por apenas alguns anos, pelo bem da criança. Parece, portanto, que não há comportamento materno suficientemente unificado para que se possa falar de instinto ou atitude materna “em si”.”

Houve um período em que mulheres eram caçadas, queimadas, torturadas por serem consideradas bruxas<sup>20</sup>. Para ser mais precisa, entre os séculos VII e VIII o crime de *maleficium*<sup>21</sup> foi implementado nos novos reinos teutônicos, como demonstra a intelectual e militante feminista Silvia Federici (2023). Em meados do século XV, o cenário muda e se iniciam as primeiras descrições do sabá, sendo material suficiente para enquadrar a doutrina da bruxaria enquanto heresia e crime contra Deus, contra a Natureza e o Estado, expõe Federici (2023): “Entre 1435 e 1487, foram escritos 28 tratados sobre bruxaria” (Federici, 2023, p. 304, apud, Monter, 1976, p. 19) e consequentemente caracterizando a bruxaria como uma ameaça que deve ser extinguida.

Não coincidentemente, a maioria das bruxas condenadas eram mulheres. Os homens começaram a temê-las, já que: “Supostamente, uma bruxa podia castrar os homens ou deixá-los impotentes, por meio do congelamento de suas forças geradoras [...]” (Federici, 2023, p. 346). Nesse sentido, a caça às bruxas não só santificava o patriarcado como também colocava as mulheres como destruidoras de homens, assim como lésbicas são vistas até hoje. A relação entre bruxaria e sexualidade é evidente, conforme destaca Federici (2023), em 1179, a Igreja intensificou seus ataques contra a “sodomia”, que condenou pela primeira vez a homossexualidade, ao tornarem a sexualidade não uma questão individual, mas sim algo que precisa ser validado pelo Estado.

Em sua obra, Federici (2023) traz referências sobre evidências de comunidades femininas que foram condenadas por suspeita de heresia em 1312, como o caso das beguinas, mulheres laicas da classe média urbana que viviam juntas, principalmente na Alemanha e Flandres. Historicamente, as mulheres tendem a se organizar no coletivo. Nesse sentido, há a possibilidade de haver alguma relação entre si, assim como relatam Rosemary Curb e Nancy Manahan (1985) no livro *As Freiras Lésbicas*, o qual traz

---

20 Sobre essa temática, uma referência é o livro *Woman Hating* (1974), de Andrea Dworkin, como quando ela escreve que: “Uma compreensão de que a Antiga Religião realmente era, como funcionava, é crucial se quisermos compreender a natureza precisa da caça às bruxas, a quantidade e o tipo de distorção que o mito do mal feminino tornou possível, que as mulheres eram que estavam sendo queimadas, e o que elas realmente tinham feito. A informação disponível vem principalmente das confissões de bruxas acusadas, gravadas e distorcidas pelos inquisidores, e do trabalho de antropólogos como Margaret Murray e C. L’Estrange Ewen. O cenário dos cultos de bruxaria é reunido a partir dessas fontes, mas muitas peças estão faltando. Um monte de conhecimento desaparece com 9 milhões de pessoas.” (Dworkin, 1974, p. 141)

21 De acordo com Federici (2023, p. 303): “[...] eram castigadas por *maleficium* aquelas práticas mágicas que infligiram dano às pessoas e às coisas [...]”.

histórias diversas de lesbiandade dentro de conventos dos Estados Unidos e expõe a dificuldade de se expressar livremente dentro de espaços autoritaristas. É incrível como as mulheres que se identificam com mulheres, as lésbicas que têm acesso a política do feminismo lésbicas, resistem ao sistema lesbo-odioso<sup>22</sup> e persistem em criar *continuums*<sup>23</sup> para terem momentos de segurança e afeto entre mulheres.

Ao compreender o Estado e a Igreja como ferramentas patriarcais, é evidente que uma das estratégias é submeter as mulheres a serem de acordo com a aprovação dos homens. Assim discursa Margarita Pisano em suas obras (1996, 2001, 2015), que procura desmistificar a feminilidade. Além disso, busca suas características e sua origem para que o abandono da cultura masculinista seja uma opção viável às mulheres. Tal atitude retorna às mulheres a um estado humano de ser e viver que desprograma valores heterossexuais (como a feminilidade, maternidade e submissão) e passa a compreender o estado mais natural e genuíno do ser mulher. Pisano exemplifica:

A feminilidade não se relaciona com os interesses das mulheres, pois esta não nos permite apropriar-nos das capacidades do humano, ter liberdade sem submissão, sentir-nos capazes, donas da nossa própria vida e do mundo, donas das nossas próprias decisões. Essa autonomia não deve ser uma reação ou uma conquista baseada em truques e dominação. A feminilidade, uma construção organizada dentro da masculinidade e baseada nela, é invasiva e contra toda lógica, porque não é uma condição natural da mulher (Pisano, 2015, p. 52).<sup>24</sup>

A autora explicita que a condição feminina coloca as mulheres como incapazes de se apropriar do que é simplesmente humano, ao passar a reproduzir o desejo masculino através da feminilidade, com o objetivo de obter validação patriarcal. A mulher ao

---

22 Lesbo-ódio refere-se ao ódio direcionado às lésbicas. No *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017* (2018), realizada por Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felipe Soares e Maria Clara Dias, lesbocídio é conceituado enquanto “morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica” (p. 19). Posteriormente, Soares e Dias (2022, p. 3) colocam uma melhor descrição: “a morte de lésbicas com forte componente lesbofóbico ou motivada essencialmente por lesbofobia ou ódio (lesbo-ódio), repulsa e discriminação contra a existência lésbica”.

23 Do conceito *continuum* lésbico de Adrienne Rich (2019, p. 65): “*continuum* lésbico possa incluir um conjunto – ao longo da vida de cada mulher e através da história – de experiências de identificação da mulher, não simplesmente o fato de que uma mulher tivesse alguma vez tido ou conscientemente tivesse desejado uma experiência sexual genital com outra mulher”.

24 No original, lê-se: “La feminidad no se relaciona con los intereses de las mujeres, pues esta no permite apropiarnos de las capacidades de lo humano, de tener libertad sin sumisión, de sentirnos en capacidad, dueñas de la propia vida y del mundo, dueñas de las propias decisiones. Esta autonomía no debe ser una reacción o una conquista basada en tretas y dominios. La feminidad es una construcción organizada dentro de la masculinidad y en función de ella, es invasiva y contra toda lógica, porque no es una condición natural de las mujeres”.

corroborar com a heterossexualidade passa a ter certos benefícios sociais e econômicos ao se relacionarem com homens. Nesse sentido, Anna Lee (1981) fala sobre o paralelo entre privilégio revogável, ou seja, os benefícios pela validação dos homens na sociedade e poder, levando em conta os pactos entre homens e mulheres brancas:

O que todas nós, especialmente lésbicas brancas, precisamos ter convicção é na diferença entre poder e privilégio revogável. Ter poder sobre algo é possuir os recursos necessários para decidir qual será o resultado de uma situação. Privilégio revogável é a capacidade de assimilar as decisões e a agenda de outras pessoas. Esse privilégio pode se manter, desde que as decisões e agenda dessas outras pessoas sejam seguidas. As mulheres brancas têm privilégio revogável. Quando elas servem aos interesses dos homens brancos, os recursos são colocados à sua disposição. Quando não o fazem, a disponibilidade de recursos diminui. Quando abrigos para mulheres maltratadas contratam lésbicas ou realizam serviços disponíveis para lésbicas que foram espancadas, o financiamento da cidade, município, estado ou governo nacional é cancelado. É importante para homens que as mulheres sejam corrigidas e devolvidas a eles. Não importa para eles que as lésbicas sejam remendadas e devolvidas a uma situação de espancamento lésbico (Lee, 1981, p. s/n).

Com isso é preciso pensar no papel da lésbica visível. Aquela que se opõe ao “ser mulher” como o “outro”, que é utilizada como exemplo de como as mulheres não devem agir nem ser, para seguirem com os benefícios sociais e econômicos da heterossexualidade. A geógrafa Gill Valentine, aprofundando-se na perspectiva lésbica sobre os espaços heterossexuais, escreve:

As mulheres que se vestem, se comportam, trabalham ou vão a lugares associados a homens correm o risco de serem rotuladas de "masculinas" e, portanto, de lésbicas que "odeiam homens". O estigma e a negatividade associados a ser lésbica, portanto, significam que as acusações de ser uma "sapatão" são usadas por alguns homens para manter mulheres independentes em seu lugar e, de maneira similar, algumas mulheres usam a acusação para pressionar outras mulheres a conformar-se com sua própria opressão (Bunch, 1991, apud Valentine, 1993, p. 411)<sup>25</sup>

Percebemos de que modo a heterossexualidade se comporta como uma instituição política (Rich, 1980; Wittig, 2022) que compulsoriamente impulsiona as mulheres às feminilidades, maternidade e submissão e colocam à margem o que se opõe a essa ideia patriarcal do que é ser mulher. Ao longo da história, tal classe teve suas potencialidades limitadas pela heterossexualidade imposta por meio da socialização,

---

25 Traduzido pela autora. No original, lê-se: “Women who dress, behave, do jobs, or go to places associated with men run the risk of being labelled "butch" and hence as "man-hating" lesbians. The stigma and negativity associated with being a lesbian therefore means that accusations of being a "dyke" are used by some men to keep independent women in their place, and, similarly, some women use the accusation to pressurize other women into complying in their own oppression (Bunch, 1991).”

desde antes mesmo da civilização ou de registros históricos, como discorre Gerda Lerner (2019): “A opressão e a exploração econômicas baseiam-se tanto na transformação da sexualidade feminina em mercadoria quanto na apropriação pelos homens da força de trabalho das mulheres e de seu poder reprodutivo como aquisição econômica direta de recursos e pessoas” (Lerner, 2019, p. 265). Para além disso, a autora ressalta que no caso das mulheres, a classe é mediada a partir dos vínculos sexuais com um homem e que por meio do comportamento sexual que se ganha acesso, também é importante se mostrar uma “mulher respeitável” para continuar obtendo benefícios dos privilégios masculinos. As lésbicas são colocadas, nesse sentido, como desviantes, já que se abstêm de serviços heterossexuais. Portanto, qual o interesse em se relacionar, de qualquer forma, com seu opressor?

O conceito de separatismo lésbico carrega muita rebeldia, desde o incentivo de pequenas atitudes, como minimizar a energia cedida aos homens, a grandes mudanças, como a materialização do separatismo, que seria uma comunidade lésbica. Algo que soa tão distante em tempos de barbárie, mas que persiste ao ressoar em cada lésbica que sonha em ter seu próprio lugar de liberdade e exercício de seu trabalho. Como relata a geógrafa lésbica Gill Valentine:

Essas comunidades rurais tentaram estabelecer uma sociedade feminista lésbica de muitas maneiras diferentes. Cada uma procurou promover formas não hierárquicas de se organizar e de ser autossuficiente, desenvolvendo suas próprias instituições e habilidades econômicas, como fazer fogo, ervas medicinais e outras habilidades de sobrevivência. As comunidades também buscaram articular sua identidade desenvolvendo uma cultura feminina (em termos de linguagem, música, livros e histórias). Assim construíram visões muito politizadas de um “ideal rural” (Valentine, 1997, p. 112).<sup>26</sup>

Por isso, é indispensável que esse tema seja compreendido por meio da pesquisa sobre a política lésbica. Pelo ponto de vista da Wittig (2022), partimos da perspectiva de que a mulher é subjugada na sociedade e as lésbicas ostracizadas, ambos os grupos violentamente atacados em diversas escalas e níveis. Ficam evidentes quais são os

---

26 No original, lê-se “These rural communities attempted to stablish a lesbian feminist society in many different ways. Each looked to foster non-hierarchical ways of organising themselves and to be self-sufficient by developing their own economic institutions and skills, such as fire-making, herbal medicine, and other survival skills. The communities also sought to articulate their identity by developing a women's culture (in terms of language, music, books and herstories). In this way they constructed very politicised visions of a "rural idyll".”

motivos que fazem com que lésbicas queiram evadir, mas como isso pode ocorrer, se existe uma necessidade contínua da subserviência das mulheres pelos homens?

Susan Cavin (1948) percorre os diversos conceitos do movimento lésbico feminista em sua obra *Lesbian Origins* (1985), e sobre a origem do feminismo lésbico tem-se que:

O feminismo lésbico é uma análise crítica do patriarcado e da supremacia masculina criada por lésbicas políticas em 1970, combinando o feminismo radical com o "radicalesbianismo"<sup>27</sup>. É uma análise política do poder da sexualidade feminina, que afirma que as "mulheres-identificadas-mulheres", quando organizadas no nível de base da sociedade, têm o poder de criar sociedades femininas livres de hierarquias de sexo, raça, classe e idade (Cavin, 1985, p. 3).<sup>28</sup>

O movimento iniciado em 1970 segue sua resistência na política de parte das lésbicas pelo mundo afora, introjetado no simbólico<sup>29</sup> cultural, na linguagem, na vestimenta e tudo que envolve o ser e viver em sociedade. É interessante observar como a questão espacial aparece nas entrelinhas do trecho expresso acima, coloca-se sobre o poder da classe feminina de criar sociedades femininas, mas qual a realidade espaço-tempo possível para que isso ocorra? O próprio texto traz parte da resposta: as mulheres teriam que estar na base da sociedade, ou seja, não funcionaria em uma sociedade cujo sistema é patriarcal. Isso me faz pensar que a única alternativa possível seria criar pequenas comunidades femininas para inverter a lógica masculinista e colocar em prática uma política de emancipação feminina e apesar de essa ideia parecer extremamente

---

27 Referência ao grupo Radicalesbians que possuem um manifesto traduzido como “A mulher que se identifica com mulheres”

28 Tradução da autora. No texto original lê-se: “O feminismo lésbico é uma análise crítica do patriarcado e da supremacia masculina criada por lésbicas políticas em 1970, combinando o feminismo radical com o ‘radicalesbianismo’. É uma análise política do poder da sexualidade feminina, que afirma que as ‘mulheres-identificadas-mulheres’, quando organizadas no nível de base da sociedade, têm o poder de criar sociedades femininas livres de hierarquias de sexo, raça, classe e idade, opressões.”

29 Há um extenso debate sobre o simbólico na área da psicanálise e filosofia. Tendo a concordar com a perspectiva simbólica de Luce Irigaray, filósofa que contestou diversos psicanalistas como Lacan e Freud acerca a visão deles sobre a figura da mulher. Como explorado por Rafael Kalaf Cossi (2019, p.327): “Para Irigaray, o falo, mesmo como significante privilegiado do simbólico, ainda conservaria uma relação insuperável com o pênis; serviria como um instrumento teórico mais aprimorado a reafirmar a submissão e a inferiorização da mulher. Professar a diferença a contar de um referente único – e que, ainda, é historicamente masculino, no ponto de vista da autora, seria inaceitável. Além do mais, ela reprova Lacan em diversos momentos por considerar que o simbólico ‘dele’ é um registro a-histórico e imutável, que refuta rearranjos. Para Irigaray, a linguagem deve ser estimada como maleável, em fluxo e entregue a relações de poder. Se a cultura ocidental, incluída aí a Psicanálise, na perspectiva da feminista, não entende as mulheres, é porque insiste em manter os mesmos paradigmas falocêntricos, regidos por leis que se querem totalizantes”.

utópica, trarei ao longo da pesquisa diversos momentos na história em que esse cenário foi e é possível.

## 2.1 LÉSBICAS ENTRE TERRITÓRIOS

Pretendo me desprender da perspectiva norte-centrada e masculina, para isso, utilizo como referência a geógrafa equatoriana e feminista decolonial Sofía Zaragocin, que investiga o método corpo-território na análise do território em "*Cuerpo-territorio: a decolonial feminist geographical method for the study of embodiment*", nos Anais da Associação Americana de Geógrafos (2021). Ela também escreveu "*Feminismo decolonial y buen vivir*" (2017), "*La geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial en espacios de muerte lenta*" (2018), "*Gendered geographies of elimination: Decolonial feminist geographies in Latin American settler contexts*" (2019), dentre outros textos que me aprofundarei ao longo da pesquisa.

Para buscar mais informações sobre o movimento das lésbicas feministas desde a década de 1970 e relacionar o movimento separatista com suas motivações que se expressam na geografia, utilizo leituras de Gill Valentine, geógrafa britânica que escreveu sobre isso em "*(Hetero) sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces*" (1993), "*Introduction: From nowhere to everywhere: Lesbian geographies*" (2000), "*Making space*" (1997), entre outros escritos.

Valentine inspira na sua escrita, já que raramente tive a oportunidade de ler lésbicas que produzem academicamente na geografia. Além disso, enxergar uma leitura de mundo por essa perspectiva me faz compreender muito do que senti ao longo da vida, dando mais visibilidade a essa narrativa e abrindo caminho para outras lésbicas do meio. Busco constantemente referências brasileiras, pois sei que cada lugar tem suas especificidades históricas que devem ser levadas em conta. Não seria diferente com o contexto brasileiro.

Nesta pesquisa, o território é considerado a apropriação humana do espaço e suas convenções sociais, que resulta em arranjos e práticas territoriais de origem, de forma e de conteúdo variados, encontrados em diferentes contextos culturais, sociais e temporais. Não é apenas um "espaço delimitado", mas lida com o valor político de cada escolha territorial, que analisa o tempo e o espaço de aspectos importantes da história e mantém uma dialética ativa entre os agentes, sem nunca os ver de forma isolada.

A territorialidade é resultado das relações de poder<sup>30</sup> enraizadas na sociedade, levando em conta o sistema vigente e a hierarquia social, também as relações sociais e as possibilidades de reprodução do espaço. A partir disso, posso iniciar a reflexão sobre quais poderes estão presentes em uma territorialidade lésbica/em uma comunidade de mulheres. A visão sócio-histórica do território faz sentido porque este não se constrói sozinho: se não há pessoas, não há território; sem suas marcas culturais por meio do trabalho, da arte e sem a convivência, não há organização socioespacial.

Ao pesquisar sobre experiências e opressões sofridas pelas mulheres desfeminizadas, que não reproduzem o padrão de feminilidade imposto pelo patriarcado, verifica-se um escasso arcabouço teórico em relação ao modo de oprimir essas mulheres, em que foram encontrados por mim mais escritos sobre sua invisibilidade. Isso pode ocorrer porque o número de lésbicas que acessam a academia é baixo devido à marginalização da própria sexualidade<sup>31</sup>. Esse estudo busca explorar os conceitos de existência lésbica (Rich, 2019) e separatismo lésbico, a fim de compreender as motivações de diversas lésbicas que buscam seu próprio território.

Esta investigação acadêmica está comprometida com a luta das mulheres, que busca escutar lésbicas que são invisibilizadas na pesquisa geográfica, com o objetivo de trazê-las para o debate. Apresento um novo horizonte às mulheres em que é possível olhar a vida com mais liberdade, pois mesmo que seja um projeto lésbico, seus benefícios se estendem à intensa reflexão sobre si e sobre comunidade para todas as mulheres. Devido à suposta necessidade de aprovação masculina, as mulheres tendem a se afastar e a se isolar individualmente. Espero que este estudo possa abrir novos caminhos de

---

30 Joan Scott (1995) reflete sobre as relações de poder em levando em conta as diferenças sexuais baseadas no gênero: “Uma afirmação de controle ou de força corporificou-se numa política sobre as mulheres. Nesses exemplos, a diferença sexual foi concebida em termos da dominação e do controle das mulheres. Esses exemplos podem nos dar alguma ideia sobre os tipos de relações de poder que se constroem na história moderna, mas esse tipo particular de relação não constitui um tema político universal. Por exemplo, sob diferentes aspectos, os regimes democráticos do século XX também têm construído suas ideologias políticas a partir de conceitos generificados, traduzindo-os em políticas concretas: o estado de bem-estar, por exemplo, demonstrou seu paternalismo protetor através de leis dirigidas às mulheres e crianças” (Scott, 1995, p. 91).

31 Para reiterar esse argumento existem estudos sobre a aderência de lésbicas nas universidades como o de Daniela Auad e Luisa Bitencourt Martins (2020): “*Lésbicas e ensino superior: entre o silêncio e a fala*”. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeducuclings/article/view/6607/4628> Acesso em: 5 jun. 2023.

compreensão coletiva, de como temos muito mais em comum do que imaginamos e de que nossa união é potente.

Longe de romantizar, sei que existem diversas fagulhas patriarcais em relações entre mulheres, visto que crescemos em uma cultura heterossexual, mas acredito no potencial das lésbicas em promover mudanças individuais e coletivas palpáveis. Eu mesma posso dizer que, ainda hoje, muitos pensamentos meus acabam indo de encontro com a política lésbica e diariamente busco analisar, teorizar, repensar e reestruturá-los, principalmente através do processo terapêutico com uma lésbica que assim como eu não reproduz feminilidade. Querendo ou não, muitas crenças limitantes são criadas a partir da socialização, que é heterossexual, portanto é comum que seja algo custoso desprogramar a própria mente. Como analisado por Margarita Pisano:

Ao questionar o desenho que fizeram de nós, só passaremos a ser sujeitas atuantes, a desconstruir a misoginia – consigo mesmo e com as outras. Sem essa condição básica seremos apenas convidadas, convidadas a um sistema que pensa por nós, que erotiza com nossos corpos e não com nossos pensamentos. Estaremos sempre um pouco fora, fora do mundo, fora da cultura, fora da política e fora do nosso próprio corpo, caindo facilmente nos processos esquizofrênicos dessa sociedade (Pisano, 2001, p. 64).<sup>32</sup>

De modo geral, meu objetivo com esta pesquisa é de investigar a realidade da existência lésbica (Rich, 2019), do *continuum* lésbico (Rich, 2019) e de seus desdobramentos no cotidiano. Esses conceitos seguem às margens da academia e são invisibilizados devido à descredibilização para com a psique e o intelecto feminino. Como estudado por Gerda Lerner (2019), a sexualidade feminina é controlada pelos homens. Assim, observa-se a necessidade de resgate destes conceitos não apenas para que lésbicas tenham contato com eles, mas sim a todas as mulheres, já que essas políticas foram elaboradas desde o final da década de 1960 pensando na segurança e no bem-viver da classe feminina.

---

32 Tradução da autora, no original lê-se: “Al interrogar el diseño que han hecho de nosotras, recién comenzaremos a ser sujetos actuantes, a desconstruir la misoginia –con una misma y con las otras–. Sin esta condición básica sólo seremos invitadas, convidadas a un sistema que piensa por nosotras, que se erotiza con nuestros cuerpos y no con nuestro pensamiento. Estaremos siempre un poco fuera, fuera del mundo, fuera de la cultura, fuera de la política y fuera de nuestro propio cuerpo, cayendo fácilmente en los procesos esquizofrénicos de esta sociedad”.

Ao longo do processo surgiram novas questões, como: qual seria o lugar das lésbicas em uma sociedade que as apaga? Quais as dores do corpo-território lésbico?

Por uma ótica geográfica, a partir do conceito de território, explorado por Sofia Zaragocin e Martina Angela Caretta em “*Cuerpo-Territorio: A Decolonial Feminist Geographical Method for the Study of Embodiment*” (2021), principalmente debatem o território e suas diversas facetas, implicações e aplicações. Utilizo o método que elas apresentam para compreender a vivência de indígenas lésbicas que pesquisam comigo, levo em conta uma territorialidade própria e sua cultura enquanto foco de estudo, investigo de que maneira as opressões relacionadas aos estereótipos do que é ser mulher na sociedade afetam a classe feminina.

Zaragocin e Carreta (2021) discorrem sobre o conceito de território e como a versão branca, masculina e europeia se tornou a mais aceita, já que é uma perspectiva hegemônica. Nesse sentido, é proposto pelas autoras um olhar atento ao território e como ele se conecta com o que é mais pessoal de cada um, o corpo, e sobre essa perspectiva que me debruço.

Essas questões adentram a profundidade do território que parte do próprio corpo, visto como corpo-casa, já que as lésbicas, em maioria, se reconhecem enquanto não-lugares. Quando o acolhimento não é demonstrado ao estar em sociedade, se faz necessário que o próprio corpo e mente sejam um território seguro, regidos por si e para si. Para maior qualidade de vida lésbica, é importante que existam espaços seguros de convivência que não ocorram discriminação, assédio ou violência, e esse espaço só é possível a partir da partilha entre mulheres, estabelecendo comunidades.

Por meio do método corpo-território foi possível buscar as raízes das dores do corpo que transpassam pelo território e vice-versa, que possibilitam reflexões sobre onde lésbicas se encontram no Brasil de hoje, quem realmente são e o que querem construir. Com a base teórica feminista que guia este caminho, que traz o conhecimento de uma luta secular e ancestral, volto os olhares ao próprio corpo. Este não de maneira individual, mas sempre em conjunto, ao mesmo tempo em que troco vivências. O principal espaço criado por esta pesquisa com um objetivo implícito, sem dúvida, é o de escutar umas às outras, ao criar esse território de afeto e compreensão com cada particularidade e a partir das diferenças, trazendo à luz o que nos une enquanto mulheres.

Com isso, vejo a necessidade de analisar o não lugar da mulher lésbica, identificar os modos de vidas lésbicos que buscam seu próprio território e caracterizar o tipo de organização desses espaços, em relação à autonomia e à autogestão. Nesse sentido, eu enquanto pesquisadora e lésbica, observo que uma forma de ativismo e militância lésbica é a arte urbana, seja *grafitti* ou pixo. Muitas de nós vemos nas paredes a oportunidade de nos expressar no mundo, ao deixar nossas narrativas e vivências pelas ruas, assim como pela vontade de que outras mulheres se sintam representadas.

Nas cidades de Rio Grande e Pelotas/RS, onde mais transito atualmente, vejo muitos “atropelos” ou “queimações” sobre arte lésbica, isto é, apagar o *grafitti*/pixo/arte urbana. Sobre isso Thiago Ferreira de Assis (2017) discorre que:

Essa sobreposição significa também a tomada de um território, ou até mesmo a reapropriação do que um pixador julga ter sido espaço dele. Essa reapropriação é marcada por conflitos ideológicos, e via de regra, motivo de inimizades entre os pixadores. Tal atitude, considero como o símbolo do que indicamos anteriormente como transterritorialidade, pois ela demonstra na íntegra, o sentido de tomada a força, de atitudes violentas entre os pixadores (Assis, 2017, p. 66).

Desse modo, é possível concluir que a disputa de narrativa toma forma material como conflito por território. Por trás do pixo existem artistas e pessoas. Essas disputas podem tomar proporções bem próximas do cotidiano, inclusive ameaças e agressões verbais e físicas. Aprofundando-se nos diversos tipos de territórios que se formam, como explora Assis (2017), pode-se dizer que:

[...] para os sujeitos inseridos no movimento, os signos são reconhecidos, bem como a quem estes pertencem. Podemos perceber, portanto, conflitos e tensões que denunciam que a paisagem está repleta de territórios que se sobrepõem, o que pode ser compreendido como transterritorialidades (Assis, 2017, p. 41).

É representativo que não existam atropelos nos pixos de vulgos como “ventre”, mas sim sobre símbolos e frases do movimento lésbico, que exaltam a beleza e a potência de nossa cultura. Trago alguns exemplos deste conflito a partir de registros fotográficos. Abaixo é possível ver o pixo lésbico escrito: “Pelo fim do lesbocídio” e, ao lado, símbolos lésbicos, como a labrys, o machado de dupla lâmina que era utilizado para proteção e como símbolo representante da deusa Ártemis, simbolizando a força das Amazonas. A vulva, como símbolo do poder do corpo feminino, e um vulgo “LF” com um triângulo invertido, em memória às lésbicas que morreram brutalmente no holocausto, na Segunda

Guerra Mundial. Acima desse pixo há uma “queimação” com o propósito de invisibilizar, apagar e silenciar o grito lésbico.

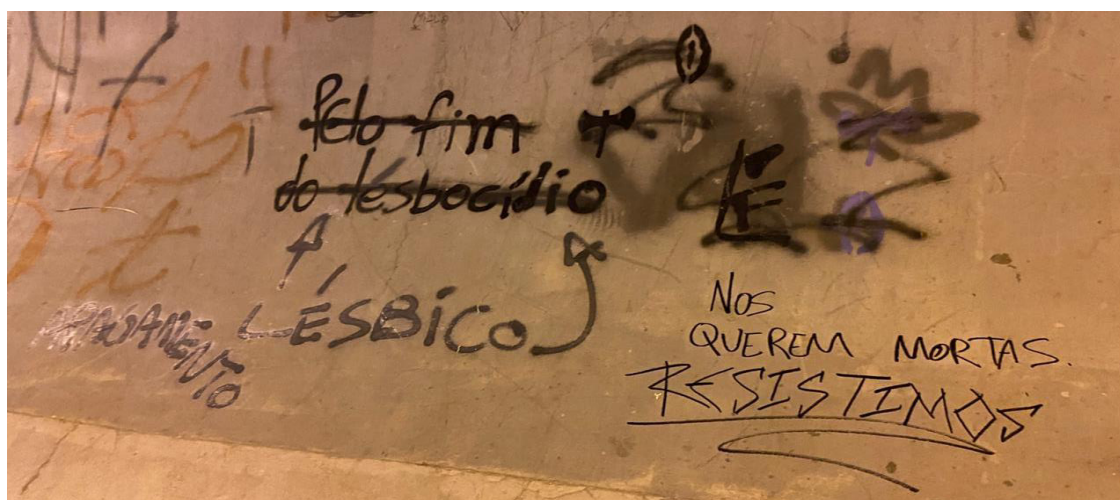
Imagem 2: Atropelo localizado na pista de skate no Cassino, Rio Grande/RS



Fonte: Marinna Pires

No caso desse conflito, as lésbicas responderam à “queimação”, não tendo a mesma atitude e riscando por cima, mas sim ao lado, como observamos na foto abaixo, em que lésbicas responderam com pixos dizendo “apagamento lésbico” e “nos querem mortas, resistimos”.

Imagem 3: Resposta lésbica ao atropelo localizado na pista de skate no Cassino, Rio Grande/RS



Fonte: Marinna Pires

Assis (2017) analisa que conforme os pixadores ultrapassam outros territórios e deixam um pixo, este não deixa de pertencer ao antigo grupo, mas adquire características de outro grupo, junto a sua territorialidade. Indo ao encontro da ideia do território estar indissociável do corpo, Gago (2020) investiga que:

As lutas que atualmente se relacionam com o movimento feminista voltam a conectar justamente o que parece não estar interligado: a agressão contra o corpo das mulheres e das dissidências sexuais, pensando como corpo-território, e um regime político neoextrativista que se conecta totalmente à hegemonia financeira (Gago, 2020, p. 119).

As expressões artísticas lésbicas são poucas, mesmo que poucas, existem tentativas de apagamento. Portanto, as estratégias de extermínio da cultura e dos corpos femininos dissidentes ficam evidentes e lutar contra esse tipo de violência é apoiar e preservar a comunidade lésbica.

A classe de mulheres é oprimida sistematicamente pelo patriarcado e seus agentes (homens e mulheres que corroboram com o discurso masculino e vigiam as mulheres que fogem do que é “ser mulher”) por meio do controle de mentes e de corpos. Para explicar a origem dessa opressão, a historiadora Gerda Lerner (2019), aborda de que maneira a socialização masculina mina as perspectivas de vida das mulheres. A autora caracteriza a escravidão sexual das mulheres como o primeiro modo de escravidão humana: o sexo, portanto, é um fator determinante para a exploração e a violência masculina na vida das mulheres. Simone de Beauvoir (2016) é a precursora da perspectiva do gênero construído a partir da socialização, de acordo com o sexo, como demonstra em:

O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem. Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (Beauvoir, 2016, p. 10).

Posteriormente, nos escritos de Monique Wittig (2022), principalmente o texto “Do contrato social”, publicado pela primeira vez em 1989 pela revista *Feminist Issues*, em que é resgatada e analisada a obra *Do Contrato Social* (1762), de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que confronta as noções históricas estabelecidas e explicita a

necessidade do abandono e da recriação do suposto contrato social, já que não usufruímos do compromisso recíproco que nos levaria à liberdade. Este contrato nada mais é do que as convenções que fundamentam a sociedade global, mesmo que não sejam formalizadas. O conjunto da população não é imóvel e imutável. Portanto, temos a possibilidade de mudança, porém vivemos em uma sociedade patriarcal e capitalista, o que implica uma série de convenções das quais concordamos sem nem perceber e estão implícitas no “ser mulher”. São universalmente partilhadas e veiculadas pela mídia, nos núcleos familiares, nas redes sociais e em outros nichos sociais, tal qual a ideologia burguesa, que não necessariamente beneficia quem a veicula.

Ao analisar algumas das ferramentas patriarcais para subordinação feminina, como a maternidade e a feminilidade (ou seja, o gênero), é perceptível que são frutos de um contrato social, o qual Wittig (2022) caracteriza como heterossexualidade. Assim, modifica o agir, o mover e o pensar. Historicamente, homens como Aristóteles e Lévi-Strauss excluíram as mulheres do contrato social, as colocando apenas como mercadoria de troca, também como confirmação do contrato social entre os homens: um contrato de apropriação de mulheres. Um exemplo disso é o uso do dote em algumas culturas como ocorria na Índia, fazendo com que o homem da família desse permissão e uma garantia em dinheiro ou bens para casar sua filha. A cientista política Carole Pateman (2020) também explora o contrato original e compila o contrato social com o que ela chama de contrato sexual, que coloca os homens hierarquicamente acima das mulheres (e a mulher como “o outro”), e o contrato de escravidão, que legitima a supremacia branca.

O desdobrar deste contrato social que é a heterossexualidade também é abordado pela poeta e teórica Adrienne Rich (1929-2012) em *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica* (2019), publicado originalmente em 1980. O texto traz exemplos atemporais de outras autoras que elencam os diversos tipos de dominação masculina sobre a classe feminina, em que é possível perceber a perpetuação da instituição heterossexual por meio do contrato social, como a negação às mulheres da própria sexualidade (por meio de clitoridectomia<sup>33</sup>, punição às lésbicas, negação psicanalítica do clitóris, entre

---

33 “Remoção parcial ou total do clitóris e da dobra de pele que rodeia o clitóris (denominado prepúcio ou capuz clitoriano)”, de acordo com o Manual MSD. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/problemas-de-sa%C3%BAde-infantil/abuso-e-neglig%C3%Aancia-infantil/mutila%C3%A7%C3%A3o-genital->

outros), a imposição da heterossexualidade (pelo estupro marital e como forma de correção/punição, incesto, entre outros), a exploração de seu trabalho para controlar o produto (p. ex., o casamento e maternidade), como controlar ou roubar seus filhos (hoje tem-se o exemplo da lei da alienação parental<sup>34</sup>), o confinamento físico, o uso de mulheres como objetos de transação masculina, a restrição de sua criatividade (um exemplo histórico é a caça às bruxas e também a restrição da realização pessoal ao casamento e à maternidade) e a privação de áreas do conhecimento e da cultura. Virginia Woolf escreveu sobre como a “condição mulher” limita e poda a vida de milhões de seres humanos que nascem do sexo feminino e seguem uma vida sendo socializadas como tal na obra *Um teto todo seu* (1929), principalmente acerca do cotidiano de escritoras. Esses são apenas alguns exemplos do exercício do poder masculino, o qual é observado em diversas escalas e contextos, e são dessas ferramentas que se pretende haver uma ruptura quando buscamos territórios lésbicos.

Lésbicas como Rich, Wittig, Audre Lorde e Mary Daly, por exemplo, analisaram a heterossexualidade como um fator político de subjugação da classe feminina, que afeta o cotidiano da classe feminina; nesse sentido, Wittig afirma que “lésbicas não são mulheres” (2022, p. 53). Não no sentido biológico, mas sim social. A política lésbica leva esse grupo a se desprender das armadilhas heterossexuais, tais como feminilidade e maternidade, com maior facilidade do que mulheres heterossexuais, por se afastarem completamente do que significa ser mulher em uma sociedade patriarcal: a mulher só existe dentro das prerrogativas da heterossexualidade, pois não existe gênero sem heterossexualidade como instituição política. Ambos estão alinhados e se retroalimentam. Essa intenção de afastamento ocorre por ter sido uma construção masculina. Wittig (2022) explica que diferença entre os sexos é imposta através da naturalização do gênero, como um fenômeno inato:

---

[feminina#:~:text=Clitoridectomia%3A%20Remo%C3%A7%C3%A3o%20parcial%20ou%20total,denominado%20prep%C3%BAcio%20ou%20capuz%20clitoriano](#) Acessado em 19 mar. 2024.

34 Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010 dispõe sobre a alienação parental, utilizado por muitos abusadores para alegar que a criança inventou abusos influenciada pela mãe, assim os abusadores conseguem a guarda de suas vítimas e descredibilizar os abusos relatados pela vítima. Conceituado por Richard Gardner, que defendia a pedofilia como prática. Há uma luta para revogação da lei no senado brasileiro, disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9312417&ts=1684426211461&disposition=inline#:~:text=Segundo%20o%20detalhamento%2C%20a%20Lei,divulgar%20falsas%20acusas%20C3%A7%C3%B5es%20de%20estupro>. Acesso em: 19 mar. 2024.

[...] eles chamam o gênero de “delegação lexical de seres naturais”, seu símbolo. Cientes de que a noção de gênero não é tão inócua quanto parece, as feministas norte-americanas usam gênero como categoria sociológica, deixando claro que não há nada natural nessa noção, pois os sexos foram concebidos artificialmente enquanto categorias políticas – categorias de opressão (Wittig, 2022, p. 116).

Para o patriarcado, as mulheres têm a única finalidade de servir aos homens e são colocadas em um papel de submissão, como se fosse natural na dinâmica dos sexos, baseada no tradicionalismo e no determinismo biológico, que pauta as mulheres enquanto deficientes, conforme foi explorado por Freud, principalmente nas obras “Estudos sobre histeria” (1893-1895) e “Sexualidade Feminina” (1931), em que escreveu sobre a histeria feminina e criou o mito do orgasmo vaginal. Lerner comenta que:

As teorias de Sigmund Freud reforçaram ainda mais a explicação tradicionalista. O humano normal de Freud era macho; a fêmea era, de acordo com sua definição, um ser humano desviante sem pênis, cuja completa estrutura psicológica concentrava-se, segundo supunha, no esforço em compensar essa deficiência (Lerner, 2019, p. 45).

Após a mulher ter ficado desprovida de autoconhecimento e autonomia, sem compreender sua história e capacidade, é urgente para a classe, evadir do sistema heterossexual e deste contrato para que retornem aos próprios corpos, dessa vez apartadas da visão masculina e vendo-se dignas de simplesmente existirem.

A psicóloga Dee L. R. Graham contribui com essa perspectiva ao discorrer sobre o isolamento ideológico na obra *Amar para sobreviver: mulheres e a síndrome de Estocolmo Social* (2021). A autora explana a síndrome de Estocolmo social partindo da falta de acesso das mulheres à perspectiva feminina, já que dentro da heterossexualidade (principalmente) as mulheres tendem a apresentar continuamente a visão masculina (inclusive sobre si mesmas), e não a própria, findando em situações que não as beneficiam acreditando ser o melhor para si, levando como prioridade as escolhas de seus captores/abusadores/maridos/familiares/amigos. De acordo com Graham (2021), o fato de muitas mulheres não saberem sobre a própria luta, o feminismo, demonstra esse isolamento sistemático de perspectivas que não são as dos homens. Nesse sentido, ao vivermos em uma sociedade que nos isola umas das outras, da nossa própria política, seria inviável sair dessa lógica ao permanecermos nela. É aparentemente óbvio, porém extremamente complexo. Ao refletir sobre o funcionamento dessa ferramenta patriarcal, mesmo em uma sala cheia de mulheres, ainda pode haver o isolamento ideológico caso ao menos uma delas apresente as perspectivas masculinas e não as próprias. Isso é ainda

mais provável quando notamos que os homens ficam com raiva quando as mulheres não estão ao serviço deles e a maioria das mulheres ficam com medo de chatear os homens por terem ciência de como eles reagem, podendo levar inclusive ao feminicídio.<sup>35</sup>

Por conta disso, essa pesquisa tende a focar nas mulheres que são lésbicas, pois são as que buscam com maior afinco desvincular-se completamente dos padrões de relações heterossexuais, o que se mostra basilar no estudo: analisar também essa desprogramação da política heterossexual. Sem que haja o intuito de não priorizar outras sexualidades, já que todas as mulheres e crianças são beneficiadas pela política lésbica, mas sim colocar em foco as vivências lésbicas.

A questão territorial é uma forma de fuga desse sistema, uma maneira de proporcionar essa revolução por meio das faces do espaço territorial na tentativa de bagunçar o sistema de valores heterossexuais; de priorizar o bem-estar feminino e a autonomia. Pisano investiga esse olhar da política lésbica:

Quero que nossas ações ensinem e nos ensinem a pensar e a elaborar o pensamento com outros imaginários e a usar a palavra filosofia, mesmo que isso nos custe. Autonomia é autonomia apesar de terem tentado colocar nomes e sobrenomes no movimento feminista. Os que são autônomos de verdade são poucos e têm produção, os demais, por mais que se autodenominem autônomos, alimentam a herança cultural do patriarcado (Pisano, 2015, p. 93, tradução minha).<sup>36</sup>

Acredito que a perspectiva das mulheres em relação à conceituação e aplicação do território é extremamente importante para não enviesar o estudo com olhares masculinos, porém o acesso a tais referências é difícil, visto que ainda hoje a produção de conhecimento feminino acaba invisibilizada.

Uma possibilidade de saída desse lugar de isolamento é a política lésbica, teorizada desde os anos 1960 até hoje por lésbicas como Audre Lorde, Monique Wittig,

---

35 Homens costumam reagir com agressões verbais e físicas podendo culminar em feminicídio, como vemos diariamente em noticiários. Por exemplo: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/policia/noticia/2024/03/homem-que-atirou-na-ex-companheira-em-flores-da-cunha-e-presos-cltk50dc7000t0161x0z1xiiv.html> e <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/policia/noticia/2024/03/homem-e-condenado-a-24-anos-e-seis-meses-de-prisao-por-matar-mulher-em-bom-jesus-clu4391f0000o019i467m0ovw.html>. Acesso em: 27 mar. 2024.

36 No original, lê-se: “Quiero que nuestras acciones enseñen y nos enseñen a pensar y a elaborar pensamiento con otros imaginarios y usemos la palabra filosofía, aunque nos cueste. La autonomía pese a que le han tratado de poner nombres y apellidos en el movimiento feminista. Las que son autónomas de verdad son muy pocas y tienen producción, las otras, por mucho que se llamen autónomas, alimentan el acervo cultural del patriarcado”.

Adrienne Rich, Sheila Jeffreys, Ochy Curiel e Margarita Pisano. Com esse arcabouço são viabilizados caminhos para compreender o que é ser mulher e o que é ser lésbica nos dias atuais no Brasil, país que continua a viver as consequências da colonização e da exploração, levando em conta também as peculiaridades do território nacional, de suas marcas e das cicatrizes no espaço. Algumas das consequências desses processos históricos são a segregação socioespacial que leva pessoas empobrecidas a serem basicamente expulsas dos centros urbanos pela exploração e especulação imobiliária, isolando-as; racismo estrutural, linguístico e ambiental; por exemplo.

No ano de 2021 foi realizado o primeiro LesboCenso Nacional,<sup>37</sup> elaborado pela Coletiva Coturno de Vênus e pela Liga Brasileira de Lésbicas com o intuito de coletar informações nos âmbitos de: autoidentificação, trabalho, educação, saúde, relacionamentos, relações familiares e redes de apoio que lésbicas têm acesso. Esse censo procura mudar o cenário de subnotificações de crimes (vide o que foi e está sendo estudado pelo *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017* (2018), violação de direitos e falta de políticas públicas voltadas à comunidade. Está disponível no *site* do projeto apenas o primeiro relatório. Nele observamos a tabela 3, no eixo de autoidentificação. Em um total de 19,455 respostas válidas, 51.36% se identifica como “lésbica”, 26.40% como “sapatão” e 3.86% como “mulher gay”.

Ao divulgarem o questionário da pesquisa, algumas lésbicas se sentiram ofendidas com uma questão sobre feminilidade e masculinidade,<sup>38</sup> em que a respondente deve se colocar em escala de “expressão de gênero (0 a 100: 0 feminilidade padrão, 100 masculinidade padrão)”. As lésbicas se reuniram com a organização, que não levou adiante nenhum tipo de reparo ou resposta contundente sobre como modificar essa situação, dizendo ser possível reparar a questão apenas no próximo LesboCenso (sem previsão). O grupo que se posicionou sobre essa questão expressa que é uma violência para algumas lésbicas visíveis se colocar enquanto masculina, já que as mulheres nunca se beneficiaram da masculinidade, que é uma característica exclusivamente masculina, está ligada com atitudes prejudiciais às próprias lésbicas, como violência sistêmica,

---

37 Disponível em: <https://lesbocenso.com.br/>. Acesso em: 04 de agosto de 2023.

38 Foi feita uma carta explicitando a indignação e enviada às mulheres da organização do Lesbocenso, disponível em: <https://memorialesbica.medium.com/pela-democratiza%C3%A7%C3%A3o-do-lesbocenso-a-luta-l%C3%A9sbica-se-constr%C3%B3i-no-debate-e-nas-ruas-cce4dd0b30f1> Acesso em 22 mar. 2024

guerras, estupro, consumo de pornografia, pedofilia, incesto, exaltação de poder falocêntrico, entre outras camadas. Margarita Pisano (2004) analisa a origem da feminilidade como um aporte da masculinidade o que observamos em: “A feminilidade não é um espaço autônomo com possibilidades de igualdade, de autogestão ou de independência, é uma construção simbólica e de valores desenhada pela masculinidade e contida nela como parte integrante” (Pisano, 2004, s/p).<sup>39</sup>

Mulher lésbica. Depois do que disse anteriormente, fica evidente como esse termo soa como uma contradição, um oxímoro, palavras opostas em uma mesma frase. Como mencionado, Wittig (2022) argumentou que lésbicas não são mulheres, visto que as lésbicas não estão econômica, política e ideologicamente relacionadas a homens. Em relação à classe sexual, as lésbicas não usufruem de nenhum privilégio, pois o mesmo pertence à heterossexualidade, à hegemonia e ao universal que é masculino. Portanto, a lesbiandade é o modo de viver mais livre para a classe feminina, já que não devemos nada aos homens, não nos permitimos ser controladas. Não que as mulheres heterossexuais permitam esse controle, mas estão dentro desse sistema que as colocam nessa posição. Nesse sentido, a teoria lésbica continua viva como esse caminho de conhecimento feminino acerca desse sistema patriarcal, que pode auxiliar cada uma a enxergar e fugir da submissão que creem ser inata.

Então, o que é ser lésbica? Desde a origem da teoria lésbica, pensadoras se debruçam sobre essa pergunta que é tão profunda, contém tantas camadas, que fica complexo responder apenas “é ser mulher e se relacionar com outras mulheres”, vai muito além das relações entre mulheres: é uma maneira de ver o mundo a partir de uma cultura riquíssima. Foram elaboradas linguagens próprias, que são viabilizadas por meio da arte por exemplo, a música “Lesbian Code”, de Alix Dobkin, que foi uma cantora-compositora e ativista lésbica judia norte-americana.

Nessa música ela brinca com códigos da cultura lésbica (principalmente norte-americana) e relata ter buscado esses códigos com lésbicas de diferentes origens. Alguns exemplos de partes da música, traduzidos por mim, são: “Ela é uma B.D. (bebê *dyke*<sup>40</sup>), ela é uma D.D. (*dyke* definitiva) [...] Ela é libanesa? (Bem, ela é talentosa), Ela é

---

39 Tradução coletiva feita pelo grupo Estudos no Brejo, que acontece semanalmente no Brejo das Flores. São Paulo, SP (2017)

40 Equivalente ao “sapatona” em português.

labesiana, lesbônica e acontece que eu sei que ela é ‘vagitariana’ [...] Você pode identificar a motorista do ônibus, identificar a garota do acampamento, ela está de bicicleta (o acampamento é uma fileira de barracas)”. Esses são apenas alguns dos códigos, retirados de um simbólico cultural comum.

Das referências de cultura lésbica brasileira, destaco a importância do boletim ChanaComChana e atualmente do blogue Um Outro Olhar, administrado pela Miriam Martinho, uma das militantes do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), que recebeu escritos de lésbicas de todo território nacional e era distribuída na maior capital do país, São Paulo. Nesses boletins, que posteriormente mudaram para Um Outro Olhar<sup>41</sup>, encontramos símbolos como a labrys (machado de dupla lâmina usado pelas Amazonas), dois símbolos do feminino (associado à deusa Vênus, fêmea) entrelaçados, formas de vulvas (muitas vezes disfarçadas) e há uma abundância de elementos naturais como plantas e animais. Ao analisar o conteúdo dos boletins, encontram-se tópicos de interesse à comunidade lésbica, tais como: saúde sexual, poesia, conteúdo político sobre luta lésbica feminista, destaque a ataques sofridos por lésbicas, divulgação de audiovisual feito por lésbicas, coluna de troca de cartas e muito mais.

Patrícia Lessa (2008) aponta que o espaço criado pelo boletim é repleto de: informação, política, feminismo, humor, sonhos e amor, que mostra a vontade de uma rede ampla de lésbicas e proporciona essa troca através da escrita e distribuição do material. Acredito que toda forma de expressão artística lésbica é revolucionária, pois parte de uma visão não hegemônica e crítica ao sistema, por mais que a arte não seja diretamente um criticismo, a ideia de duas mulheres se relacionando por si só é uma afronta ao sistema patriarcal. A cultura lésbica certamente mudou, foram acrescentados novos símbolos e novas políticas de acordo com a necessidade de cada tempo-espaço, porém há contínuo resgate histórico devido ao apagamento lésbicas que perdura ao longo dos séculos. Susan Hawthorne (2003) analisa essa questão:

Lésbicas, no então chamado mundo pós-colonial, permanecem desposadas de sua própria cultura. Muitas permanecem acreditando que as lésbicas não têm cultura. O discurso heterossexual dominante, tal como o do meu colega, perpetua o mito de que não há essa tal cultura lésbica. E a mídia padrão não

---

41 Esta mudança foi relatada no blogue da ativista Miriam Martinho que diz: “Após 12 edições, o ChanacomChana foi substituído pelo boletim Um Outro Olhar, em setembro de 1987, ainda no período de vigência do GALF”. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2021/07/memoria-lesbiana-um-raio-x-dos-boletins.html>. Acesso em: 4 ago. 2023.

reconhece o trabalho das lésbicas até que elas estejam bem e verdadeiramente sepultadas e quaisquer outros parentes temerosos das repercussões também já tenham morrido (Virginia Woolf é um exemplo desse ponto; recentemente encontraram prova nos primeiros rascunhos de *A Room of One's Own* que conta a história completa de Chloë e Olivia; lésbicas têm escrito sobre isso por décadas) (Hawthorne, 2003, s/n).

Nessa grande mídia muito conteúdo lésbico não é viabilizado, muitas séries de protagonismo lésbico, como *Gentleman Jack*, série produzida pela HBO, *Everything Sucks!*, *Primeira Morte* e *Caçadoras de Recompensa*, da Netflix, tiveram novas temporadas canceladas. Esse apagamento teve origem na queima de poemas de Safo (630 e 612 a.C.), da Ilha de Lesbos, e perdurou durante a inquisição com a perseguição contra Filipa de Sousa (1556-1600). Hoje também é possível visualizar esse movimento ao apagarem/riscarem nossas artes de rua ou boicotarem nossos trabalhos.

Busco, neste capítulo, dar visibilidade às artistas que enriquecem nossa cultura, que trazem novos elementos e reforçam nossa genealogia, valorizando nossa memória, também colaborando na construção de um imaginário coletivo. Na indústria do audiovisual, hoje, temos lésbicas que atuam em diversos estilos musicais, dentre elas: Adriana Calcanhotto, Ana Gabriela, Gabe Leal, Juliana Perdigão, Lan Lanh, Leci Brandão, Luana Hansen, Ludmilla, Mart'nália, MC Mano Feu, Natália Carreira, Camila Cuqui, Zélia Duncan e muitas outras.

Nas letras lésbicas, carregadas de melodia, visualizamos a riqueza simbólica da cultura lésbica, que perpassa diversos estilos musicais como funk, pop, rock, mpb, entre outros, para além de artísticos. Como no trecho do funk “Sou Sapatão”, da MC Mano Feu: “Exclusiva Pras Minas,/ Essa é a Festinha Que Hoje Vai Rolar,/ Já Chamei as Mais Lindas, as Gostosas, gordinhas,/ Que Gostam de Dança,/ As Pretinha Que desce,/ Rebola,/ De um jeito Que faz Mundão parar,/ Ela sobe e desce,/ Rebola, enlouquece e faz Meu Corpo Gritar...”. A música exalta a beleza dos corpos lésbicos e nossa diversidade, além de falar sobre a relevância de espaços voltados para lésbicas. Muitas referências da nossa cultura estão presentes na música “Como é bom ser lésbica”, da banda Musa Híbrida, com composição de Camila Cuqui: “Colorindo Tee Corinne,/ Preenchendo a tarde com inspirações lisérgicas,/ As flores são bucetas,/ *I see vaginas everywhere*,/ Como é bom ser lésbica,/ Mesmo se a vida aperta,/ Ainda existe a Safo, A Ana C. e a Angélica...”, refere a nomes de artistas e poetisas lésbicas em conjunto, busca as semelhanças entre corpo feminino e natureza.

No dia 19 de agosto é comemorado o dia do orgulho das lésbicas, devido à manifestação histórica no Ferro's Bar, em São Paulo, no ano de 1983, em que o GALF foi proibido de realizar as vendas dos boletins lésbicos ChanaComChana. Uma das fundadoras, Rosely Roth, levantou e discursou sobre o direito de vender os boletins, já que o público que frequentava o bar era o mesmo que os consumia.<sup>42</sup> No dia 29 do mesmo mês se comemora o dia da visibilidade, lançado em 2003, de acordo com a ativista e jornalista Míriam Martinho (ano): “De agosto de 1996 (quando se registra a ideia do dia da visibilidade) até junho de 2003, a questão dos direitos homossexuais vai ganhar cada vez mais visibilidade na sociedade, sobretudo na mídia, mas quase não houve comemorações do dia da visibilidade lésbica em todo esse período.” Portanto, nota-se que a intenção de dar visibilidade às lésbicas no mês de agosto não ocorre para além de pontuais visibilidades comerciais, além de a jornalista apontar a falta de registros de tal acontecimento.<sup>43</sup>

Em 2023 foi realizado o Sapiência - Festival de Cultura Lésbica,<sup>44</sup> um evento que ocorreu entre 12 e 31 de agosto, organizado por: Oitava Feminista, Brasil Contra SAP, Brejo das Flores, Caminhada das Lésbicas e Bissexuais de Belo Horizonte (MG), Caminhada Lésbica de Juiz de Fora (MG), Coletivo Perseguidas, Desfeminilizei, Frente Labrys, Lesbianas: leituras y conversas, Mulheres Lendo Juntas, Podcast Abę Obinrin, Psi Lésbica, SafoSapa, Sapataria Podcast e Lesbofeministas autônomas. Esse evento foi um aglutinador para o movimento, pois as atividades ocorreram tanto presencialmente quanto online.

Particpei, no dia 19/08/2023, com início às 12h, do Sarau do Orgulho Lésbico na Livraria Hippocampus no Cassino, organizado pelo Sapataria Podcast, composto naquele momento por mim, Lisiane Andriolli Danieli e Marinna Pires, em Rio Grande (RS).

---

42 Mais informações no blogue Um Outro Olhar de Míriam Martinho, disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2018/08/19-de-agosto-primeira-manifestacao-lesbiana-contra-discriminacao-no-brasil.html> e <https://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html>. Acesso em: 4 ago. 2023.

43 Relato por Míriam Martinho no blogue Um Outro Olhar. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2017/08/dia-da-visibilidade-lesbica-23-anos-de-uma-historia-mal-contada.html>. Acesso em: 4 ago. 2023.

44 Site do evento: <https://festivalsapiencia.mailchimpsites.com/>

Imagem 4: Sarau do Orgulho Lésbicas na Livraria Hippocampus, Cassino/ Rio Grande



Fonte: Giovanna Soares (2023)

Foi um evento que contou com em média 20 pessoas, dentre elas a presença da escritora e aRtivist(a) Mariam Pessah, que falou um pouco de sua trajetória, dos seus livros e do movimento lésbico brasileiro. Também teve apresentação da Gil Colares, cantora local que levou voz e violão para o evento, além de venda de zines da Sapa Braba, velas aromáticas da Lésbika Rebelde, os próprios livros de Mariam e distribuição de *not dog* vegano feito pela organização. Abaixo, uma foto do dia do Sarau, registro da fala de Mariam Pessah.

Imagem 5: Fala da aRtivist(a) Mariam Pessah no Sarau do Orgulho



Fonte: Giovanna Soares (2023)

Após o Sarau, reunimos lésbicas para colagem de lambes políticos na Avenida Rio Grande e terminamos o dia na Praia do Cassino. Foi lindo ver um encontro de lésbicas em uma quantidade nunca antes registrada nas ruas do Rio Grande. Estar na rua com lésbicas visíveis é não se ver na solidão do cotidiano, mas sim em uma perspectiva de vida coletiva possível, é poder se expressar livremente e ser notada por outras mulheres e lésbicas que se cruzam na calçada, talvez com admiração, talvez com um olhar preconceituoso. Abaixo, um registro de algumas participantes do Sarau do Orgulho juntas, ocupando a avenida principal do Cassino, enquanto colávamos lambe-lambes, prática permitida na cidade de Rio Grande.

Imagem 6: Participantes do Sarau do Orgulho ocupando a Avenida Rio Grande, Cassino



Fonte: Ju Blasina (2023)

No dia 20/08, às 15h, aconteceu o Piquenique sapatão em Pelotas (RS), organizado pelas SafoSapa e Pixatriz, também compondo o Festival Sapiência, citado anteriormente.

Imagem 7: Piquenique sapatão no Parque Dom Antônio Zattera - Colina do Sol, Pelotas



Fonte: Andressa Galhardo (2023)

Nessa confraternização comemos coletivamente e conversamos sobre nossas vivências, sobre como muitas vezes nosso cotidiano pode ser duro, mas que ao mesmo tempo desfrutamos de momentos incríveis com as nossas.

Por fim, dia 27/08, às 15h, estive presente na Colagem de lambe-lambe em Pelotas (RS). Alguns dias antes, elaborei com minhas amigas alguns lambes a mão, alguns políticos, outros com poemas e colagens.

Imagem 8: Colagem de lambe-lambe em Pelotas



Fonte: Giovanna Soares (2023)

Ao passear com lésbicas em Pelotas, fizemos as ruas falarem sobre nós, tive uma sensação bonita, da mesma forma ocorreu na colagem de lambes no Cassino. Estes encontros proporcionam um sentimento muito forte de pertencimento.

Imagem 9: Parede com stencil SafoSapa e lambe-lambes lésbicos



Fonte: Giovanna Soares (2023)

O muro da foto acima foi grafitado com a técnica de stencil pela Safo Sapa, em homenagem à escritora e militante lesbofeminista Audre Lorde (1934-1992). Poucos dias depois, o grafite foi “atropelado” e assinado com o vulgo “ventre”, que passou spray preto por cima, assim como já havia feito em outras artes delas e de suas amigas. Vimos, no dia da colagem de lambes, que seria uma ótima oportunidade para lesbianizar ainda mais a parede e ressignificar o acontecido.

No cotidiano da lésbica é comum o sentimento de não pertencimento, já que em espaços heterossexuais (toda a linguagem patriarcal produzida nos espaços) ocupamos um não lugar por onde andamos. Momentos de encontro com nossas iguais nos fazem perceber o quanto pertencemos, independente do território, espaço ou lugar. Uma potencialidade do encontro é a de criação, sem ela nada que foi realizado por lésbicas até então seria possível. O construir coletivamente faz parte da política lésbica e do impulso de querer se enxergar no mundo, invertendo sua lógica, nem que seja por um momento no tempo-espaço. Há um recorte importante que é o território geográfico de um panorama global, somos mulheres do sul global, isso implica em uma maneira própria de ver o

mundo e de se relacionar com a comunidade. Nesse sentido, a reflexão de Delmy Tania Cruz Hernández (2013) nos ajuda a pensar nos cenários possíveis:

O segundo princípio [como premissa para o uso da categoria corpo-território] é a coletividade, uma base essencial para os feminismos do Sul. Acreditamos no postulado da coletivização e entendemos o verbo como a criação conjunta de conhecimento, militância, emoções e da própria vida. Este princípio nos leva a criar pontes e articulações com outros movimentos, principalmente de mulheres e feministas, para que juntos sejam geradas condições de possibilidade que permitam transformações sociais, políticas e ambientais que atravessam nossa corporeidade, subjetividade e intersubjetividade e a emergência de sujeitos-ás com raiva digna (Hernández, 2013, p.1-2).<sup>45</sup>

Os conhecimentos do sul global, nossa maneira de utilizar o território e essa conexão com o corpo e suas formas de expressão precisam ser levadas em conta quando se estuda os modos de vida de uma população. Ademais, a necessidade de escrever sobre isso é justamente a falta dessa perspectiva, mesmo vivendo o sul global, a maioria das referências culturais são estadunidenses e europeias.

---

45 Tradução da autora. No original, lê-se: “El segundo principio es la colectividad, fundamento esencial para los feminismos del sur. Nosotras creemos en el postulado de colectivizar y entendemos el verbo como creación conjunta de conocimientos, militancias, afectividades y vida misma. Este principio nos lleva a crear puentes y articulaciones con otros movimientos, principalmente de mujeres y feministas, para que en conjunto se generen condiciones de posibilidad que permitan transformaciones sociales, políticas y ambientales que atraviesen nuestra corporeidad, subjetividad e intersubjetividad y sea posible la emergencia de sujetos- as con digna rabia.”

### 3 TERRITÓRIOS LÉSBICOS

A partir da cultura lésbica compreende-se que o processo de aceitação de si e da sua atuação em sociedade gera muita frustração e exclusão das nossas personalidades. As experiências mais recorrentes são nas escolas. Ao pesquisar na cidade de Curitiba, ouvi de uma companheira lésbica que ela evitava passar em frente à escola que frequentou na infância, pois rememorava a discriminação dos colegas de turma. Quando adultas, nós continuamos nos sentindo “as estranhas” em meio aos outros, geralmente destoamos da paisagem, como analisa Valeria Preston e Ebru Ustundag (2008): “Lésbicas e gays têm impactos muito diferentes nas paisagens urbanas, com implicações concomitantes em sua mobilidade”.<sup>46</sup> Nossos trajetos são pensados para que seja o mais seguro possível, existem lugares proibidos, pois nos sentimos ameaçadas ou até mesmo lugares que nos sentimos mal passando e por isso mudamos o percurso; essas questões fazem parte da vida das lésbicas.

Este desconforto ao estar em público é como um sinal de alerta para a lésbica, já são iminentes violências física e verbal, como exposto pelo *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017* (2018), que definiu o lesbocídio como morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica, esta capaz de provocar repulsa e ódio patriarcal, ao ser uma mulher que não cumpre com o papel feminino, ao quebrar a expectativa masculina sobre o corpo de uma fêmea humana. No *Dossiê* (2018) observa-se que:

Em 55% dos registros de casos de lésbicas mortas entre 2014 e 2017, as lésbicas eram não-feminilizadas (gráficos 64 e 65). Chamamos de lésbica não-feminilizada a lésbica que não corresponde aos estereótipos de feminilidades socialmente definidos às mulheres na sociedade ocidental. Em 42% desses mesmos registros, as lésbicas eram negras (Peres *et al.*, p. 77, 2018).

Ao distinguir as formas de violência de acordo com a afronta da lésbica que vai contra as normas patriarcais de como uma mulher deve se portar e se apresentar que ressalta o racismo, já que sua raça importa na hora de cometer a violência. O abuso antilésbico dirigido às mulheres em espaços públicos reflete as tentativas dos homens de policiar o comportamento independente das mulheres. Portanto, reflete as relações de

---

<sup>46</sup> Tradução da autora. No original, lê-se: “Lesbians and gays have very different impacts on urban landscapes, with concomitant implications for their mobility”.

poder patriarcais (Valentine, 1993, p. 409).<sup>47</sup> De acordo com Valentine (1993), no mercado de trabalho as lésbicas costumam enfrentar desconfortos por não seguirem um código de vestimenta e conduta femininas, já que os locais de trabalho são física e socialmente organizados para refletir e reproduzir relações sociosexuais assimétricas. Como resultado dessa expressão e representação das relações heteropatriarcais no espaço, os funcionários heterossexuais como um grupo se apropriam do espaço por meio de significantes, conversas e comportamentos (hetero)sexualizados (Valentine, 1993, p. 404).<sup>48</sup>

Conforme analisado por Karina Vergara (2022), as consequências sociais e econômicas recaem sobre aquelas que não têm mestre; a invisibilidade, os ataques à lésbicas e lesbocídios não provocam indignação, pois é como se fosse uma consequência natural por se relacionar com mulheres, que enfatiza que precisamos ver essas situações de violência com lésbicas como uma punição, um castigo voltado para aquelas que fogem da instituição heterossexual. A vontade de utilizar o espaço de maneira própria, que faça sentido com a própria verdade e que seja confortável é coerente quando nos voltamos ao fato de que as lésbicas são posicionadas como “a diferença” ou “o outro” na sociedade. Ochy Curiel (2013) demonstra que: “Essa diferença não define apenas as mulheres, as lésbicas, mas todos os grupos oprimidos, pois a diferença que os constitui é produzida a partir de um lugar de poder e dominação, portanto, é um ato normativo.” (Curiel, 2013, p. 54).<sup>49</sup> Sentir-se deslocada acaba por ser um sentimento comum entre minorias, a ideia de construir um território é esse ímpeto de praticar a própria cultura e recriar sua realidade material e emocional. Ester Limonad e Rogério Haesbaert (1999) adentram a questão da territorialização em um mundo globalizado como parte da construção político-econômica, cultural e do conjunto de símbolos e valores compartilhados por um grupo social. A expressão das culturas feminina e lésbica geram valorização daquelas que se identificam

---

47 Tradução da autora. No original lê-se: “Antilesbian abuse which is directed at women in public spaces reflects men's attempts to police independent women's behaviour, and hence reflects patriarchal power relations”

48 Tradução da autora. No original lê-se: “As a result of this expression and representation of heteropatriarchal relations in space, heterosexual employees as a group appropriate the space through (hetero)sexualised signifiers, conversations, and behaviour”

49 Tradução da autora. No original, lê-se: “Esta diferencia no solo define a las mujeres, las lesbianas, sino a todos los grupos oprimidos, pues la diferencia que les constituye se produce desde un lugar de poder y dominación, por tanto, es un acto normativo” (Curiel, 2013, p. 54).

e se sentem pertencentes. Num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais (Haesbaert; Limonad, 1999, p. 15). Portanto, a dinâmica entre mente, corpo e território possui uma dialética própria que afeta uma à outra, como discorre Ana Fani Carlos:

O corpo como ponto de partida ilumina a cidade, como materialidade. Isso porque as relações sociais têm uma existência real como existência espacial concreta. Quer dizer que as relações sociais ocorrem num lugar determinado sem o qual não se concretizariam, num tempo fixado ou determinado que marca a duração da ação. Desse modo, espaço e tempo aparecem por meio da ação humana em sua indissociabilidade, revelando uma ação que se realiza como modo de apropriação (Carlos, 2014, p. 475).

Como nos posicionamos no mundo diz muito sobre o mundo que almejamos e o que fazemos no presente para ver alguma mudança presente e futura. Nesse sentido, a política lésbica motiva uma ampliação das redes de mulheres, tanto econômica quanto socialmente, incentivando que mulheres dediquem sua energia social em relações com outras mulheres, pois acredita-se que assim teremos um cotidiano menos estressante e mais verdadeiro em relação às políticas feministas. Políticas que dizem respeito aos direitos reservados às mulheres, como ter uma vida segura, não ser discriminada por se relacionar com outras mulheres, não ser inferiorizada ou submissa, ter poder para fazer escolhas sobre sua vida, ser remunerada de acordo com o cargo e não a partir de seu sexo, dentre outras. Espaços exclusivos servem como esse momento de olhar para si apesar do heteropatriarcado, ver a vivência livre e para além disso, do mesmo modo demonstram Bev Jo, Linda Strega e Ruston (1990):

O espaço exclusivo para lésbicas é um presente precioso para todas as lésbicas. Temos o direito de estar onde o Lesbianismo é valorizado e amado abertamente, em vez de sermos voyeurizadas e ameaçadas por mulheres bissexuais e heterossexuais. Também temos o direito de nos sentirmos seguras o suficiente para nos divertirmos e desfrutarmos da identidade lésbica uma da outra, longe dos nossos opressores. Não basta apenas estar longe da presença masculina, embora esse seja um primeiro passo essencial. O espaço lésbico parece completamente diferente do espaço só para mulheres, assim como o espaço só para mulheres é diferente porque não há homens presentes (Jo, 1990, p. 162-163).

Para as mulheres, a liberdade (na maioria das vezes) é impensável, principalmente quando estão se beneficiando social e economicamente da instituição heterossexual. No jogo de poderes patriarcal é importante que a mulher pense que tem alguma vantagem ao se aliar com homens, e se mascara o quanto ela perde de autonomia

e poder de decisão sobre a própria vida. Carole Pateman (2020) discorre sobre a relação de subordinação criada pelo contrato sexual: “As relações de subordinação entre *homens* devem, para ser legítimas, ter origem num contrato. As mulheres nascem dentro da sujeição. Os autores clássicos estavam conscientes da importância dos pressupostos da doutrina contratual para as relações entre os sexos” (Pateman, 2020, p. 69). Porém, o lesbianismo existe como uma possibilidade de se focar no próprio desenvolvimento enquanto ser humano, para além de se reconhecer em outra mulher, admirando outras como a si mesma. O separatismo lésbico é também a vontade de uma experiência transformadora e revolucionária que pode proporcionar plenitude e liberdade, um horizonte possível.

É importante ressaltar que o separatismo lésbico se distingue de movimentos separatistas fascistas, pois o objetivo dessa estratégia é propor um espaço seguro para mulheres, em uma cultura lésbica constituída de maneira horizontal (sem hierarquia de poder) e também uma rede de apoio às possíveis mães e suas crianças que podem estar inseridas no movimento, sem prejudicar qualquer pessoa ou entidade com essa atitude. Isso é exemplificado por Gill ao referir Lillian Faderman:

De acordo com Faderman, “o feminismo radical propôs a visão behaviorista da sexualidade: como em uma sociedade socialista utópica onde o indivíduo poderia ser condicionado a ser não violento, não competitivo, incorruptível, também as mulheres poderiam ser condicionadas a mudar suas atitudes e desejos. Elas poderiam existir a partir do patriarcado cortando seu relacionamento com os homens, que eram vistos como a pedra angular da subordinação das mulheres, e poderiam aprender não apenas como fazer uma nova sociedade com as mulheres, mas também como responder sexualmente às mulheres” (Faderman, 1991, p. 207 apud Valentine, 1997, p. 110-111, tradução minha).<sup>50</sup>

Faderman sarcasticamente desacredita da tal proposição “utópica”, porém esse ideal criado pelas lésbicas desde 1970 aconteceu, é presente e segue no imaginário lésbico de cultura, como já foi apresentado. É interessante observar de que modo o separatismo circula na comunidade lésbica, existem opiniões diversas que devem ser levadas em consideração. Ainda mais quando pensamos que as mulheres não foram socializadas para

---

50 No original lê-se: “According to Faderman, “radical feminism proposed the behaviorist view of sexuality: as in a utopian socialist society where the individual could be conditioned to be nonviolent, noncompetitive, incorruptible, so women could be conditioned to change their attitudes and desires They could exist from patriarchy by severing their relationship with men, who were seen as the cornerstone of women's subordination, and could learn not only how to make a new society with women, but also how to respond sexually to women.”

acreditar no próprio potencial a ponto de almejar grandes sonhos e muitas nem mesmo buscam por autonomia. No entanto, é impossível pensar no território sem investigar a noção de autonomia, pois ela é necessária para que o território seja genuíno e original, que comporte as necessidades e que seja útil para quem nele habita. A obtenção de autonomia, no Brasil, é extremamente sensível, pois seria superar de alguma forma o sistema atual, capitalista e patriarcal, com um sistema social não hierarquizado. Conforme Pisano, “Autonomia não significa isolamento, mas sim relacionar-se, reconhecer as próprias capacidades e as dos outros” (Pisano, 1996, p. 51). É se colocar no território, ser a própria referência e não se submeter ao sistema de controle e de padronização dos corpos e das vidas. Acima de tudo, não colocar como uma opção os interesses da ordem distante.

Elaborar um território de mulheres implica em aderir a um novo contrato social porque o contrato criado e seguido pela sociedade é masculino, sendo as mulheres consideradas apenas objetos de troca, uma mercadoria. Como discorreu a teórica Monique Wittig: “Para concluir, digo que fugir da sua classe é a única maneira de as mulheres consumarem o contrato social (isto é, um novo contrato), mesmo que tenham de fazê-lo como servos fugidos, uma a uma” (Wittig, 2022, p. 82). Ou seja, Wittig entende que deve ocorrer um acordo da classe feminina, de extinguir o discurso masculino de nossas vidas, extinguir o pensamento heterossexual que coloca as mulheres nesse lugar de subordinação aos homens. Adotar um contrato social baseado nas prioridades femininas é cultivar o único espaço seguro para a classe, um território de mulheres para emancipação/autonomia da própria existência.

O artigo “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica” (2019) de Adrienne Rich é importante ao demonstrar o poder político do lesbianismo, um meio de maior autonomia e parceria entre mulheres, além de evidenciar a compulsoriedade da instituição política heterossexual (possível de impor, inclusive, limitações territoriais) e de mostrar que a existência lésbica é uma grande fonte de conhecimento disponível. Rich deixa isso evidente ao afirmar que “A pressuposição de que ‘a maioria das mulheres é inatamente heterossexual’ continua sendo um empecilho teórico e político para o feminismo” (Rich, 2019, p. 63). O discurso religioso sobre a sexualidade por vezes vem carregado com a ideia de que a sociedade deve respeitar o homossexual, pois Deus o/a fez assim. Como se eu não escolhesse racional, deliberada e diariamente ter uma vida

lésbica, por ver motivos consistentes e lógicos para tal. Somos seres sociais e conscientes, a construção da identidade e sexualidade ocorre por influências sociais, mas também passam pelo filtro das escolhas conscientes de um ser humano adulto. Dessa forma, percebe-se a necessidade de a doutrina religiosa explicar o ser humano lido socialmente como “diferente”. A política lésbica traz à luz uma possibilidade para que as mulheres que viveram enquanto heterossexuais compreendam a heterossexualidade como instituição e o desejo enquanto construção social partindo do gênero.

A educadora Jacqueline Anderson (1942-2016) constatou aspectos do separatismo lésbico e negro que certamente enriquecem o debate em seu texto “Separação Enegrecida: uma jornada pessoal”, publicado no volume 3 da coletânea *Lesbian Ethics* (1988). A autora relata sua experiência com o separatismo, sendo uma lésbica negra, com a experiência de se separar fisicamente fundamentada no nacionalismo preto e na união lésbica. Ela compreende que a experiência que limita a autonomia pessoal das mulheres negras é a dependência econômica importada pelo racismo. Para além disso, Anderson (1988) analisa como a cultura branca é precursora da misoginia e reconhece a dificuldade da construção coletiva entre lésbicas negras e brancas por fatores históricos.

O texto termina com a seguinte frase: “Em suma, eu vivo com meus separatismos porque eles são respostas necessárias às separações que já ocorreram. Eu não os acho contraditórios porque eu não acho que meu ser esteja em contradição” (Anderson, 1988). Me interessei pelo que ela coloca como as separações que já ocorreram, me recordando o que falou Alice Gordon (1974):

Escolhemos ser separatistas lésbicas com base na nossa análise de que a supremacia masculina é a opressão básica da nossa sociedade e, devido a este sistema masculino de dominação que foi estabelecido pelos patriarcados, as outras formas principais de opressão - racismo, classismo, etarismo, elitismo, capitalismo, fascismo - foram criados como formas de alguns homens dividirem e conquistarem todos nós, bem como ganharem poder sobre outros homens. A supremacia masculina é o sistema; o sexismo é o método de perseguição e degradação das lésbicas e de todas as mulheres (Gordon et al., 1973, p. 31).<sup>51</sup>

---

51 Tradução da autora. No original lê-se “We chose to be lesbian separatists based on our analysis that male supremacy is the basic oppression of our society, and due to this male system of domination which was established by the patriarchies, the other major forms of oppression — racism, classism, ageism, elitism, capitalism, fascism — were created as ways for some men to divide and conquer us all, as well as gain power over other men. Male supremacy is the system; sexism is the method of persecution and degradation of lesbians and all women” (Gordon et al., 1973, p. 31).

Portanto, o separatismo se mostra como uma resposta de afastamento à sociedade heteropatriarcal, que inicia um processo de exclusão dos marginalizados socialmente, criando a distinção do diferente/outro. Nesse caso o separatismo é uma fuga desse isolamento ao buscar a vivência com pessoas semelhantes, nesse caso, lésbicas. Em um sentido de que, já que existe essa colocação das lésbicas enquanto desviantes, diferentes, já que nos isolam constantemente do resto da sociedade, então que ao menos possamos expressar quem realmente somos em um espaço nosso, de forma segura e sem julgamentos.

Nesse mesmo livro em que publicou Anderson (1988), a escritora Anna Lee fala sobre sua perspectiva lésbica negra separatista no texto “*A Black Separatist*” (1981), como também em “Por Amor ao Separatismo” (1988). Lee (1988) relata sua primeira experiência com o separatismo:

As opções eram tanto sobre resistência aos machos quanto sobre conexões entre mulheres. Nós nunca consideramos as mulheres que gostariam de envolver os homens em nossa comunidade como parte da nossa comunidade. As lésbicas e as poucas mulheres heterossexuais que estiveram envolvidas na nossa comunidade consideravam o espaço só para mulheres como um fato dado. Energia e relacionamentos entre mulheres eram prioridade para ambos os grupos. O separatismo foi valioso para ambos os grupos. As questões que eram vistas como secundárias pelos grupos dominados por homens foram examinadas como se nossas vidas dependessem disso. Na verdade, nossas vidas realmente dependem de compreender os modos pelos quais machos tentam nos controlar através da violência. A violência masculina contra as mulheres variou e varia entre definir quem nós podemos ser e nos matar (Lee, 1988, p. 4).

A autora afirma que o separatismo lésbico não beneficiou apenas lésbicas, mas mulheres em geral com isso, desconstrói a ideia de um separatismo que traga qualquer tipo de ameaça a outros grupos. O objetivo é beneficiar mulheres, fazer escolhas que levam em conta a perspectiva de bem-estar da classe feminina, e não o extermínio dos homens.

Pensando nas lésbicas me questiono sobre a adequação, uma modificação para ajustar-se, acomodar-se e conformar-se. Com isso podemos presumir que esse movimento consequentemente modificaria o existir e viver de quem se adequa, como se precisássemos tirar parte para caber. A separação, por outro lado, não muda a forma ou estrutura, mas sim o espaço. É apartar-se, distanciando-se de algo ou alguém. Para muitos, esse movimento de separar-se gera incômodo, já que as minorias lutam pela inclusão na sociedade e muitas vezes acredita-se que é o único caminho possível, porém para grupos

minoritários pode ser uma possibilidade de maior segurança e possibilidade de livre expressão dos sujeitos. Gosto da maneira de pensar da feminista Marilyn Frye (1977), de que: “O feminismo parece-me ser caleidoscópico – algo cujas formas, estruturas e padrões se alteram com cada movimento da criatividade feminista; e um elemento que se encontra presente através de todas as mudanças é um elemento de separação” (Frye, 1977). Acredito que esse movimento de afastamento (mesmo que por alguns momentos) de uma sociedade que é hostil com lésbicas, pode trazer benefícios de saúde e bem-estar, além de possibilitar melhor clareza para analisar o próprio modo de vida e escolhas.

Há maior identificação/pertencimento quando se vive em um espaço seguro, com símbolos conhecidos da luta nas paredes, para além da própria dinâmica patriarcal, que não existiria em um território feminino. Talvez o pensamento patriarcal esteja presente devido a socialização feminina, que corresponde às expectativas masculinas sobre as mulheres, portanto pode haver sua reprodução, porém nessas circunstâncias seria possível rever politicamente esses pensamentos de maneira coletiva.

Algo que vejo relatado no texto já citados da Anderson (1988) e Lee (1981, 1988), é a perspectiva de lésbicas negras em relação ao separatismo. Em uma carta traduzida de Vivienne Louise é colocada a seguinte questão:

Eu sei que a maioria de nós concorda que racismo é uma forma de colaboração com o patriarcado e que as falsas divisões criadas pelo patriarcado servem para nos enfraquecer individualmente e como comunidade. No entanto, essas divisões ainda conseguem correr desenfreadamente em nossas comunidades (Louise, 1988, s/ p.).

A diferença racial, enquanto divisão da comunidade lésbica, gera desconfiança por parte das lésbicas negras, pelo medo de sofrer racismo e do sentimento da diferença, de ser “a outra” dentro da comunidade. Outra problemática abordada é o estranhamento das lésbicas brancas em relação à cultura de lésbicas racializadas. Lee (1988) escreve que:

A definição aceita da cultura negra também é um obstáculo. Nós, como lésbicas negras, estamos permitindo que os homens negros definam o significado de nossa negritude. Enquanto especificamente discuto a necessidade de lésbicas negras promoverem nossas próprias definições de negritude, eu acredito que todas as nossas comunidades de origem precisam ser examinadas pela centralidade feminina de cada uma para determinar quais são as qualidades que podemos trazer para a comunidade lésbica que melhorem vidas lésbicas (Lee, 1988, s/p).

Louise também relata conflitos culturais ao dizer que:

Se as lésbicas brancas tratam da “exclusão” de lésbicas de descendência africana, em seguida, elas geralmente invertem e forçam seus valores culturais

nessas lésbicas de descendência africana que foram “incluídas”. [...] o formato e linguagem usados em uma reunião irão refletir valores culturais brancos, alienando aquelas não educadas ou qualificadas nessas áreas (Louise, 1988, s/p).

É visto que tanto em relação aos homens negros, quanto em relação às mulheres brancas, há um conflito cultural, por motivação e formas diferentes, mas isso ocorre. É necessário um maior debate dentro da comunidade lésbica sobre esses conflitos, pois são motivos da exclusão das lésbicas negras do movimento e desarticulação na luta. Questões relacionais também geram desarticulação entre grupos lésbicos, já que como relata Louise é comum lésbicas brancas se retirarem emocionalmente de relações com lésbicas negras quando essas buscam se aproximar de outras lésbicas negras. Nos ciclos sociais de que faço parte já me foram relatadas situações de relacionamentos não exclusivos ou não monogâmicos<sup>52</sup> em que a lésbica branca acaba por preterir as relações com lésbicas negras ao incutir um sentimento de ser trocada e/ou deixada de lado.

Essas situações demonstram o quanto é preciso caminhar para que todas se sintam parte do movimento lésbico, é preciso se perguntar: onde estão as lésbicas negras? Historicamente se encontram na linha de frente da luta, produzindo cultural e cientificamente sobre suas vivências, mas, ao mesmo tempo, elas não estão onde os olhos alcançam, parecem distantes. Stormé DeLarverie, por exemplo, que confrontou a política na Revolução de Stonewall nos Estados Unidos, ou Luana Barbosa, que foi morta em uma abordagem policial em Ribeirão Preto/SP, a partir daí foram elaboradas políticas públicas contra o lesbocídio. Fica o apelo à reflexão: será que há acolhimento de lésbicas racializadas nos grupos? Há medo por parte das lésbicas racializadas ao frequentar grupos majoritariamente brancos? Essas questões dificultam a articulação de ações práticas e de longo prazo, não as tornam impossíveis, porém há muito o que se conversar para organizar coletivamente.

Diariamente as lésbicas e demais minorias são silenciosamente expulsas de espaços (sexistas, como os espaços comuns em uma sociedade heteropatriarcal) por se expressarem genuinamente, pela estética, pela cor da pele, pelo jeito de andar e se portar,

---

<sup>52</sup> Dizem respeito a relacionamentos que fogem da monogamia, ou seja, as pessoas têm a possibilidade de se relacionar com outras pessoas fora da relação. Rita Ribeiro Braga (2022) explora o conceito de relações não monogâmicas consensuais (RNMC), que compreendem relações emocionais e/ou sexuais entre várias pessoas sempre numa condição de consensualidade.

pelo tom de voz. É triste como tudo e absolutamente qualquer coisa pode virar um motivo para uma pessoa tratar mal uma lésbica. Existem relatos de muitas lésbicas não feminilizadas, ou seja, lésbicas que não reproduzem o padrão de feminilidade imposto pelo patriarcado, que sofreram constrangimentos em banheiros,<sup>53</sup> pois as mulheres (que não fazem parte da comunidade lésbica) ali presentes pensavam se tratar de um homem. Isso porque as pessoas não estão acostumadas a ver mulheres que se desprenderam da feminilidade e vivem livremente seu eu mais natural e confortável. Muitas vezes, essas pessoas que nos tratam no masculino nem sequer nos olham, não nos enxergam enquanto pessoas, seres humanos dignos de serem vistos e ouvidos.

Ouvir “Ah, desculpe, entrei no banheiro errado!” ou “Nossa, não vi que esse banheiro era o masculino” colocam a lésbica nessa posição de não mulher e ao observar o sistema em que vivemos, o mínimo que as mulheres têm é o de poder se dizer mulher. Lésbicas não são vistas como pertencentes à sua classe, são foragidas, como disse Wittig (2022). Nesse sentido, a linguagem e o pensamento estão conectados e ambos são poderosos porque agem na realidade social, individual e coletiva. Essas situações e muitas outras colocam a lésbica e diversos outros grupos minoritários como mulheres, homens negros e homossexuais enquanto diferente/outro, o que cria um abismo hierárquico que coloca o homem branco e heterossexual em posição imutável de poder, pois é lido como o neutro; universal e os diferentes/outros enquanto explorados, Wittig explica que:

Sim, a sociedade hétero é baseada na necessidade do diferente/outro em todos os níveis. Ela não funciona econômica, simbólica, linguística ou politicamente sem esse conceito. Essa necessidade do diferente/outro é ontologicamente para todo o conglomerado de ciências e disciplinas que chamo de pensamento hétero. Mas o que é o diferente/outro senão o dominado? Pois a sociedade heterossexual é a sociedade que não oprime somente lésbicas e homens gays, mas também oprime muitos diferentes/outros, oprime todas as mulheres e muitas categorias de homens, todos os que estão em posição de serem dominados (Wittig, 2022, p. 63).

---

53 Relatos como o de Júlia Mendes de São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/04/11/jovem-acusa-seguranca-do-metro-de-sp-de-agressao-em-banheiro-feminino-funcionarias-teriam-dito-que-ela-era-um-homem.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2024.

Como o de Thais de Paula de Campinas (SP), entre outros. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/thais-de-paula-lesbica-auxiliar-de-limpeza-consegue-na-justica-direito-de-usar-banheiro-feminino-no-trabalho/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

Essa dialética entre não ser reconhecida como mulher (muitas vezes pela própria classe) e enquanto isso ser igualada/comparada com homens, mostra esse isolamento da lésbica na sociedade e como esse grupo aponta um modo de desvio do gênero, pois seu sexo não é reconhecido por motivos meramente estéticos e estereotipados, como corte de cabelo curto e roupas colocadas enquanto “masculinas”. Desse modo, a vida lésbica em uma sociedade patriarcal é dificultada e uma estratégia para que seja possível ter uma melhor qualidade de vida é centrar sua energia no trabalho e nas suas semelhantes, companheiras de luta, como delineado por Valentine (1997):

A fim de evitar manter ou perpetuar o patriarcado de qualquer forma e permitir que as mulheres construam e idealizem uma nova sociedade além da influência dos homens, algumas lésbicas feministas adotaram a estratégia espacial de se distanciar da sociedade dominante estabelecendo comunidades separatistas que excluíam todos os homens heterossexuais e gays (Valentine, 1997, p. 111).<sup>54</sup>

Como estratégia, o separatismo se mostra uma opção viável não só para as lésbicas, mas também para outros grupos minoritários nos quais as lésbicas se inspiraram, como o Nacionalismo Negro, tal qual relata Enszer (2016). Ao passo em que pensamos na separação como maneira de proteção e autopreservação, não se pode negar a necessidade de se colocar no mundo, se expressar e ocupar espaços na cidade. O corpo marca a presença de uma mulher que não cede às ordens patriarcais de etiqueta (ou seja, que não reproduz os estereótipos de gênero) para um ser que **deveria** ser um produto intermediário entre o macho e o castrado, como se referiu Beauvoir (2016). Pelo simples fato de ocupar, a lésbica é uma ameaça ao patriarcado e essa ameaça muitas vezes leva homens a cometerem lesbocídios, como o caso de Priscila, em 2016:

Priscila foi assassinada a tiros em Itanhaém, no litoral paulista. Ela, a namorada e o irmão estavam em um bar quando um amigo de infância do irmão de Priscila se aproximou ofendendo-a por ser lésbica, eles discutiram e ela deixou o local com sua namorada e irmão. Algum tempo depois, o assassino localizou o trio em uma praça da cidade, atirou duas vezes contra a jovem e fugiu. Ela chegou a receber socorro e atendimento na UPA, mas não resistiu aos ferimentos (Peres *et al.*, 2018, p. 54).

Infelizmente Priscila não é a primeira nem a última a ser a assassinada por ser lésbica. Mais recentemente aconteceu um lesbocídio em Maranhãozinho (MA), da jovem

---

54 Tradução da autora. No original, lê-se: “In order to avoid maintaining or perpetuating patriarchy in any way and to enable women to construct and ideal new society beyond the influence of men, some lesbians feminist adopted the spatial strategy of distancing themselves from mainstream society by establishing separatist communities that excluded all heterosexual and gay men”.

de 21 anos, Ana Caroline de Sousa Campêlo, lésbica desfeminizada, negra, encontrada brutalmente morta com sinais de tortura em uma estrada de terra. A seguir irei descrever como ela foi encontrada para refletir sobre peso de ser uma lésbica visível hoje no Brasil. Ana foi morta e teve a pele do seu rosto, orelha, olhos e couro cabeludo retirados. Fica evidente que o homem que a executou (identificado no dia 31/01/2024<sup>55</sup>) teve o objetivo de retirar sua identidade, desfigurar, apagar sua imagem. Esse é o tipo de demonstração mais horrenda de que lésbicas não são bem-vindas, de que eles determinaram quais são os locais que não temos o direito de ocupar, pois podem ocorrer retaliações. A morte de Ana Caroline comoveu a comunidade lésbica, que reagiu com manifestações por todo país, pedindo justiça com uma investigação que encontre o assassino, e se manifestaram pelo fim do lesbocídio.

O cenário atual não só no Brasil, mas no mundo, se mostra inóspito, perigoso, e por isso o medo acomete o cotidiano lésbico. É exatamente por isso que é importante ocuparmos, com muita precaução, cuidado, em grupo. Ao mostrar que existimos, temos nossa própria cultura e ela é antipatriarcal por natureza, já que a produção política feita por lésbicas leva em conta a vivência identificada com mulheres, fora da lógica e cultura patriarcal, como bem delinea Susan Hawthorne (2003): “Como traidoras do sistema patriarcal, como desleais à (in)civilização da heterossexualidade, as lésbicas são elas mesmas refugiadas dessa economia política.”. Como bem colocado por Ana Fani (2014):

O corpo como ponto de partida ilumina a cidade, como materialidade. Isso porque as relações sociais têm uma existência real como existência espacial concreta. Quer dizer que as relações sociais ocorrem num lugar determinado sem o qual não se concretizariam, num tempo fixado ou determinado que marca a duração da ação. Desse modo, espaço e tempo aparecem por meio da ação humana em sua indissociabilidade, revelando uma ação que se realiza como modo de apropriação (Carlos, 2014, p. 475).

O corpo marca no espaço a materialidade de um tempo-espaço. Analiso que para as lésbicas essa materialidade tem um fundamento, uma política, uma razão de ser. Ao ocupar espaços, as lésbicas viram uma mensagem ao patriarcado, como quem diz: “Tu pode achar que tem controle e posse sobre tudo, mas eu te mostro que não tem, a mim nada te diz respeito”. Separação ou não? Eis a questão. Acredito que a resposta se mostre

---

55 Notícia sobre a prisão do suspeito: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/01/31/caso-ana-caroline-policia-prende-suspeito-de-envolvimento-na-morte-da-jovem-no-maranhao.ghtml> Acesso em: 20 mar. 2024

em um limiar, em um “entre” lugares. Existem diversas maneiras de praticar o separatismo lésbico, tal prática foi se modificando com o tempo e as alterações do espaço, essas possibilidades ainda serão apresentadas.

### 3.1 SEPARATISMO LÉSBICO

Quando passei a estudar a teoria e política lésbica feminista, entendi que havia uma linha de raciocínio para que o separatismo lésbico fosse compreendido da forma fidedigna de como é apresentado, sem ser enviesado com discursos hegemônicos. Textos como “Heterossexualidade compulsória” de Adrienne Rich, “Por amor ao separatismo” de Anna Lee, “Os usos do erótico” e “A transformação do silêncio em linguagem e ação” da Audre Lorde e “O pensamento hétero e outros ensaios” de Monique Wittig, me instigaram a pesquisar mais sobre a lesbiandade e a classe feminina. Fato é, que quem já ouviu falar do termo “separatismo” provavelmente o ouviu como uma estratégia de supremacia branca ou para conquista de territórios por viés político e/ou econômico. “O Sul é o meu país”, por exemplo, é um movimento separatista popular do Rio Grande do Sul, com o objetivo de emancipar política e administrativamente o Estado, lembrando que o Sul é a região predominante de pessoas brancas (83,22% de acordo com o Censo 2010 - IBGE), fato que colabora com uma segregação racial do território brasileiro. Outro exemplo que é tristemente memorável é a Ku Klux Klan (fundado em 24 de dezembro de 1865, Pulaski, Tennessee, EUA), uma organização fascista norte-americana de supremacistas brancos, que realizavam atentados de morte a pessoas negras e dissidentes e que infelizmente vive até os dias atuais nos Estados Unidos, pois não há uma política que criminalize ideais fascistas como no Brasil, eles vivem sob a lei da liberdade de expressão mais conhecida como FOIA - *Freedom of Information Act*, sancionada em 4 de julho de 1966. Nesse caso, fica evidente o desejo de extermínio de outras classes de oposição, que demarca um ideal de hierarquia social e econômica por trás do discurso desses grupos.

Por tudo dito anteriormente, evidencio que o separatismo lésbico faz parte de uma política de seguranças física, psíquica e emocional para todas as mulheres e crianças. Seu único objetivo enquanto movimento político é o de buscar uma melhor qualidade de vida e bem-viver. Começando pelo início, os homossexuais masculinos e femininos nunca se encaixaram socialmente,<sup>56</sup> com isso essa classe acaba às margens das cidades,

---

56 Apesar de ambas classes passarem por questões semelhantes, não há como esquecer que homossexuais masculinos são homens e que, portanto, se beneficiam do sistema patriarcal, e como analisa Sheila Jeffreys em *Desempacotando a política queer* (2003): “Na verdade, lésbicas e gays estão longe de ser

sem acessar locais que em teoria seriam para todos, como um bar, uma festa, um shopping, uma praça, entre outros locais públicos e comércio.

Podemos analisar o histórico do movimento homossexual no Brasil e no mundo para compreender essa dinâmica patriarcal na sociedade ao longo da história, e seus desdobramentos. Temos o histórico de separação das lésbicas do movimento feminista, como o marco da *Lavender Menace*,<sup>57</sup> movimento em resposta ao discurso da Betty Friedan, fundadora da NOW,<sup>58</sup> que se referiu às integrantes lésbicas da organização como “odiadoras de homens” em uma reunião no ano de 1969, colocando as lésbicas como uma ameaça ao movimento feminista. Na reunião seguinte as lésbicas se organizaram para apresentar o ponto de vista delas a partir de uma fala à frente de todas, declarando sua indignação.

No Brasil, temos a história do GALF, que surgiu oficialmente no dia 17 de outubro de 1981. Anteriormente, temos o advento do Grupo Lésbicas-Feminista, construído no rompimento com o grupo homossexual brasileiro SOMOS de Afirmação Homossexual (1978-1983), como historicizado por Míriam Martinho em seu blogue Um Outro Olhar, a questão de siglas e movimentos diversos na década de 1980:

É fato que o LF (Grupo Lésbico Feminista) também assinou uns dois folhetos como Grupo de Ação Lésbica Feminista, por exemplo, mas não após o racha do Somos, e continuou assinando e se reconhecendo como Lésbico-Feminista até o seu final em meados de 81. Nos últimos documentos relativos ao grupo, como observa-se também num folheto do I Encontro Paulista de Grupos Organizados, de 25 a 26 de abril, também aparecia a assinatura Grupo de Ação Lésbico-Feminista, provavelmente a última assinatura a prevalecer, tanto que será o primeiro nome não-oficial que o GALF vai utilizar no seu primeiro 1 ano e meio de vida (vide a história do GALF acima). Inventar, portanto, que o LF virou GALF após sair do Somos e acoplá-lo ao GALF que fundei em outubro de 81 com Rosely (vide a ata de fundação do GALF) é destruir metade da história do já breve primeiro coletivo de lésbicas ativistas do país e deturpar a história do segundo.<sup>59</sup>

---

uma categoria unificada com interesses unificados. As lésbicas são mulheres, e as teorias lésbicas da cidadania devem continuar a examinar as contradições entre os interesses das mulheres e dos homens, particularmente em relação às contradições entre os interesses dos homens gays e todo o círculo constituente das mulheres.” (Jeffreys, 2003, p. 4). Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1XsdQ\\_TqYTu\\_aiHEZdzFpyVKyWYFIZurR/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1XsdQ_TqYTu_aiHEZdzFpyVKyWYFIZurR/view?usp=drive_link).

Acesso em: 4 fev. 2024.

57 Nome do movimento lésbicas pioneiro nos Estados Unidos da América, como resposta às feministas heterossexuais que descartavam o movimento de lésbicas como uma pauta feminista, acusando-as de serem odiadoras de homens.

58 National Organization for Women - em português - Organização Nacional para Mulheres

59 Memória Lesbiana: 42 anos do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) entre fato e ficção (2021). Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2021/10/memoria-lesbiana-40-anos-do-grupo-acao-lesbica-feminista-GALF.html> Acessado em: 23 de junho de 2023.

É importante estar registrado na história do movimento lésbico brasileiro suas diversas formas de militância e socialização da classe, mas fato é que houve um rompimento com o SOMOS, de acordo com a historiadora Julia Kumpera (2021):

Em 1981, as lésbicas decidiram criar uma agrupação independente – autônoma, como elas o nomeavam –, motivadas por reiteradas desigualdades experimentadas no interior do Somos: as hierarquias existentes nas tomadas de decisão, a pouca atenção dada às demandas das lésbicas e o machismo dos integrantes. Essa ruptura, ainda que não tenha sido definitiva, uma vez que coalizões existiram nos anos posteriores, significou o início da construção de um espaço de militância próprio (Kumpera, 2021, p. 18).

O movimento lésbico separatista começa a ser elaborado por feministas norte-americanas no início da década de 1970 no campo das ideias, teorizando estrategicamente a forma deste movimento. Sua prática, propriamente dita, teve início no verão do ano de 1973, em que se formaram grupos separatistas lésbicos principalmente em Seattle e Washington, de acordo com Sidney Spinster em seu texto “The evolution of lesbian separatist consciousness” (1982) para a coletânea *For Lesbians Only* (1988). A consciência política foi uma criação coletiva que foi construída no livro citado acima e teve início com um manifesto que levou o nome de *The woman identified woman* (A mulher que se identifica com mulheres), do grupo Radicalesbians, escrito em 1970 e publicado no mesmo livro citado anteriormente. Como exposto por Julie R. Enszer (2016):

Para as Radicalesbians, as mulheres que se concentravam noutras mulheres ofereciam uma estratégia para as mulheres descobrirem o seu “eu autêntico”, que elas acreditavam ter sido “obscurecido” pelo patriarcado. As lésbicas radicais afirmaram a primazia das mulheres no feminismo, fornecendo uma base intelectual para as lésbicas aderirem ao feminismo e torná-lo seu (Enszer, 2016, p.182).<sup>60</sup>

Os grupos separatistas citados que surgiram nos Estados Unidos foram formados em áreas rurais, de maneira a se afastar fisicamente dos centros urbanos e conseqüentemente do maior contingente da população masculina. Apenas em um ambiente afastado e reservado as mulheres teriam tamanha liberdade para criação. Um afastamento da ideologia do pensamento heterossexual e masculino, de inferiorização da

---

60 Tradução da autora. No original lê-se: “For Radicalesbians, women focusing on other women offered a strategy for women to discover their ‘authentic selves’, which they believed had been ‘obscured’ by patriarchy. Radicalesbians asserted the primacy of women to feminism, providing an intellectual basis for lesbians to both join feminism and make it their own”.

classe feminina, se concretiza fisicamente ao não dividir o cotidiano com essa cultura tão presente nas cidades, expressa em signos e propaganda, mundialmente difundidas como partes da globalização de produtos, por exemplo, pela indústria farmacêutica e das plásticas corporais. O separatismo aparece como teoria, estratégia e ação lésbica feminista e é refletido no olhar artístico com elementos que se tornaram símbolos de muito orgulho para a comunidade. Assim como observado por Valentine (2000):

O rural sempre foi imaginado como um ambiente ideal para o amor entre pessoas do mesmo sexo na ficção lésbica, na poesia e no cinema. Na década de 1970, algumas feministas lésbicas identificaram a heterossexualidade como a raiz da opressão das mulheres e argumentaram que a única maneira de superá-la era distanciar-se no espaço da sociedade heteropatriarcal e criar novos modos de vida centrados nas mulheres (Valentine, 2000, p. 3).

A separação física foi importante para o primeiro momento do separatismo lésbico. Foi preciso ver a realidade em que os homens não interferiam em absolutamente nada para que as lésbicas tivessem a expansão de seu imaginário e sua cultura, se vendo e observando mudanças de pensamento quando não tinham o viés do olhar masculino a atravessá-las. Bev Jo, Linda Strega e Ruston (1990) relatam que:

Os princípios do Separatismo Lésbico – espaço exclusivo para mulheres – foram o que criaram a cultura e a comunidade Feminista e Feminista Lésbica. Foi o que tornou possível a nossa política e o florescimento da criatividade em centros femininos, livrarias, cafés, reuniões, leituras, jornais, revistas, livros, bailes, festas, peças de teatro, concertos – sem interrupções, dominação ou voyeurismo por parte dos homens. O sentimento mágico único de lésbicas juntas é incrivelmente poderoso (Jo, Strega e Ruston, 1990, p.156).<sup>61</sup>

No texto, as autoras reiteram as motivações pelas quais as lésbicas separatistas eram e ainda são odiadas como se fossem criminosas. Há uma disputa de narrativa sobre os espaços femininos: se realmente são necessários ou se esses espaços são excludentes. Me pergunto se lésbicas teriam o poder de causar a exclusão de outros grupos, já que fazem parte de uma classe oprimida, são mulheres lutando por espaço. Nesse sentido, as autoras de *Dykes Loving Dykes: dyke separatist politics for lesbians only* (1990) colocam que a adesão do separatismo por parte de outros povos oprimidos é compreendido como

---

61 Tradução da autora. No original, lê-se: “*The principles of Lesbian Separatism – female-only space – are what created Feminist and Lesbian Feminist culture and community. It’s what made our politics and blossoming creativity possible in women’s centers, bookstores, coffee houses, meetings, readings, newspapers, journals, books, dances, parties, plays, concerts – with no interruptions, domination, or voyeurism by men. The unique magical feeling of Lesbians together is incredibly powerful.*”

resistência, enquanto o separatismo lésbico não. A maior motivação para odiar as lésbicas separatistas é o fato de dizer não aos homens enquanto classe, o que é motivo suficiente para punições e retaliações. Assim, mulheres que se beneficiam dos privilégios masculinos assumem o trabalho de policiamento para os homens. Bev Jo (1990) relata sobre como ela participou e segue participando do separatismo:

Eu (Bev) tornei-me Separatista Dyke em 1972 e não conheço nenhuma outra lésbica que tenha sido Separatista Dyke há tanto tempo quanto eu, por isso quero manter viva a nossa cultura e história. Como grupo, tínhamos menos privilégios do que a maioria das lésbicas que nos atacaram, mas a calúnia que odiava as separatistas dizia que éramos privilegiadas e vivíamos vidas escapistas no país. Como a maioria das lésbicas, somos majoritariamente da classe trabalhadora e vivemos em cidades. O separatismo tem a ver com quem escolhemos ser próximos, e não com quem somos forçados a nos relacionar para sobreviver (Jo, Strega e Ruston, 1990, p. 157).<sup>62</sup>

Evidentemente as lésbicas que escolhem o separatismo o fazem justamente para não terem a obrigação de se relacionarem com homens por sobrevivência. Acredito que na realidade norte-americana elas realmente fossem as menos privilegiadas dentre a comunidade lésbica. Porém, quando a gente se depara com a realidade das lésbicas brasileiras, do padrão de vida e das diferenças sociais, econômicas e culturais entre a classe, se torna difícil a concepção de um separatismo como foi feito nesse primeiro momento de prática separatista. Já que se tratando de uma realidade norte-americana, a possibilidade se apresenta de uma outra forma, pois como explorado por Bev Jo (1990), as lésbicas perdem o privilégio familiar mas conseguem ter uma vida de classe média ao buscar um emprego estável, porém: “As lésbicas da classe trabalhadora muitas vezes tornam-se pobres porque as mulheres que não vivem com homens têm menos opções econômicas” (Jo, 1990, p. 48).<sup>63</sup> E na perspectiva brasileira temos uma outra estrutura política e social que coloca as lésbicas à margem da sociedade, quanto mais empobrecida, quando se é negra, e/ou de baixa escolaridade, mais próxima da margem.

---

62 Tradução da autora. No original, lê-se: “I (Bev) became a Dyke Separatist in 1972 and I don’t know of any other Lesbians who have been Dyke Separatists as long as I have, so I want to keep our culture and history alive. As a group, we had less privilege than most of the Lesbians who attacked us, yet the Separatist-hating slander said we were privileged and lived escapist lives in the country. Like most Lesbians, we are majority working class and live in cities. Separatism is about who we choose to be close with, not who we are forced to relate to for survival”.

63 Tradução da autora. No original, lê-se: “Working-class Lesbians often become poor because females not living with men have fewer economic options”.

Pensar em comprar um terreno ou construir uma casa é complexo em uma realidade em que as lésbicas mal conseguem se inserir no mercado de trabalho por serem visíveis. Dandara Pinheiro Honorato em sua dissertação trabalha a questão lésbica no mercado de trabalho, e em sua análise se entende que:

Até o momento, foi visto que, ao contrário das mulheres feminilizadas, lésbicas ou não, às lésbicas des/infeminizadas é atribuído um lugar de desumanidade. Estar neste lugar as coloca numa posição de sujeição às mais diversas formas de violações de direitos, que variam desde a dificuldade de acessar trabalhos regulamentados ou menos precarizados até a violação do direito a ter uma família (Honorato, 2023, p. 72).

O separatismo replicando o ideal norte-americano pode ser uma realidade para lésbicas que têm a possibilidade de herança, majoritariamente brancas e de classe média/alta. Há um ponto fora da curva, que são as lésbicas que buscam esse espaço de maneira colaborativa e coletiva. Acredito que com ideias de comunidade a partir de uma visão originária, assim como trarei nos capítulos a seguir.

Os ventos mudaram. Nesse sentido, o separatismo também tem mudado sua forma. Os primeiros escritos sobre separatismo, posicionavam as lésbicas em isolamento da sociedade, de maneira física, apartada. Hoje o que se tem no discurso de lésbicas separatistas é de colocar o separatismo no urbano, na medida do possível e praticável. O discurso que observo ser replicado por lésbicas brasileiras é o mesmo que Jo, Strega e Ruston (1990) pontuam em seu texto:

Separatismo Dyke significa nos relacionarmos apenas com mulheres quando temos escolha. Como os homens controlam os recursos do mundo, temos de lidar com os homens para a sobrevivência física, mas não escolhemos ser amigos íntimos deles. (Algumas Separatistas fazem exceções cautelosas para parentes do sexo masculino, enquanto outras Separatistas não o fazem). Separatismo também significa trabalhar politicamente com outras lésbicas sempre que possível (exceto para as mulheres heterossexuais ou bissexuais de maior confiança que não nos desprezam) (Jo, Strega e Ruston, 1990, p.158).<sup>64</sup>

Algumas lésbicas urbanas inseridas no mercado de trabalho, por sobrevivência, precisam ter contato com homens no dia a dia, mas não por isso são impedidas de praticar o separatismo. O possível e praticável se encontra em quais as amigas de escolha dessa

---

64 Tradução da autora, no original, lê-se: “Dyke Separatism means relating only to females when we have the choice. Because men control the world’s resources, we have to deal with men for physical survival, but we don’t choose to be close friends with them. (Some Separatists make cautious exceptions for male relatives, while other Separatists don’t.) Separatism also means working politically with other Lesbians whenever possible (except for the most trusted het or bisexual women who do not despise us)”.

lésbica, o que ela consome culturalmente, em que lugares ela faz a escolha política de pagar por serviços e assim por diante. Esse tipo de prática fica evidente no capítulo a seguir, em que conversei com cinco lésbicas urbanas que, na época da pesquisa de campo, conviviam cotidianamente entre si nesses preceitos separatistas. Independente do momento de construção do separatismo lésbico, há uma definição de Bev Jo (1990) que perpassa o tempo-espaço de sua prática:

Por definição, todas as lésbicas vivem de forma separatista, porque não temos intimidade sexual com homens. Recusar-se a deixar os homens nos foderem é um ato corajoso de rebelião no patriarcado. As separatistas pegam este ato lésbico intrínseco e estendem a todas as partes das nossas vidas, recusando conscientemente todas as exigências masculinas (Jo, Strega e Ruston, 1990, p.158).<sup>65</sup>

Neste simples ato de lésbicas priorizarem outras lésbicas existem diversas camadas de motivações para tal, que estão dialeticamente posicionadas neste texto. Uma delas é a busca pelo autoconhecimento, que aparece tanto nos textos de referência, como nos resultados da pesquisa de campo. Mundialmente a linguagem imposta é a masculina como discorre Wittig (2022) em seus escritos. Assim, o olhar da lésbica sobre si possivelmente estará enviesado pelo olhar masculino do que é uma lésbica e tudo que isso envolve. A perspectiva masculina sobre as mulheres é a de que elas devem servir o sexo masculino em diversos aspectos, seja pela exploração do trabalho doméstico ou sexual, os amparando para que eles possam viver a melhor das vidas. Assim, a mulher é anulada. As lésbicas visíveis se recusam a viver uma realidade em que não podem ser genuinamente quem realmente são, explorando todas as potencialidades e possibilidades. Nesse sentido, viver longe da influência masculina ou mesmo estar em momentos apenas entre lésbicas traz uma sensação de pertencimento e concretização de uma cultura, a lésbica passa a se ver no mundo.

---

65 Tradução da autora. No original, lê-se: “By definition, all Lesbians live in a Separatist way, because we aren’t sexually intimate with men. Refusing to let men fuck us is a courageous act of rebellion in patriarchy. Separatists take this intrinsic Lesbian act and extend it into all parts of our lives, consciously refusing every male demand”.

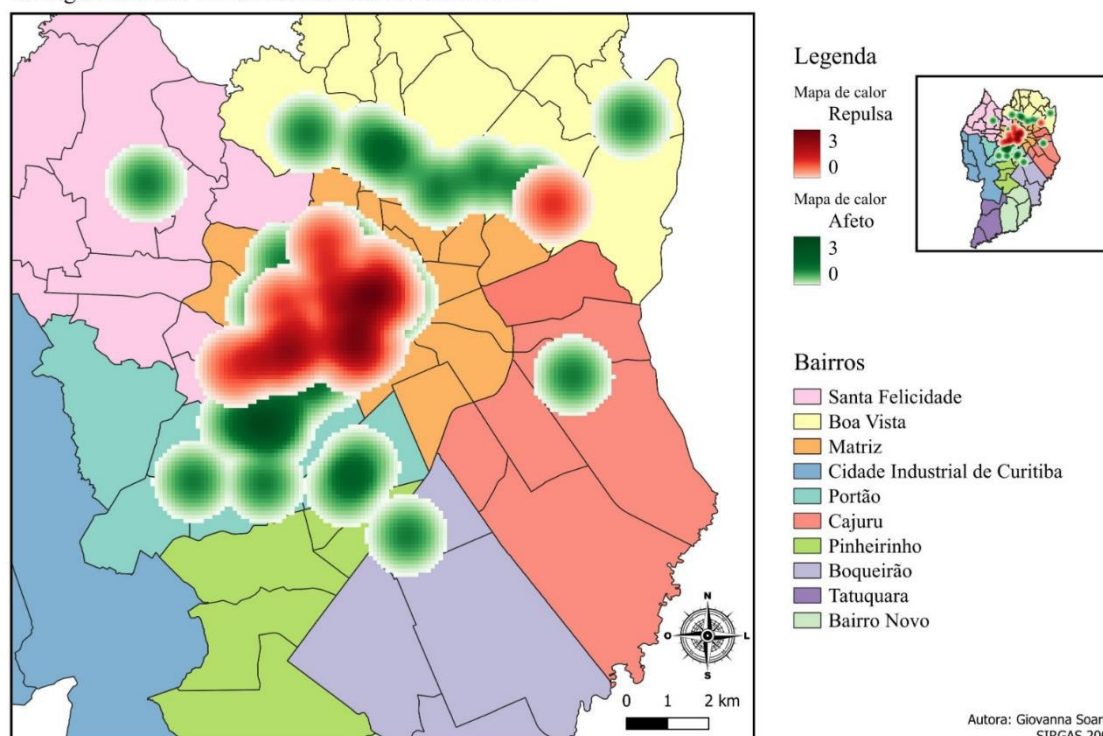
## 4 REGISTROS DE COMUNIDADES LÉSBICAS NO BRASIL

### 4.1 ENCONTRO COM GRUPO LÉSBICO – CURITIBA/PR

Foi realizada entre os dias 24 e 28 de agosto de 2022 uma pesquisa de campo na cidade de Curitiba, no estado do Paraná. A fim de dialogar com um grupo de lésbicas que moram em diferentes lugares, porém em contato frequente. Entrei em contato com essas lésbicas por uma amiga que conheci a partir do ativismo virtual e que pertence ao grupo, ao conversar com ela soube que o grupo era consolidado e politicamente alinhado, além de terem sofrido ameaças na rua em conjunto. No dia da dinâmica houve um acordo verbal sobre a participação na pesquisa, que não foi gravada, apenas documentada por meio de anotações, e posteriormente as lésbicas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em um único mapa, as cinco participantes puderam expressar, por meio de símbolos, onde moram (símbolo de casa) e trabalham (expresso em T), os lugares que não frequentam (em X) por conta de conflitos sociais e os lugares que se sentem acolhidas (em triângulo). O resultado final desse mapa preenchido a mão não será divulgado nesse estudo para proteger as lésbicas envolvidas na pesquisa, da mesma forma o mapa divulgado nessa pesquisa está alterado para não deixar em evidência as localidades abrangidas, portanto, local de moradia e trabalho estarão ocultados. Para uma melhor visualização do contexto territorial, elaborei um mapa utilizando o software Qgis, com camadas, disponibilizadas pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). O método de visualização dos símbolos, realizados através da cartografia social, foi feito por meio do mapa de calor (ou *heatmap*), deixando visível apenas as áreas marcadas como afeto e repulsa, assim asseguro o anonimato das participantes.

MAPA 1: Resultado da cartografia social realizada com lésbicas de Curitiba

Cartografia social: territórios lésbicos em Curitiba/PR.



Fonte: Giovanna Soares (2024)

O uso da cartografia social fez sentido pela dinâmica lésbica enquanto ocupante da cidade. A cidadã lésbica encontra obstáculos simbólicos e materiais resultantes de sua existência. Um corpo visivelmente lésbico na cidade é percebido enquanto diferente do padrão, se afasta do que é esperado de uma mulher e o que lhe é condicionado pela instituição heterossexual. Para que as participantes conseguissem se expressar melhor sobre suas andanças na cidade de Curitiba, foi elaborado um mapa a partir da cartografia social, que demonstra utilidade para mobilizar e gerar debates acerca do uso da cidade.

Com a leitura de Henri Acselrad (2012) sobre as cartografias participativas, entendo que esse método de análise social destaca novas questões das disputas cartográficas experienciadas, levando em conta a perspectiva das participantes enquanto indivíduos. Conforme delineado por Acselrad (2012): “As tecnologias mais avançadas, como os sofisticados Sistemas de Informação Geográfica, embora permitam um uso bem mais sutil das cores, camadas e grupos de dados, aumentam a distância entre as pessoas das comunidades, detentoras do conhecimento local, e aquelas que produzem os mapas”

(Acserald, 2012, p. 15). Para que as lésbicas consigam se sentir parte, o processo que mais proporcionaria a sensação de pertencimento é a partir da criação da própria caminhada e de se ver na cidade a partir do ato de se colocar em um mapa.

Apesar de se tratar de um grupo limitado de lésbicas, esse material é importante como análise da dinâmica da lésbica na cidade, não em quantidade, mas em qualidade de análise, mesmo que específica. A perspectiva de categorizar territórios de afeto e de repulsa tem como objetivo compreender de que forma ambos sentimentos acabam se fundindo na cidade, compreendendo de que maneira esses aspectos interagem.

O resultado foi um mapa diverso em que fica demonstrada a centralidade de suas vivências no “coração” de Curitiba. Percebe-se que comumente em um mesmo bairro existem lugares frequentados por se sentirem pertencentes e outros que evitam por saberem que não seriam bem-vindas. Ao longo da dinâmica, surgiram descrições desses espaços que evitam e que frequentam. São evitados lugares como bares cujo público é majoritariamente heterossexual, casa de ex-namorada, bairros burgueses/direitistas, por se sentirem desconfortáveis com olhares. Até a escola que frequentava para não reviver/relembrar traumas. Liz Bondi e Joyce Davidson explicam como ocorre a privação de espaços a partir do sentimento de exclusão:

As geógrafas feministas mostraram que, como os agorafóbicos, embora por diferentes razões e de maneiras diferentes, gays e lésbicas também frequentemente experimentam sentimentos de restrição e exclusão de espaços cotidianos dominantes e considerados normais (Bondi; Davidson, 2008, p. 23, tradução minha).<sup>66</sup>

Além disso, foram relatados conflitos pelas lésbicas terem críticas ao movimento *queer* no espaço virtual que acabaram no plano real, gerando medo de serem violentadas e ameaças, o que gera distância entre a própria classe de mulheres e a criminalização do movimento autônomo lésbico. Os lugares que mais frequentam estão relacionados ao pertencimento, em especial casa de amigas e família.

O bairro com maior incidência de repulsa pelas integrantes foi o Centro, em seguida o bairro Batel, na região administrativa de Matriz. O centro possui marcações de

---

66 No original, lê-se: “Feminist geographers have shown that, like agoraphobics, although for different reasons and in different ways, gays and lesbians also often experience feelings of restriction in, and exclusion from, dominant, taken-for-granted, everyday spaces”.

afeto em mesma proporção, que exaltam uma dinâmica contraditória, de certa forma. Acredito que o ponto central da cidade proporciona momentos de lazer entre as lésbicas do grupo, mas, ao mesmo tempo, acabam ocupando espaços sexistas e heterocentrados. É observado que onde se localizam as residências há muitos pontos de afeto, destacando-se a Vila Izabel (residência onde estávamos fazendo a cartografia social), Guaíra, na região administrativa de Portão e também no Centro e São Francisco, na região de Matriz.

Em seguida, perguntei se elas estão vinculadas a alguma organização, grupo ou movimento lésbico. Duas responderam positivamente como integrantes do grupo Memória Lésbica, que produz conteúdo lésbico, feminista e crítico na internet, que descreveria como fonte de memória e ciberativismo. A faixa etária das cinco integrantes varia de 20 a 37 anos, doravante chamadas de lésbicas A, B, G, T e J.

Prontamente pedi que fizessem uma breve apresentação sobre si e que dissessem com o que trabalham, que descrevessem como é a dinâmica: se já houve algum conflito por conta da sexualidade. As respostas foram diversas: a lésbica A disse que onde trabalha atualmente nunca aconteceu nada desconfortável ou constrangedor e que foram muito amigáveis quando souberam sobre sua sexualidade, já B disse que como trabalha diretamente com o público, percebe olhares de julgamento e curiosidade e pessoas que evitam seu atendimento, deixando-a desconfortável. Como observa Valentine:

As lésbicas, portanto, sentem-se deslocadas e com medo de discriminação ou violência em certos ambientes, não apenas por causa da homofobia dirigida a elas por terem sido identificadas como o 'outro' homossexual, mas também por causa de uma reação patriarcal, dirigida a elas por serem mulheres que são relativamente independentes dos homens e, portanto, são uma ameaça à hegemonia do patriarcado (Valentine, 1993, p. 411, tradução minha).<sup>67</sup>

Na sequência, G relatou que, em seu último emprego, ela convivia com homens brancos que propositalmente demonstravam a ela como se sentem superiores por ter diversos privilégios, soando totalmente misóginos e racistas, visto que ela é uma lésbica negra. A lésbica T demonstrou sentir-se infiltrada no trabalho, por ser a única mulher em um serviço que é majoritariamente masculino, com reparações de automóveis, e disse que por muitas vezes agia como um deles para obter respeito, que fazem piadas uns com os

---

67 No original, lê-se: "Lesbians therefore feel out of place and fearful of discrimination or violence in certain environments not only because of homophobia directed at them because they have been identified as the homosexual 'other', but also because of a patriarchal backlash, directed at them because they are women who are relatively independent of men and therefore are a threat to the hegemony of patriarchy".

outros, enquanto falavam para ela como fazer um trabalho que ela sabia executar. A lésbica J relatou trabalhar *home office* e que atende apenas mulheres, portanto se sente confortável, mas já trabalhou como assistente social e não se viu no trabalho, então preferiu buscar maiores autonomia e proteção. Ao analisarmos o ambiente de trabalho, verifica-se que:

As geógrafas feministas estão interessadas no corpo como superfície de inscrição e em como diferentes “corpos” são produzidos sob regimes discursivos distintos. A natureza corporificada do trabalho influencia a construção de gênero das divisões espaciais (e sociais) do trabalho e vice-versa (England; Lawson, 2008, p. 83, tradução minha).<sup>68</sup>

A partir dos relatos anteriores, noto que quanto menos feminilidade é expressa, mais comentários e atitudes odiosas são possíveis de ocorrer. “Alguns corpos rompem as noções aceitas de emprego corporificado ‘apropriado’ e são construídos como ‘deslocados’ em seu local de trabalho” (England; Lawson, 2008, p. 83).<sup>69</sup> As lésbicas visíveis encontram-se deslocadas por não serem apropriadas ao discurso masculino de como deve ser e se portar uma mulher.

Em seguida, questionei se a cidade proporciona espaços de mulheres e para mulheres. A resposta foi que com um público prioritariamente feminino, apenas os coletivos feministas, mas que costumam frequentar bares LGBT por se sentirem mais seguras por conta do público feminino numeroso. Pedi que as participantes relatassem se existem lugares conflitivos que costumam evitar ou não frequentar: elas se entreolharam e citaram um centro artístico que não frequentam por serem marcadas na cidade enquanto feministas lésbicas (que tecem críticas ao movimento *queer*) e por isso são ostracizadas, citando inclusive que foram repreendidas fisicamente e por meio de ameaças verbais.

Perguntei em quais lugares elas se sentem mais acolhidas e confortáveis e uma resposta em comum foi a casa das amigas. J disse que, apesar de a cidade não ser nada convidativa para as lésbicas, ela não ficaria em casa, não iria se “autoexcluir”, mas sim ocupar os espaços da cidade em conjunto com outras lésbicas. Já B costuma sair em alguns espaços LGBTs mais seguros, mas prefere se defender não ocupando lugares que

---

68 No original, lê-se: “Feminist geographers are interested in the body as a surface of inscription and in how different ‘bodies’ are produced under distinct discursive regimes. The embodied nature of work influences the gendered construction of spatial (and social) divisions of labor, and vice versa”.

69 No original, lê-se: “Some bodies disrupt accepted notions of “appropriate” embodied employment and are constructed as ‘out of place’ in their workplace”.

sabe de algum perigo de conflito, por segurança, citando o separatismo como uma forma de resistência e autocuidado. Por fim, disseram que é comum na cidade de Curitiba que tenha batida policial em bares *queer*, o que não acontece com os bares conhecidos por serem frequentados por héteros.

Em seguida, questionei sobre a discriminação na cidade, se já aconteceu algum tipo de violência com elas ou se souberam de casos. De imediato, citam o lesbocídio de Ana Paula Campestrini,<sup>70</sup> lésbica e mãe de 39 anos que foi morta em Curitiba/PR, no dia 22 de junho de 2021, com aproximadamente 14 tiros, disparados por um amigo de seu ex-marido, que o contratou para efetivar o lesbocídio, motivado por não aceitar o fato dela ser lésbica. Na época, Ana Paula vivia com sua companheira e enfrentava um processo conflituoso que envolvia a guarda de seus filhos. B relata ter trabalhado em *telemarketing* e ouvir comentários sobre sua voz ser masculina e já foi tratada no masculino também. Citaram situações em que homens se colocam como superiores no dia a dia e algumas citam a exaustão em relação a isso.

Posteriormente, perguntei se elas acreditam ser necessária a existência de um território de mulheres e por quê. A resposta positiva foi unânime, acreditam ser muito necessário. Justificam que o mundo já é dos homens, pois todos os costumes e os valores estão imersos na cultura masculina. Viabilizar um território livre da cultura hegemônica, ter como pauta uma cultura própria e o amor entre as mulheres seria criar um espaço seguro de emancipação e conforto. Citaram o fato de as mulheres estarem sempre em um estado de alerta e medo constante promovido pela violência patriarcal. Também teceram comentários sobre o receio de construir espaços com mulheres heterossexuais, por elas sempre estarem acompanhadas por homens e por não terem se desprendido do discurso masculino, citando inclusive a obra da psicóloga Dee L. R. Graham, *Amar para sobreviver: mulheres e a síndrome de Estocolmo social* (2021), na qual se delinea os perigos do isolamento ideológico. Quando é colocada a perspectiva ou o pensamento heterossexual em um ambiente feminino, mesmo que por uma mulher, faz com que as outras mulheres presentes (e principalmente lésbicas) não se sintam à vontade ou

---

70 Nota oficial disponível em: [https://tadeuveneri.com.br/disco/arquivos/arquivos-avulsos/Nota%20P%C3%ABlica%20LESBOC%C3%8DDIO%20SEI\\_ALEP\\_0394026\\_Manifestacao.pdf](https://tadeuveneri.com.br/disco/arquivos/arquivos-avulsos/Nota%20P%C3%ABlica%20LESBOC%C3%8DDIO%20SEI_ALEP_0394026_Manifestacao.pdf). Acesso em: 5 abr. 2023.

confortável para compartilhar suas experiências de mulher que se identifica com mulheres, fechando a abertura para uma perspectiva centrada na mulher.

Por fim, questioneei de onde surgiu essa ideação de um território próprio e responderam que ao tomar consciência das violências cotidianas com a identificação teórica e prática com a política lésbica, por consciência política, saúde mental e por perceberem que as mulheres foram iniciadas em um processo de perda de espaços próprios em meios feministas. J reiterou que os bares que frequentam são espaços de socialização e convívio que fazem com que entrem em contato com outras lésbicas, que trazem certa urbanidade para a dialética da comunidade dispersa na capital do Paraná.

Observar e analisar a cidade de Curitiba por uma perspectiva lésbica foi revelador. Para além de uma cidade arborizada e com poucas ciclofaixas, essa metrópole guarda muito movimento para jovens adultos nas noites. Foi ao sair com as lésbicas habitantes que experienciei espaços majoritariamente lésbicos e bissexuais, ou seja, ocupado por mulheres. Foram visitados bares com a proposta de incluir a comunidade LGBT, como o Marica's Bar dia 24 de agosto e o Becks dia 27, onde os homens eram minoria e isso nos dava mais segurança e liberdade; porém, o tempo inteiro pensei em como o ambiente seria diferente caso não houvesse a presença de homens. Curitiba foi visitada no final de agosto, que é o mês do orgulho e da visibilidade lésbica comemorada no Brasil. Foi possível participar da confraternização da Cássia, coletivo feminista local, com a proposta de celebrar o Movimento Lésbico Brasileiro.

#### 4.2 ENCONTRO COM SAPATATY, PARATY/ RIO DE JANEIRO

As comunidades que priorizam mulheres são consideradas um mito no Brasil e quem sabe no mundo. Talvez pelo receio da existência de tamanha potência destrutiva contra o patriarcado, mas elas existem. De diversas formas, as mulheres persistem em construir coletivamente com suas semelhantes. Com esta pesquisa, tive o prazer de conhecer algumas dessas mulheres que trazem a possibilidade da construção coletiva de pensamento político e ação social. No ano de 2020, em meio à pandemia de Covid-19, segui a conta da comunidade no Instagram e passei a acompanhar a construção do espaço, das artesanias e do cotidiano delas. Anos depois, após ter criado um vínculo, conversamos sobre elaborar em conjunto um encontro, que ocorreu entre os dias 10 e 13 de fevereiro

de 2023, na cidade de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro. O intuito foi reunir mulheres que buscam priorizar mulheres para conversar e documentar territórios lésbicos. Este encontro foi elaborado pelo Sapataria Podcast em conjunto com SapatAty, um projeto de kunhas<sup>71</sup> que amam boemas<sup>72</sup> e warmis<sup>73</sup> e que pretendem viver em comunidade. O nome SapatAty se origina nas “sapatas”, que são usadas para receber a carga dos pilares e distribuí-las através do solo, nos projetos de fundação, que reforçam toda a estrutura de um edifício ou residência; e “Aty” é a sabedoria guarani. Kuarahy e Xapuko, que serão apresentadas posteriormente, convocam mulheres à Retomada Território Corpo, para a reconstrução desse espaço seguro, um lugar para poder voltar e para envelhecer entre mulheres e crianças. Kuarahy Ava Katuete afirma que:

Movidas por elas, avós, mães, tias, irmãs e amigas, todas as mulheres que, com seu exemplo de luta cotidiana, mostram os caminhos e nos inspiram força e convicção para enfrentar as violências sistemáticas, desenhadas para continuar apagando nossas trajetórias de vida. Temos a urgência de recriar prioridades, por isso trabalhamos com e para mulheres, nossos afetos, nossas referências e nossas motivações. Juntas sonhamos a SapatAty como projeto de vida. Há mais de 4 anos tentamos encontrar um território onde sentar bases e raízes, onde possamos nos sentir seguras ao semear e ao colher, ao sair saber que temos um lugar onde voltar, onde possamos gerar encontrar com outras mulheres que trilham nossos caminhos.<sup>74</sup>

Enquanto as relações entre mulheres são impossibilitadas pela misoginia e lesbofobia, a questão financeira sempre foi a maior opressão do sistema patriarcal contra mulheres, com o objetivo de distanciar-nos umas das outras. Por isso, no ano de 2022, Kuarahy, Xapuko e outras mulheres indígenas semearam a “Kunhangue Cooperatyva” de artesãs originárias pluriétnicas, migrantes, aldeadas e desterradas. Desde então, por meio deste espaço de autonomia, é possível tecer caminhos para o fortalecimento mútuo desde a produção até a venda de artesanias feitas por mulheres indígenas empobrecidas.

Para mim, como lésbica e pesquisadora, este encontro foi extremamente importante, já que conheci mulheres que admiro há alguns anos e outras que passei a admirar desde então. Conversamos sobre memórias ancestrais, sobre como é viver em uma sociedade que odeia os corpos femininos e entrar em um ciclo de auto-ódio, falamos

---

71 *Kunha* ou *kuña*, na língua Guarani, significa “mulher” (por pertencer a uma língua indígena, não carrega o simbólico do que é ser mulher na sociedade brasileira, fruto da colonização).

72 *Boema*, na língua Puri, significa “mulher”.

73 *Warmi*, na língua Quéchua, significa “mulher”.

74 Registro informal em 2023.

como nossas vidas são diferentes e como existem similaridades. Assim, acabamos por nos encontrar no caminho. Gostaria de ter tido mais tempo para poder ouvi-las mais e conhecer cada uma com maior profundidade. Nesses quatro dias, percebi como eu e minha pesquisa dividem o mesmo corpo e mente. Portanto, não posso deixar de relatar às leitoras meu contentamento.

A partir das conversas foi possível observar que algumas mulheres lutaram/lutam contra o próprio corpo. Esse sentimento que se reverbera principalmente em lésbicas chama-se disforia de gênero, que é caracterizada como um desconforto com o próprio corpo e ao sexo biológico. Nesse sentido, a pesquisadora lésbica Sheila Pamela López Cifuentes (2022) em sua dissertação *Disforia de Género En Mujeres. Análisis Del Papel de La Ciencia y La Tecnología Desde La Epistemología Feminista* (2022) analisa as diversas interpretações que se tem socialmente quando tratamos de disforia de gênero, sendo assim, a pesquisadora analisa que:

Contexto que da epistemologia feminista é de extrema importância, pois afirmar que as situações históricas e sociais são iguais para todas as pessoas está perpetuando preconceitos androcêntricos e teorias masculinas que têm justificado a opressão das mulheres. Da mesma forma, fingir que a disforia de gênero é uma patologia universal apaga o processo de patologização e medicalização específica que existiu para os corpos sexuais das mulheres. Daí a razão de um capítulo completo sobre investigações da diferença sexual, pois só assim podemos traçar os preconceitos que desde séculos como 1900 a.C. Com documentos médicos como o Papiro Kahun, atribuem distúrbios no comportamento das mulheres de acordo com questões anatômicas e fisiológicas como a posição do útero ou a menstruação (Maffía, 2008, p. 107). Da mesma forma, conhecer o contexto histórico de categorias como a identidade de gênero, que na medicina tem sido um parâmetro para estabelecer normalidades, permite fazer análises, críticas e propostas que parem de perpetuar preconceitos ou, como no caso da abordagem a seguir, parem de normalizar os preconceitos nativistas. teorias que justificam relações de poder com base em uma suposta natureza (Cifuentesm apud Maffia, 2022, p. 70).<sup>75</sup>

---

75 Tradução da autora. No original, lê-se: “Contexto que desde la epistemología feminista es de suma importancia, pues pretender que las situaciones históricas y sociales son las mismas para todas las personas es perpetuar los sesgos androcéntricos y las teorías masculinas que han justificado la opresión de las mujeres. Asimismo, pretender que la disforia de género es una patología universal, borra el proceso de patologización y medicalización específica que ha existido para los cuerpos sexuados de mujer. De ahí la razón de un capítulo completo sobre las investigaciones de la diferencia sexual, ya que sólo de esta forma podemos rastrear los sesgos que desde siglos como el 1900 a.C. con documentos médicos como el Papiro Kahun atribuyen desórdenes en los comportamientos de las mujeres según cuestiones anatómicas y fisiológicas como la posición de la matriz o la menstruación (Maffía, 2008, p. 107). De igual forma, conocer el contexto histórico de categorías como la de identidad de género, la cual médicamente ha sido un parámetro para establecer normalidades, permite hacer análisis, críticas y propuestas que dejen de perpetuar sesgos o, como en el caso del planteamiento siguiente, se dejen de normalizar teorías innatistas que justifican relaciones de poder con base en una supuesta naturaleza”.

O que antes era tido como “transtorno sexual”, apresenta-se para mulheres que não cumprem com os papéis de gênero baseados em sexo esperados pela sociedade, já que, para “ser mulher” em meio à sociedade patriarcal, é necessário passar por diversos rituais, como furar as orelhas quando criança, deixar o cabelo e as unhas compridas e sempre impecáveis, usar maquiagem, salto alto e retirar pelos corporais. De acordo com Cifuentes (2022):

A relação entre lésbicas e disforia de gênero parece não ser coincidência, uma vez que a rejeição da heterossexualidade, e por vezes também da feminilidade, como mulher, tem tido um impacto direto no tratamento social, onde o estigma prevalece porque não há alinhamento com o que uma mulher “deveria ser” (Cifuentes, 2022, p. 44).<sup>76</sup>

Quando as mulheres deixam de fazer parte desse ritual do “ser mulher” por escolha política ou por se sentirem confortáveis de outra maneira, elas deixam de ser mulheres e se tornam lésbicas (leva-se em conta também a leitura social). Esse julgamento da sociedade perante mulheres que não se encaixam no que a sociedade dita como sendo “mulher” acabam por nutrir auto-ódio, por se ver em uma posição demonizada pelos outros e tida como “errada”. Conforme pontua Wittig:

Lésbica é o único conceito que conheço que está além das categorias de sexo, porque o sujeito em questão (lésbica) não é uma mulher, seja em termos econômicos, seja em termos políticos ou ideológicos. Pois o que faz da mulher uma mulher é a relação social específica a um homem, uma relação à qual chamamos anteriormente de servidão (Wittig, 2022, p. 53).

Identifico que o ódio ao próprio corpo é uma violência patriarcal, em que ocorre a adoção do discurso sistêmico que tem como propósito reforçar o arquétipo e estereótipo do que é ser Mulher, submissa e controlada por homens, incluindo pais, maridos e abusadores. Nesse sentido, percebe-se que o ódio não está em nossos corpos e em como nos vestimos ou no corte de cabelo, mas sim no patriarcado que impõe a violência sob nossos corpos por meio da padronização, da exploração e do controle. Então, passamos a nos orgulhar da afronta ao sistema que expressamos em nossos corpos: eles devem temer, não nós lésbicas.

---

76 Tradução da autora. No original lê-se: “La relación entre lesbianas y disforia de género parece no ser casualidad puesto que rechazar la heterossexualidad, y en ocasiones también la feminidad, siendo mujer, ha tenido un impacto directo en el trato social, en donde prepondera el estigma pues no hay una alineación con lo que una mujer ‘debe ser’”.

Esse pensamento hegemônico tido como geral/universal é o discurso masculino, que não é apenas imposto a toda população mundial, mas sobrepõe as convicções e verdades individuais pelo discurso patriarcal. Adriana Guzmán (2019), feminista comunitária antipatriarcal, coloca o universal como uma estratégia de colonização, de mentes e corpos. Desde a escola, lugar em que aprendemos que a história universal é europeia e norte-americana, o que deixa a história da América Latina em segundo plano. A história de Abya Yala nem é ouvida no ensino tradicional.

Historicamente as mulheres resistem a esse discurso sejam elas lésbicas, bruxas, sacerdotisas, curandeiras ou indígenas. Ao recriarem a própria realidade, colocando-se fora da visão masculina, ao restabelecerem laços entre mulheres e com a natureza. Guzmán, que é Aymara, reflete sobre essa resistência feminina presente na busca pela cura:

As mulheres, chamadas de sacerdotisas pela história universal, yatiris (médicas e curandeiras comunitárias entre os aymaras da Bolívia, Chile e Peru) ou conhecedoras para nós, foram as que reafirmaram as práticas ancestrais como forma de resistência, gratidão à Pachamama, alimentando os wacas, práticas que realizaram em locais quase inacessíveis, próximo às montanhas ou apachetas (Guzmán, 2019, p. 12, tradução minha).<sup>77</sup>

Apesar de a classe feminina estar imersa em uma sociedade heteropatriarcal e capitalista, é possível traçar estratégias para evadir mesmo que por alguns instantes dessa lógica que nos quer mortas, já que são as mulheres que detêm a sabedoria das plantas e da cura. Por terem controle de tanto poder, as mulheres são historicamente caçadas e exterminadas. Como exemplo, Guzmán (2019) fala sobre Catalina Guacayllano e Francisca Guacaquillay, que foram perseguidas e exiladas; numa tentativa desesperada, as avós refugiaram-se nas montanhas e formaram comunidades autônomas de mulheres, assim resistiram à colonização.

María-Milagros Rivera Garretas (2019), historiadora e feminista, que analisa estudos da historiografia feminista, do último terço do século XX até hoje, explora a noção de que o patriarcado nunca ocupou toda a realidade humana nem toda a vida de

---

<sup>77</sup> No original, lê-se: “Las mujeres, llamadas sacerdotisas por la historia universal, yatiris o sabedoras para nosotras, eran uienes reafirmaban las prácticas ancestrales como forma de resistencia, el agradecimiento a la Pachamama, dar de comer a las wacas, prácticas que realizaban en lugares casi inaccesibles, cerca de las montañas o apachetas”.

uma mulher: ele quis ocupá-la, mas as mulheres nunca consentiram. Essa realização é importante para que cada mulher entenda seu potencial para evadir de situações violentas, buscando umas às outras, para criar esse senso comunitário da classe feminina.

O patriarcado criou diversas armadilhas para separar as mulheres para que perdessem autonomia sobre a própria vida e sua aliança com semelhantes para partilha, como a rivalidade feminina, a própria misoginia, a feminilidade e a compulsoriedade da heterossexualidade (e conseqüentemente a maternidade). Acredito que por saber da potência da união entre mulheres. Um grande exemplo de união que resiste até hoje é a de mulheres originárias. Pelo senso de comunidade, pela própria noção de ancestralidade e pela busca das mesmas pela troca de conhecimentos seculares. Lorena Cabnal (2019), feminista comunitária que se apresenta como maya xinka, discorre sobre como o patriarcado incide historicamente sob os corpos das mulheres indígenas:

Antes da colonização espanhola ou castelhana já havia uma configuração patriarcal, que chamo de patriarcado ancestral originário. Sua conformação, temporalidade, forma de se manifestar e contexto é completamente diferente do patriarcado que atravessou o mar em barcos há 525 anos. Em suas próprias manifestações, o patriarcado ancestral originário complicou certos efeitos sobre os corpos das mulheres indígenas ao se reconfigurar como patriarcado colonial. Essa conexão patriarcal ou convergência patriarcal vai estabelecer uma nova ordem simbólica de posse dos corpos das mulheres indígenas a partir da concepção de um modelo econômico de posse, imposto pelos colonos, tanto sobre os corpos quanto sobre a terra. Portanto, a violência sexual massiva dirigida contra nossas antepassadas e avós e o nascimento de filhos e filhas chamados "bastardos" — que, em grande parte, com sua herança geracional, configurarão a miscigenação de hoje — também acabam tornando-se formas ancestrais de violência exercidas a partir do poder e da misoginia sobre os corpos (Cabnal, 2019, p. 115).<sup>78</sup>

Nota-se que a classe de mulheres é diversa e plural. Assim são as formas de exploração criadas: os corpos de mulheres indígenas foram historicamente estuprados<sup>79</sup>

---

78 No original, lê-se: “Antes de la colonización española o castellana existía ya una configuración patriarcal a la que nombro patriarcado ancestral originario. Su conformación, temporalidad, manera de manifestarse y contexto es completamente diferente del patriarcado que cruzó el mar en barcos, hace 525 años. En sus propias manifestaciones, el patriarcado ancestral originario volvió más complejos ciertos efectos sobre los cuerpos de las mujeres indígenas cuando se reconfiguró como patriarcado colonial. Ese entronque patriarcal o convergencia patriarcal va a establecer un nuevo orden simbólico de propiedad sobre los cuerpos de las mujeres indígenas a partir de la concepción de un modelo económico de propiedad impuesto por los colonos tanto em los cuerpos como en la tierra. Por lo tanto, la violencia sexual masiva dirigida contra nuestras ancestras y abuelas y el nacimiento de hijos e hijas llamados “bastardos” —quienes en gran parte, con su herencia generacional, configurarán el mestizaje de hoy— terminan convirtiéndose también en formas ancestrales de violencia ejercidas desde el poder y la misoginia sobre los cuerpos.”

79 Edilene Coffaci de Lima e Jorge Eremites de Oliveira (2017) pesquisam que: “Todos os tomos do Relatório ultrapassam a 7 mil páginas, nas quais plasmam relatos de massacres, esbulhos, arrendamentos

porque os colonizadores as viam como posse. O processo de embranquecimento é a consequência visível dessa violenta colonização que continua a acontecer na América Latina, em áreas de garimpo, exploração e invasão da terra indígena. Assim, cada corpo é um território próprio, carrega marcas únicas, mas que podem ser partilhadas e diminuídas quando se vive entre mulheres que experienciaram contextos semelhantes por serem sexuadas fêmeas. O individual torna-se comunitário quando falamos do território, pois este começa no corpo, como delineado por Cabnal:

Coragem, rebeldia, vitalidade e transgressão são energias que herdei também de minhas ancestrais, que não foram passivas diante das formas patriarcais originárias impostas antes da colônia, na colônia e nos tempos atuais. Sua memória ancestral de luta e cura é convocada hoje para nos acompanhar com mais força nas ações políticas de denúncia e protesto social, nas ações feministas e espirituais realizadas nas ruas, praças, estradas e comunidades (Cabnal, 2019, p. 121, tradução minha).<sup>80</sup>

O encontro realizado com a comunidade SapataAty e mulheres que priorizam mulheres acaba por ser esse espaço de liberdade e união. É um território à parte, pois não segue as leis de poderes patriarcais, a força de trabalho não está à disposição masculina. A energia é dedicada às mulheres. A vida em comunidade é uma prioridade feminista, há um senso de coletividade que está quase extinto na sociedade individualista atual, assim como analisa Julieta Paredes (2020).<sup>81</sup>

Parto da análise do texto “Corpo-território: o corpo como campo de batalha” (2020) de Verónica Gago. Ela argumenta que as mulheres e suas corporalidades dissidentes se nutrem nas lutas de defesa pela vida de suas semelhantes e produzem o corpo como território extenso, não como individual ou limitado às suas margens, mas sim como matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias. A

---

ilícitos de terras, intimidações, ameaças, torturas, envenenamentos, estupros, assassinatos, trabalho escravo, fraudes e roubos do patrimônio indígena, dentre outras formas de violência promovida contra os povos originários. Os crimes aconteceram em todo o território nacional, de Norte a Sul, e os fatos revelam muito sobre a origem da propriedade privada da terra em vastas extensões do Brasil e o enriquecimento de certas elites locais” (Lima; Oliveira, 2017, p. 1).

80 No original, lê-se: “La valentía, la rebeldía, la vitalidad y la transgresión son energías que también he heredado de mis ancestras, quienes tampoco fueron pasivas ante las formas patriarcales originarias impuestas antes de la colonia, en la colonia y en los tiempos actuales. Su memoria ancestral de lucha y sanación es convocada hoy para acompañarnos con más fuerza en las acciones políticas de denuncia y protesta social, en las acciones feministas y espirituales realizadas en las calles, las plazas, los caminos y las comunidades”.

81 Entrevista com Julieta Paredes (2020). Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

cosmovisão indígena e dos feminismos da América Latina convergem para esta atenção ao corpo enquanto campo de batalha e refletem sobre a exploração terra-corpo e retomada do corpo-terra a partir da comunidade, do cuidado, da autodefesa, da ecologia e da cura coletiva e individual.

O próprio termo “corpo-território”, conforme elabora Gago (2020), deixa evidente que é impossível isolar o corpo individual do coletivo, assim como o território não é desconexo da paisagem. A autora faz a relação da exploração do corpo com a exploração da terra e analisa como tudo ocorre devido ao sistema capitalista:

[...] a expansão e o transbordamento do corpo como corpo-território são o lugar concreto a partir de onde, hoje, se confronta o extrativismo *ampliado*: todas as formas de espoliação e exploração (do extrativismo propriamente dito, de matérias-primas, ao extrativismo digital e financeiro) que articulam a máquina de valorização capitalista (Gago, 2020, p. 110).

Nesse sentido, o feminismo indígena e comunitário se mostra como uma resposta possível a uma política de extermínio como a do sistema patriarcal e capitalista. Gago (2020) discorre sobre como esses feminismos, e ao falar sobre corpo-território, se exige uma postura de traçar estratégias para a descolonização como dimensão prática e indissociável à despatriarcalização. Uma mudança estrutural para a descolonização do pensamento, para que os processos colonizadores não se repitam e para que haja reparação do que já foi explorado e roubado pelos colonizadores.

O método corpo-território vindo das cartografias corporais leva em conta a realidade de mulheres que estão intrinsecamente ligadas à terra, como vida e trabalho. Foi elaborado com o intuito de denunciar a violência masculina e a exploração de terras indígenas. Sua base teórica é latino-americana, feminista e decolonial. Uma grande fonte é o coletivo *Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo*,<sup>82</sup> ao elaborarem o método pensando no corpo como o primeiro território conhecido e reconhecendo o território no próprio corpo. A partir de ensinamentos do mundo rural e indígena partilhados por companheiras, o uso medicinal das plantas, por exemplo, entende-se que,

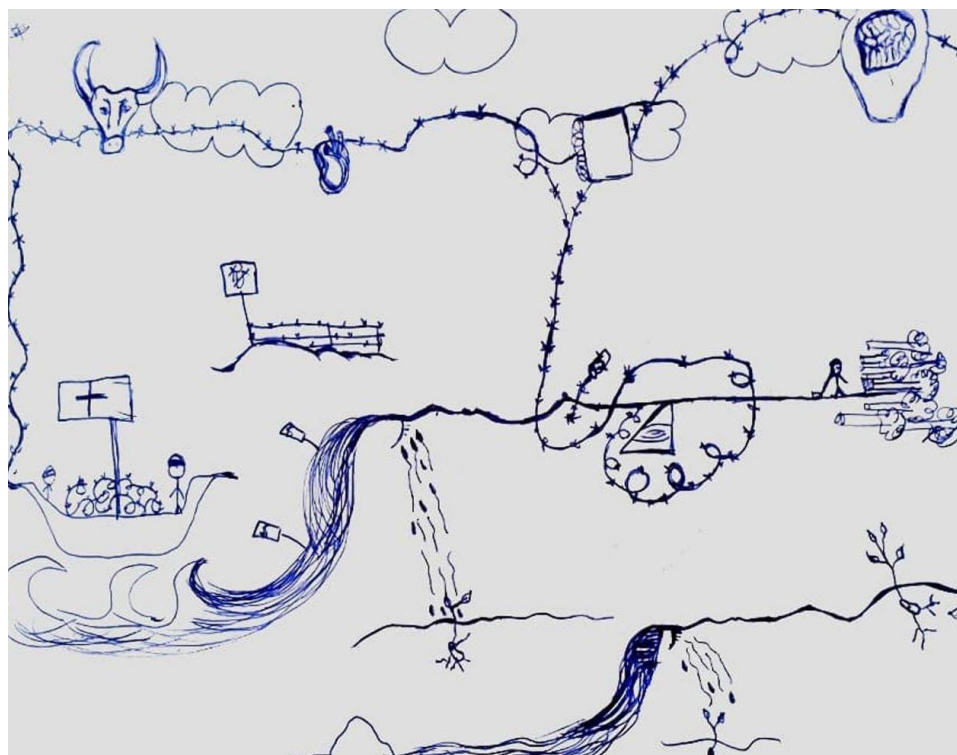
---

82 Ver nas referências o livro *Cuerpos, territorios y feminismos: Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas* (Hernández; Bayón, 2019) e a cartilha *Mapeando el cuerpo-territorio: Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios* (2017).

quando o lugar que se habita é violado, o corpo é afetado e quando o corpo é afetado, o lugar habitado é violado.

Nesse sentido, foi proposta a realização do método corpo-território que teve a participação de cinco integrantes (contando a autora), para que fosse possível analisar o território a partir do corpo lésbico. O método foi devidamente explicado às companheiras para que cada uma fizesse sua construção, desenhando em um papel o próprio corpo. Em seguida, colocaram o território dentro desse corpo, visualizando quais aspectos do território incidem no corpo e vice-versa. As descrições dos desenhos a seguir são das próprias autoras, que explicaram a simbólica do próprio desenho, sendo sinalizado o que for análise da autora.

Imagem 10 - Desenho corpo-território Meli'i Xapuko



Fonte: Giovanna Soares (2023)

O primeiro relato é de Meli'i Xapuko, lésbica, artesã e artista que está em retomada Puri. Ao descrever sobre seu próprio desenho, percebi que a linha entre corpo e território era praticamente nula, como se os arames e rios estivessem representando

parte do seu corpo e caminho. As amarras da colonização, o roubo e a exploração de terra indígena representados pelos arames dividem e nomeiam as terras de grandes latifundiários. Para além disso, delimitam também onde há exploração sexual. Parênteses aqui para colocar o dado de que o Brasil ocupa o quarto lugar em casamentos infantis no mundo, baseado em dados da Unicef: “Em 2016 [...] 137.973 (casamentos) incluíram pessoas com até 19 anos, sendo 28.379 meninos contra 109.594 meninas” (Fonte: Agência Câmara de Notícias). Meli’i relatou que seus parentes sempre desciam as montanhas em direção ao mar, em busca de trabalho, e acabavam encontrando exploração nas construções da estrada principal que liga RJ ao estado de SP, exploração sexual e pornificação dos corpos femininos. Indo ao encontro da hipótese central do conceito de corpo-território de que a domesticação e colonização são inseparáveis, já que constituem uma relação específica, tanto na maneira de explorar a mão de obra quanto no de subordinar territórios, como posiciona Verónica Gago, explorando sexualmente e explorando a terra.

Ao relembrar sua história e seu território, Meli’i relata como é difícil para sua família falar sobre seu território e recontar memórias porque é tudo muito doloroso. Sua avó e sua bisavó não contavam muito sobre sua história porque só tinha coisa ruim para contar. Sua tia, entendendo a vontade de Meli’i em buscar a ancestralidade da própria família, recentemente contou sobre um estupro intrafamiliar, mas que até então estava velado. Ela recebeu a notícia com muito espanto, mas sabe da importância de ter essa informação para sua retomada, para conseguir olhar atentamente para a formação de sua família. Ela diz ser importante para parar de romantizar esse processo de retomada.

Meli’i relata que foi à cidade de sua bisavó, Rio Claro/RJ para buscar informações sobre suas origens. Porém, encontrou apenas latifúndios e igrejas cristãs, sem nem museu contando sobre a barbárie da escravidão e invasão das terras originárias. Ao conversar com moradores de Angra e Paraty que têm família em Rio Claro percebeu que há muita desinformação sobre o território. É uma história apagada, em que poucos reconhecem a etnia Puri que vivia e migrava desde o vale Paraíba até a serra do mar. Hoje, Xapuko busca refazer o caminho e confiar na trajetória da retomada porque se depender de registros em cartórios muitas vezes nada será descoberto, pois muito foi apagado propositalmente. Por isso muitos Puris dessa região não se reconhecem, mas

muitos resistem com seus costumes, migrantes natos desde a invasão, sempre escapando de aldeamentos forçados e impostos pela colônia.

Imagem 11 – Desenho corpo-território Kuarahy



Fonte: Giovanna Soares (2023)

Kuarahy é do povo Guarani, lésbica, caçadora e artista/artesã. Kuara começa a lembrar o que foi dito por Adriana Guzmán sobre a feminização da Pachamama em uma entrevista para o Portal Catarinas:

Diferente da palavra Pachamama, Adriana Guzmán usa o termo “Pacha”, e explica: “mama é mulher adulta, não é mamá, não é mãe. Pachamama é a terra, a natureza, de cima do ar, daqui da terra, os rios, as montanhas, e de baixo, a água, o gás, os recursos todos. Não é ‘madre tierra’ (mãe terra), essa é uma tradução machista que se usa há uns 15 anos, sobretudo desde que o ex-presidente Evo Morales falou dos direitos da ‘madre tierra’. Mas não é ‘madre’ (mãe). Para nós, é importante dizer isso para denunciar o machismo, mas também o conceito de mãe que se impõe à natureza desde a perspectiva patriarcal – mãe, útero que reproduz e alimenta. Todo o mundo fala de ‘madre tierra’ e não é assim nas cosmovisões dos povos, nem aymara nem outros em

México também. É uma feminização e, portanto, uma dominação da natureza” (Amante; Guzzo, 2021, s/n).

Ela relata o quão violenta é a reprodução desse discurso colonizador que resume o corpo da mulher a um útero para reprodução e que resume a terra em posse e exploração com o mesmo objetivo: exercer poder ao controlar e violentar corpos e territórios. Kuarahy diz que resiste porque apesar de todas as dificuldades de existir neste sistema que não se importa com o bem-viver, as guardiãs dançam e protegem.

Analiso atentamente tamanha representação da natureza e como a simbologia da cidade com prédios e dos muros com arame farpado trazem a ideia de segregação social, mas que também representa a morte de seus parentes, despejados pelo “progresso” já que é fruto de roubo de terra indígena. Essas mortes, feridas ancestrais abertas recaem sobre a cabeça e a divide em duas, à direita com suas flechas e grafismos pintados na pele e à esquerda sendo obrigada à medicina ocidental. Disse que o desenho acima seria o lado superficial, e que o desenho abaixo seria o lado espiritual.

Imagem 12 – Segundo desenho corpo-território Kuarahy



Fonte: Giovanna Soares (2023)

Kuara remonta o caminho da cura, uma potência ancestral para tirar a dor e cicatrizar. Essa dor que perpassa o corpo e se infiltra no solo e em toda vida na terra. Busca essa cura, pois dói constantemente a ferida aberta de suas antepassadas. No entanto, é difícil entender o processo de cura de um território violentado sistematicamente até hoje. A cura está em todas nós e cada uma deve buscar e compreender seu próprio caminho. Kuara relembra sua bisavó que lhe contou que pessoas urbanas a buscavam para rituais de cura e que ela não poderia curar, poderia ser uma ponte, uma ajuda, mas não conhecemos o processo da outra pessoa. É algo único e muito pessoal. Essa cura não pode ser cega, ela tem que ser vista, sentida, é necessário saber como prepará-la; o que existe é a sabedoria ancestral. É o conhecimento e a prática transgeracional, que implica o contato cotidiano em comunidade com o outro para o bem-viver, o resto é fé, falácia ocidental.

Muito desse conhecimento se perde pela mutilação da língua nativa, pela imposição do português aos povos indígenas,<sup>83</sup> pela imposição dos costumes e da medicina ocidental; nesse processo de colonização permanente estão sendo mutiladas as formas de vida e cosmovisões originárias de Pindorama. Ela lembra de territórios no Paraguai que plantam muita banana e utilizam ela inteira (desde o caule até as folhas) como base de tratamento para diversas doenças, e tudo depende da maneira que a bananeira é plantada. Realizam um ritual de plantio e colheita para se certificar de sua potencialidade, de que vão poder extrair o que a natureza tem de mais sagrado, mantendo uma conexão e uma espiritualidade únicas.

Nas falas de Kuarahy e das outras companheiras analiso que existem sequelas de feridas permanentes. Não há reparação que apague as cicatrizes das violências. É necessário levar em conta que a memória do branco não é sobre quem saiu prejudicado, mas sim quais as posses “conquistadas”. Não há como romantizar a situação catastrófica que a colonização trouxe para o território de Pindorama e aos povos que aqui vivem, mas o fato é que continuam resistindo a toda colonização do século XXI.

---

83 Como analisa Aderlande Pereira Ferraz (2007, p. 49): “As comunidades linguísticas, formadas por grupos indígenas brasileiros, são demograficamente muito frágeis, com baixas concentrações de população por língua. A densidade populacional média é de menos de duzentos falantes por língua. Algumas, provavelmente umas cinquenta, são faladas por menos de cem pessoas, das quais nove contam com apenas vinte falantes (Freire, 2004). Os maiores contingentes ficam entre dez mil e vinte mil índios (Guarani, Tikuna, Terena, Makuxi, Kaingang)”.

Imagem 13 - Desenho corpo-território Fernanda



Fonte: Giovanna Soares (2023)

O desenho acima representa o corpo-território de Fernanda (Mimi), Quechua de Cochabamba/Bolívia. Ela vive em São Paulo há nove anos, onde fundou o coletivo artístico político de imigrantes no contexto urbano Cholitas da Babilônia, em 2020; é fisioterapeuta e facilitadora de cursos andinos. Mimi inicia sua fala ao apontar para as montanhas que são sagradas, nelas estão algumas mulheres fazendo rituais à Pachamama. À esquerda, que é a terra fêmea que as envolve e protege e à direita, três cholitas<sup>84</sup> juntas – representam essa fuga e a necessidade de se esconder por proteção, já que a sexualidade feminina é reprimida. Assim, as mulheres conseguem o bem viver, em união e construindo a vida em conjunto, fugindo das cidades que sufocam e oprimem os corpos femininos. Mimi relata que a ida ao encontro foi essa necessidade de ir a um lugar seguro, assim como as cholitas fazem, buscando o território onde o sagrado acontece.

As montanhas sagradas foram invadidas por exploradores que começaram a minerar seus poderes e riquezas. Ou seja, repetidamente na história da humanidade

---

84 Nome dado às mulheres indígenas bolivianas

homens exploram o sagrado que é fêmea, para indígenas é Pachamama, Terra enquanto organismo vivo. Os rostos à direita são de mulheres em união, mulheres que amam mulheres, mulheres que têm o sol interno, mulheres indígenas, mulheres quietinhas, mulheres guerreiras, e a do topo está chorando e com a língua para fora, expressando tamanha raiva e colocando essa dor para fora.

Fernanda se vê mulher, porém sem o corpo de mulher, mas sim como uma mulher selvagem, abraçada com uma serpente representando o mundo de baixo, o pecado da sexualidade, o mau – UKU PACHA –, como se estivesse abraçando sua sombra e quem ela é. Enxerga um buraco em sua barriga, como um vazio de sentimentos, já que evadiu de sua terra, sentindo cheiro da coca e do milho. Com confiança para buscar novos territórios para si, com muita dor e vazio, nunca esquecendo os rituais que fez com suas companheiras na Bolívia e confiante para construir novas coisas em outro lugar.

Em todo esse processo é muito guiada por Pachamama. Através de seus instintos, com sua bênção para carregar toda sabedoria e apresentar para outras companheiras tanto poder de cura. Para que aos poucos esse vazio que sente na barriga seja preenchido por novas conexões entre mulheres e que não precise mais se esconder nas montanhas, já que as mulheres em união têm a capacidade e o poder de mudar realidades e de destruir o patriarcado. Mimi diz que o preenchimento do vazio é o preenchimento do território, que ocorre ao longo do caminho que trilha, mas que agora ela é conduzida pela serpente que existe nela. Ela rasteja e segue seu instinto.

Aqui acredito que seja importante ressaltar a trilogia Inca representada no desenho: Hanan Pacha, que é representada pelo condor, uma ave sagrada andina, sendo o mundo superior dos deuses; Kay Pacha, representada pelo puma, símbolo de força, sabedoria e inteligência, sendo o mundo terreno, dos vivos; e Uku Pacha, representada pela serpente, que simboliza o infinito, o mundo dos mortos, das sombras e do pecado. A divindade da natureza é viva nesse saber andino. É interessante que haja espaço para os humanos no meio do que é sagrado, pensando que todas as pessoas, de alguma forma, irão passar e reverenciar esses três lugares ao longo da vida.

Observa-se que tanto o “ser lésbica” quanto o “ser indígena” leva essas mulheres ao separatismo e à comunidade centrada em mulheres. É notável que ambas culturas valorizam a comunidade e a importância da mulher para o funcionamento da sociedade. Ademais, exaltam as capacidades e potencialidades do corpo feminino.

Ao longo da escrita e ao lembrar da experiência do encontro, entendo que nós buscamos romper com esse sistema. Fugimos cotidianamente da domesticação que se impõe sobre nossos corpos, principalmente sobre os corpos de mulheres indígenas e lésbicas. Cada uma com suas urgências, mas sabemos que podemos nos apoiar e nos unir para buscar compreender as dificuldades. Porém, é importante não romantizar esse processo, pois ao longo desse caminho muitas companheiras nos deram as costas e muitas vezes se voltaram contra nós, seja por atritos externos, rivalidade ou mesmo a falta de empatia com a situação da companheira. Infelizmente, as armadilhas do patriarcado são tão enraizadas na sociedade e em nossos corpos e mentes que os conflitos entre nossa classe têm a possibilidade de acontecer, não estamos isentas disso.

A aplicação do método extrapolou os limites dessa pesquisa. As companheiras relataram que não imaginavam a profundidade que teria um desenho sobre seu corpo e território, e que foi significativo trazer memórias do inconsciente para o consciente e, então, para o material. Ao final, queimamos nossos desenhos e, junto com o fogo e a reza, foram todas as dores e os anseios transpassados para o papel. Em seguida, Mimi propôs que fizéssemos nossa Pachamama em argila enquanto mascávamos folhas de coca, então realizamos rituais que nos colocaram a pensar e repensar não só sobre a própria vivência e a memória, mas também sobre o processo individual e coletivo de cura.

Imagem 14 – Ritual de finalização do método



Fonte: Giovanna Soares (2023)

Portanto, finalizo essa parte da escrita ao ressaltar pontos importantes dentre os desenhos e os anseios compartilhados para que possamos compreender de que forma o corpo-território é sentido. Este conceito é essencial para a pesquisa por evidenciar a luta de corpos dissidentes que se situam como território extenso, não limitando as suas margens individuais, mas como matéria ampliada, traçando uma caminhada de afetos, memórias e embates.

A primeira questão que salta aos olhos é o fato de a divisão da terra ser muito representada tanto como território (através de arames farpados) e reverberada no corpo como esse roubo de si e da memória ancestral. Ou seja, a colonização de terras e corpos. Em todos os desenhos vemos que o discurso masculino (em seus vários níveis) acabaram por: segregar comunidades, saquear riquezas materiais (roubo de terras, extrativismo) e conhecimentos ancestrais (apropriação cultural), discurso de ódio ao corpo feminino que reverbera como ódio ao próprio corpo, dentre outros. Acredito que o principal, em todos os desenhos, é expresso pela potência de transformação da dor em ação e luta. Com isso, recordo o texto de Audre Lorde, “A transformação do silêncio em linguagem e em ação” (2019), em que ela diz:

Cada uma de nós está aqui hoje porque, de uma forma ou de outra, compartilhamos um compromisso com a linguagem, com o poder da linguagem e com o ato de ressignificar essa linguagem que foi criada para operar contra nós. Na transformação do silêncio em linguagem e em ação, é essencial que cada uma de nós estabeleça ou analise seu papel nessa transformação e reconheça que seu papel é vital nesse processo (Lorde, 2019, p. 54).

A vontade de transformação da própria realidade leva as mulheres a buscar pela cura, e buscar também pelo apoio e pela união entre outras mulheres é revolucionário. Deve-se levar em consideração a importância de extinguir o discurso masculino, pois ele interfere negativamente na relação entre mulheres. É necessário analisar pensamentos que subjuguem umas às outras, já que estamos tão imersas em uma cultura patriarcal que não quer nossa união enquanto classe, enquanto seres políticos.

Esta busca por algo melhor do que vimos passar nossas mães e avós possivelmente questionará a heterossexualidade em algum momento, pois se vê que na

sociedade ocidental os homens possuem mais poder, inclusive o poder sobre mulheres, como explorado por Lerner (2019). As lésbicas, nós escolhemos não estar nessa posição de submissão. Para fugir disso, buscamos umas às outras. Porém, o patriarcado assim como o capitalismo, avança seus tentáculos sobre culturas que antes não haviam mecanismos de submissão de mulheres, e passa a se infiltrar em diversas esferas nesse mundo extremamente globalizado, portanto as mulheres podem sofrer retaliações independente de sua origem. Tanto o patriarcado quanto o capitalismo chegam em comunidades de povos originários e povos tradicionais na forma de megaprojetos para exploração da terra, e não necessariamente de dentro das comunidades.

## 5 ÚLTIMAS REFLEXÕES

Apesar de ser apresentado o último capítulo, esse assunto está longe de ser encerrado. Devo amarrar alguns nós feitos ao percorrer o caminho, porém o debate jamais se encerrará. As lésbicas nunca deixaram a discussão sobre vivência e política sair de uma constante crescente, nossa existência resiste a qualquer finitude, e historicamente já perpassou diversos tempos e espaços. Sempre existirão lésbicas para buscar novas referências, traçar novas estratégias, deixar novas marcas e agregar à cultura.

Ao mesmo tempo em que é triste a necessidade de grupos minoritários traçarem estratégias para continuar a existir, é importante compreender tamanha potência revolucionária ao, justamente, não deixar a cultura morrer ou ser assimilada, pois tentativas patriarcais para isso não faltam.

Enquanto pesquisadora e lésbica, observo e verifico que os espaços exclusivamente femininos trazem benefícios à saúde de lésbicas dispostas a praticar a política lésbica. Em ambos os grupos com os quais pesquisei em conjunto, unanimemente as mulheres relataram sentir segurança, liberdade, potência e cura. O afeto entre mulheres evidencia um horizonte possível a ser imaginado e materializado (mesmo que por um momento). A sociedade, que atua em um sistema heterossexual, acaba por gerar sentimentos de auto-ódio na lésbica (visível, principalmente), que se vê como um problema, um erro, uma falha. O meio exclui a lésbica pela rejeição de sua representação enquanto mulher que não cumpre com a construção social esperada de uma pessoa do sexo feminino. Ao ir contra as normas de gênero impostas, a lésbica se coloca enquanto ameaça desse sistema padronizador que é heteropatriarcal: somos o ponto fora da curva.

A lésbica mostra aos homens que é possível existir enquanto mulher não sendo submissa e controlada por eles, o que pode lhes causar raiva, como vimos anteriormente sobre lesbocídio. Consequentemente, se torna um exemplo às mulheres heterossexuais em relação às possibilidades e potencialidades fora da instituição heterossexual. Por conta disso há uma enorme retaliação dos corpos lésbicos, em diferentes escalas. A família e o ciclo social podem ser meios de pressionar a lésbica a estar em um padrão aceitável socialmente (nem que seja apenas pela estética). Muito novas as lésbicas já sentem as imposições sutis em relação a como se portar e se vestir. Geralmente, quanto mais religiosa a família, mais impeditivos a lésbica terá para ser ela mesma. Entrar no mercado

de trabalho enquanto uma lésbica visível (desfeminilizada) é mais penoso do que para uma lésbica feminilizada, por conta disso muitas lésbicas visíveis precisam mudar seu jeito de ser e se vestir para se encaixar a um padrão esperado para o mercado, para ser palatável socialmente sua existência em sua condição de mulher. Como a escala mais brutal, há o lesbocídio, morte simbólica e material.

O medo que sentimos ao andar na rua não é apenas por ser mulher, mas também por nos verem enquanto uma mulher que não cumpre seu papel sexual esperado, como lésbicas visíveis que não são femininas e que podem ser lidas/confundidas esteticamente como homens. O lesbocídio possui oito tipificações, de acordo com o *Dossiê do lesbocídio* (2018), e, ao realizá-lo, a pessoa se vê no direito de decidir em que momento a vida de uma lésbica termina.

Em diversos momentos durante a pesquisa ouvi relatos sobre perseguições, ameaças e tentativas de violências. Me incluo nisso. Nesse sentido, o espaço voltado para as prioridades lésbicas, esse território enquanto uma instância de decisão política, sendo materializado quando se há um *continuum*, é essencial para que as lésbicas tenham maior conhecimento de si e da própria cultura. São nesses momentos que a lésbica se sente vista e pertencente.

É necessária a manutenção desse espaço de luta na comunidade lésbica, tanto desse território imaginado na cultura, assim como a materialização do mesmo a partir dos encontros, da cura individual e coletiva, de ter plena convicção de que não somos um problema nem estamos erradas ao buscar uma vida livre dos controles patriarcais e de uma instituição que coloca as mulheres em uma situação de submissão e miséria.

O uso da cidade como meio de expressão faz sentido, já que no cotidiano muitas situações podem colocar a lésbica em desconfortos. Desse modo, quanto mais nos identificamos com símbolos e escritos nas paredes, damos voz ao que sentimos por saber que companheiras de luta passam por questões semelhantes. Nos sentimos menos sozinhas e mais validadas, de certa forma. As cidades proporcionam esses espaços, sua ocupação reverbera em si e em outras lésbicas, a arte em geral tem esse efeito: gera reflexão e identificação.

O campo, como um ideal do imaginário separatista, possibilita essa introspecção de cura individual e coletiva para criação e fomento de uma cultura longe dos valores e pensamentos heterossexuais, ao dispormos de uma dinâmica própria entre mulheres. Por

consequente, o movimento de lésbicas entre esses dois ambientes; entre a natureza e os prédios, faz parte desse processo de separação física e de pensamento do sistema heteropatriarcal.

Nesse sentido, o debate sobre território hoje é vasto e profundo, existem diversas camadas, a perspectiva que passa pelo corpo, pelo urbano, rural, usado, político ou outros. Transcorremos aqui por um território que pode não ter se materializado, mas sim imaginado ou mesmo criado por um momento quando se há um *continuum*. Me encontro nas leituras de Nicole Brossard (2023), em que ela diz: “Nada é mais reconfortante para uma mulher, a não ser ela mesma quando parte e se encontra entre outras mulheres” (Brossard, 2023, p. 56). Esse movimento se torna mais real e possível quando pensamos em um território seguro para tal encontro, assim como foi proporcionado pela pesquisa. Esse fruto é resultado e consequência desses encontros, também do meu encontro comigo mesma, e essa escrita não seria possível sem minhas companheiras, minha prática diária demonstra a importância desse território.

Por que colocar enquanto território e não espaço ou lugar? Porque há uma necessidade em demarcar a importância política desse movimento, para além do sentimento ou do espaço material, foco na diferença de poderes ao existir entre mulheres. São territórios possíveis que não há interferência direta dos homens, onde criamos estratégias de sobrevivência, mas principalmente de vivência. É aquela máxima de viver para além de, algo bem explorado por Wittig (2022).

Desse modo, o território ocupado pelas lésbicas em relação à arte urbana demonstra a necessidade de se apropriar da cidade para se sentir mais pertencente e de algum modo, mais segura. Ao identificar símbolos da própria cultura em seu cotidiano, a lésbica se sente abraçada não apenas pela mulher que se apropriou daquele território, mas sim por um coletivo. Há um fluxo de pensamento da comunidade lésbica que é compartilhado ao buscar a própria teoria, como já citado ao longo deste estudo, que consequentemente proporciona a expansão do simbólico, seus signos e significados.

Seja em forma de lambe-lambe, pixo, *graffiti*, stencil, ou qualquer intervenção urbana que ocupe o território, todos são movimentos que beneficiam a continuidade histórica da cultura lésbica. Inclusive, o boicote e apagamento dessas intervenções deixam evidente a necessidade de manter essa chama viva, se a simples existência do discurso lésbico incomoda, quer dizer que o poder dos homens corre risco, está se

enfraquecendo, e que de fato abalamos a estrutura social heteropatriarcal. A possibilidade de uma existência mais pertencente ao mundo depende de se colocar no mundo, explorar as diversas formas de uso da cidade e suas formas no espaço.

Em relação aos territórios que tive em contato ao pesquisar em campo, é notável a diferença em sua forma e composição. Nos quatro dias que fiquei em Curitiba conversei com cinco lésbicas habitantes da capital do Paraná sobre suas vivências e existências. Nesse contexto, quatro de cinco participantes moravam em casas ou apartamentos alugados, possuíam trabalhos formais ou informais (minorias) no urbano, o modo de ocupar a cidade se dava ao saírem em conjunto a bares (majoritariamente com público lésbico) e muitas vezes se apropriaram do território pela arte urbana. O lesbo-ódio afeta essas mulheres no cotidiano, seja nos locais de trabalho ou no transitar pela cidade.

Já em relação a pesquisa na área rural de Paraty/RJ, onde passei três dias, as três lésbicas que ali viviam relataram acontecer situações de lesbo-ódio e racismo anti-indígena ao caminhar pela cidade, corroborando com as análises feitas nesta pesquisa sobre o campo promover um território mais seguro e aberto à criação/introspecção, nesse caso, a serra, já que se trata de um local mais isolado onde ocorrem poucos contatos interpessoais. O isolamento físico torna o cotidiano menos estressante, por não ter que lidar diariamente com situações desconfortáveis em que a lésbica se sente diminuída. O modo de vida dos dois grupos de lésbicas me levou a refletir sobre esse contraste entre campo e cidade, isolamento e ocupação/apropriação. Quando conversei sobre este tema com minhas companheiras, compreendo que a lésbica tem uma tendência ao atravessar fronteiras, margear rios, se fixar na selva de pedra, não há um só caminho. O nomadismo faz parte do modo de viver de muitas de nós, assim como outras acreditam encontrar estabilidade ao ficar em apenas um território.

Essa pesquisa significa uma rachadura do território heteropatriarcal e a expansão do território lésbico para criação e desenvolvimento pessoal e coletivo, a fim de expandir nossos corpo-territórios e extrapolar nossas fronteiras, que transbordam nos papéis, nas paredes, entre palavras e símbolos que significam nosso pertencer e existir enquanto lésbicas.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **Cartografia social, terra e território**. RB Estudos Urbanos e Regionais, v. 16, n. 1, p. 223-227, 2014.
- ACSELRAD, Henri. Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2012.
- ALVES, Alvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2010.
- AMANTE, Vandrezza; GUZZO, Morgani. **Meu corpo faz parte do corpo político, do corpo comunitário de Pacha**. Portal Catarinas, 2021. Disponível em: <https://catarinhas.info/adriana-guzman-meu-corpo-faz-parte-do-corpo-politico-do-corpo-comunitario-de-pachamama>. Acesso em: 6 mar. 2023.
- ANDERSON, Jacqueline. **Separação enegrecida: uma jornada pessoal**. In: HOAGLAND, Sarah L. Lesbian ethics: Toward new value, v. 3, n. 2. Palo Alto: Institute of Lesbian Studies, 1988.
- ASSIS, Thiago Ferreira de. **A territorialidade das pixações urbanas**. 2017.
- BADINTER, Elisabeth. **O mito do amor materno: Um amor conquistado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BONDI, Liz; DAVIDSON, Joyce. **Situating gender**. In: NELSON, Lise; SEAGER, Joni (Ed.). **A companion to feminist geography**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2008. p. 15-31.
- BRAGA, Rita Ribeiro. **Relações não monogâmicas consensuais: emergência, repercussões, e significados**. 2023. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/11614>. Acesso em: 9 jul. 2024.
- BROSSARD, Nicole. **Cartas lésbicas**. Tradução: Monalisa Gomyde. Ilhéus - BA. As Ondas Editora, 2023.
- CABNAL, Lorena. **El relato de las violencias desde mi territorio cuerpo-tierra**. In: SOLANO, Xochitl Leyva; ICAZA, Rosalba (Orgs.). **En tiempos de muerte: cuerpos, rebeldías, resistencias**, v. 4. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; San Cristóbal de Las Casas, Chiapas: Cooperativa Editorial Retos; La Haya, Países Bajos: Institute of Social Studies, 2019. p. 113-126. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D14695.dir/En\\_tiempos\\_de\\_muerte-cuerpos\\_rebeldias\\_resistencias.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D14695.dir/En_tiempos_de_muerte-cuerpos_rebeldias_resistencias.pdf). Acesso em: 20 mar. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 18, n. 3, p. 472-486, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/89588>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CATTAN, Nadine; CLERVAL, Anne. **¿ Un derecho a la ciudad? Redes virtuales y centralidades efímeras de las lesbianas en París**. Cuadernos de Investigación. Serie Economía, n. 7, p. 110-110, 2018.

CAVIN, Susan. **Lesbian origins**. São Francisco: Ism press, 1985.

CIFUENTES, Sheila Pamela López. **“Disforia de Género” En Mujeres. Análisis Del Papel de La Ciencia y La Tecnología Desde La Epistemología Feminista**. 2022. Tese de Doutorado. UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO.

CIPRIANO, Kelly; SANTIAGO, Mayara; CYRINO, Rafaela. Um feminismo radical é necessariamente um feminismo materialista?. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, p. 123-133, 2018.

COMPOSTO, Claudia; NAVARRO, Mina Lorena (Orgs.). **Territorios en disputa: Despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina**. México: Bajo Tierra, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5793143/mod\\_resource/content/0/Kimberle-Crenshaw%20-%20Interseccionalidade.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5793143/mod_resource/content/0/Kimberle-Crenshaw%20-%20Interseccionalidade.pdf) Acesso em: 06 nov. 2023

COSSI, Rafael Kalaf. Luce Irigaray e a Psicanálise: uma crítica feminista. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 12, n. 2, p. 319-337, 2019.

CURB, Rosemary; MANAHAN, Nancy. **As Freiras Lésbicas: rompendo o silêncio**. Rio de Janeiro: Best Seller, 1985.

CURIEL, Ochy. **La nación heterosexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación**. Bogotá: Brecha Lésbica, 2013.

CURIEL PICHARDO, Rosa Ynés Ochy; FALQUET, Jules. **El patriarcado al desnudo: Tres feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu**. Teoría y pensamiento feminista, 2005.

UNICEF. **Brasil ocupa o 4º lugar em casamentos infantis no mundo**. Agência Câmara de Notícias, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/853645-dados-do-unicef-apontam-que-o-brasil-ocupa-o-4o-lugar-em-casamentos-infantis-no-mundo/#:~:text=que%20o%20Brasil,ocupa%20o%204%C2%BA%20lugar,-em%20casamentos%20infantis>. Acesso em: 20 mar. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DE LIMA, Edilene Coffaci; DE OLIVEIRA, Jorge Eremites. **Remoções forçadas de grupos indígenas no Brasil Republicano**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 22, n. 2, p. 13-23, 2017.

DWORKIN, Andrea. **Woman Hating**. Nova Iorque: Plume, 1974.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. Boitempo Editorial, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2023.

Ferraz, A. P. (2007). **O panorama lingüístico brasileiro: a coexistência de línguas minoritárias com o português**. *Filologia E Linguística Portuguesa*, (9), 43-73.  
<https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i9p43-73>

FRYE, Marilyn. **Some reflections on separatism and power**. In: HOAGLAND, Sarah Lucia; PENELOPE, Julia. **For Lesbians Only**. Londres: Onlywomen Press, 1988. p. 62-71.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GAMMON, Carolyn. **Lesbian studies emerging in Canada**. *Journal of homosexuality*, v. 24, n. 1-2, p. 137-160, 1993. Disponível em:  
[https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J082v24n01\\_09](https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J082v24n01_09). Acesso em: 20 mar. 2023.

GARRETAS, María-Milagros Rivera et al. ¿ **Es posible una revolución simbólica femenina y feminista del Derecho?**. DUODA: estudis de la diferència sexual, p. 20-34, 2019. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/DUODA/article/view/354542>. Acesso em: 20 mar. 2023.

GOMYDE, Monalisa Almeida Cesetti. **Rastros de imaginação lésbica: uma busca literária em " As Ondas", de Virginia Woolf e " Ara", de Ana Luísa Amaral**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16436>. Acesso em 27 jul. 2023.

GORDON, Alice. Debbie, and Mary (1974) **Addition to the 1st Printing of Lesbian Separatism: An Amazon Analysis. For lesbians only: A separatist anthology**. London: Onlywomen Press [Originally published in 1973].

GRAHAM, Dee L.R. **Amar para sobreviver: mulheres e a síndrome de Estocolmo social**. Tradução de Mariana Coimbra. São Paulo: Cassandra, 2021.

GUZMÁN, Adriana. **Descolonizar la memoria, descolonizar los feminismos**. Quillasuyu Marka: Tarpuna Muya, 2019.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. *Geo Uerj*, n. 5, p. 7, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade**: um debate. *GEOgraphia*, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

HAWTHORNE, Susan. **A despolitização da cultura lésbica**. Tradução de Jéssica Ribeiro, 2003. Disponível em: <https://we.riseup.net/lesbianasradicais/a-despolitiza%C3%A7%C3%A3o-da-cultura-l%C3%A9sbica>. Acesso em: 7 maio 2023.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz et al. **Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios**. Ecuador: Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, CLACSO, 2017. Disponível em: <https://miradascriticadelterritoriodesdeelfeminismo.files.wordpress.com/2017/11/mapeando-el-cuerpo-territorio.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

HERNÁNDEZ, Delmy Cruz; BAYÓN, Manuel. **Cuerpos, territorios y feminismos: Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2019.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. **Cartografías corporales: Una “otra” manera de re- conocer el mundo**, 2013. Disponível em: <https://miradascriticadelterritoriodesdeelfeminismo.files.wordpress.com/2013/07/cartograf3adas-corporales-una-otra-manera-de-reconocer-el-mundo.pdf>. Acesso em: 05 de jun. de 2023.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**. Editora Perspectiva SA, 2020.

HONORATO, Dandara Pinheiro. **Sapatão, Bofinho, Bofe, Macho, Machinho, Caminhão, Caminhoneira: Um Estudo Sobre a Relação Entre Condição Lésbica Negra Des/infeminilizada e Trabalho Informal**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.64281>. Acesso em: 4 fev. 2024.

JEFFREYS, Sheila. **Beauty and misogyny: Harmful cultural practices in the West**. Reino Unido: Routledge, 2014.

JEFFREYS, Sheila. The queer disappearance of lesbians: Sexuality in the academy. In: **Women's Studies International Forum**. Pergamon, 1994. p. 459-472.

JO, Bev et al. **Dykes-loving-dykes: Dyke separatist politics for lesbians only**. Battleaxe, 1990.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. **"O lesbianismo é um barato": o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990)**. 2021. Tese de Doutorado.

Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1164662>. Acesso em: 9 jul. 2024.

LEE, Anna. **For the love of separatism: Lesbian Philosophies and Cultures**. In: HOAGLAND, Sarah L. **Lesbian ethics: Toward new value**, v. 3, n. 2. Palo Alto: Institute of Lesbian Studies, 1988. p. 143-155.

LEE, Anna. **A Black Separatist**. In: HOAGLAND, Sarah Lucia; PENELOPE, Julia. **For Lesbians Only**. Londres: Onlywomen Press, 1988. p. 83-92.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LESSA, PATRÍCIA. **Chanacomchana: e outras narrativas lesbianas em Pindorama**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

LESSA, Patrícia. **Visibilidade e Ação Lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do boletim Chanacomchana**. Revista Gênero, v. 8, n. 2, 2008.

LIMONAD, Ester; LIMA, Ivaldo Gonçalves. **Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre**. 10th Encontro Nacional da ANPUR—Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2003. p.15-32.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOUISE, Vivienne. **Desejo Genuíno**. Disponível em: <https://we.riseup.net/sapafem/1%C3%A9sbicas-negras-separatistas-desejo+348967>. Acesso em: 4 fev. 2024.

MARTINHO, Míriam. Memória Lesbiana: 42 anos do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) entre fato e ficção. **Um Outro Olhar**, 2021. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2021/10/memoria-lesbiana-40-anos-do-grupo-acao-lesbica-feminista-GALF.html>. Acesso em 02 jun. 2023.

NAVARRO SWAIN, Tania. **Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão**. Cadernos Pagu, [S. l.], n. 12, p. 109–120, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634809>. Acesso em: 24 mar. 2023.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **Amazonas Brasileiras? Os discursos do possível e do impossível**. Disponível em:

<http://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/amazonas%20brasileiras.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **Lesbianismos, cartografia de uma interrogação**. Esboços: histórias em contextos globais, v. 23, n. 35, p. 11-24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p11>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. 2. ed. Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2023.

PERISSINOTTO, Renato M. **História, sociologia e análise do poder**. História Unisinos, v. 11, n. 3, p. 313-320, 2007.

PISANO, Margarita. **El triunfo de la masculinidad**. Santiago: Surada, 2001. Disponível em: [mpisano.cl/psn/wp-content/uploads/2012/03/triunfma.pdf](http://mpisano.cl/psn/wp-content/uploads/2012/03/triunfma.pdf). Acesso em: 20 mar. 2023.

PISANO, Margarita. **Un cierto desparpajo**. [s. l.]: Ediciones Número Crítico, 1996. Disponível em: <http://www.mpisano.cl/psn/wp-content/uploads/2012/03/desparpa1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PISANO, Margarita. **Fantasear un futuro: introducción a un cambio civilizatorio**. Chile: Editorial Revolucionárias, 2015. Disponível em: <http://www.mpisano.cl/psn/wp-content/uploads/2015/10/Interior-fantasear-WEB.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PRESTON, Valeria; USTUNDAG, Ebru. **Feminist Geographies of the “City”: Multiple Voices, Multiple Meanings**. In: NELSON, Lise; SEAGER, Joni (Ed.). *A companion to feminist geography*. John Wiley & Sons, 2008. p.211-227.

RADICALESBIANS. **The Woman Identified Woman**, 1970. Disponível em: <https://idn.duke.edu/ark:/87924/r3gx1t>. Acesso em: 4 jun. 2023

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. Tradução de Angélica Freitas e Daniel Lühmann. Rio de Janeiro: A Bolha, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth ; BONGIOVANI, Iara. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99**, 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/2857>. Acesso em: 1 jul. 2024.

VALENTINE, Gill. **(Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces**. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 11, n. 4, p. 395-413, 1993.

VALENTINE, Gill. Making space. **Contested countryside cultures: Otherness, marginalisation, and rurality**. p. 109-122, 1997.

VALENTINE, Gill. **Introduction: From nowhere to everywhere: Lesbian geographies**. *Journal of Lesbian Studies*, v. 4, n. 1, p. 1-9, 2000.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução de Máira Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ZARAGOCIN, Sofia; CARETTA, Martina Angela. **Cuerpo-territorio: A decolonial feminist geographical method for the study of embodiment**. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 111, n. 5, p. 1503-1518, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/24694452.2020.1812370>. Acesso em: 20 mar. 2023.